

UNESP - Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Pós-Graduação em Sociologia



Cadernos de Campo

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo	Araraquara	N. 8	p.01-176	2001
-------------------	------------	------	----------	------

Conselho Consultivo

Augusto Caccia Bava
Darlene Ap. de Oliveira Ferreira
Eliana Maria de Melo Souza
Elisabete Doria Bilac
Enrique Amayo Zevallos
Fernanda Arêas Peixoto
José A. Segatto
José Castilho Marques Neto
Lucila Scavone
Márcia Teixeira de Souza
Maria Orlanda Pinassi
Maria Teresa Miceli Kerbauy
Milton Lahuerta
Sônia Irene Silva do Carmo
Vera Mariza H. de Miranda Costa

UNESP - Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara

Reitor

José Carlos de Souza Trindade

Vice-reitor

Paulo César Razuk

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Marcos Macari

Diretor

José Antonio Segatto

Vice-diretor

José Murari Bovo

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia

Lucila Scavone

Conselho Editorial

Gisele Rocha Côrtes

Isabel Cristina Rossi

Josmar Brandão Coutinho

Luciane Penteadó Chaquime

Wlaumir Doniseti de Souza

Cadernos de Campo (UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Pós-graduação em Sociologia), nº 8, 2001
Araraquara, SP - Brasil, 2002.
ISSN 1415-0689

Editoração Eletrônica
Grimaud Valladão Junior

Arte da Capa

Marcelo Eduardo Leite, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia. Orientando da Professora Dr.^a Fernanda Arêas Peixoto

Fotografia
Marcelo Eduardo Leite

Impressão
Seção Gráfica - FCL/CAR

Cadernos de Campo
Pós-graduação em Sociologia
Faculdade de Ciências e Letras - UNESP
Rodovia Araraquara - Jaú Km 1- Caixa Posta 174
CEP. 14800-901 - Araraquara - SP.

Sumário:

APRESENTAÇÃO	9
TRABALHO DE CAMPO: uma aventura mais que antropológica <i>Marivânia Conceição de Araujo</i>	11
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: da academia à política - dependência, autoritarismo e democratização <i>Katia BAPTISTA</i>	29
BALANCE DAS ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ARGENTINO-BRASILEIRAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: 1986-2000 <i>Fernando Julio PIÑERO e Sandra Silvia COLOMBO</i>	45
A AMBIGÜIDADE DOS DISCURSOS: As organizações não governamentais (ongs) e a esfera pública não estatal <i>Eliana Barreto de Menezes Lopes</i>	61
RITO, SOCIALIZAÇÃO E PODER: reflexões e indagações teóricas. <i>Carlos Alberto Batista MACIEL</i>	83
FEDERALISMO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: uma análise do processo decisório <i>Francy Mary Alves Módolo</i>	101
O PENSAMENTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA <i>Rodrigo Ruiz SANCHES</i>	121
PRISÕES E PRESIDÁRIOS: o tema e a produção teórica <i>Rubens Alexandre da SILVA</i>	139
PODER LOCAL E SISTEMA DISTRITAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: a oligarquia cafeeira de Ribeirão Preto. <i>Wlaumir Doniseti de Souza</i>	161

Apresentação

A revista *Cadernos de Campo*, publicação dos (as) alunos (as) de Pós-Graduação em Sociologia, consolida nesse volume o compromisso com a produção acadêmica discente.

Esse espaço de estímulo e divulgação de trabalhos científicos de cunho teórico e metodológico visa abordar temas vinculados à Antropologia, Política e Sociologia.

Nesse número oito, as pesquisas discorrem sobre: Ciência e Tecnologia; Federalismo e Educação básica no Brasil; Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso; As ONGs e a esfera pública não estatal; Rito, Socialização e Poder; A relação Pesquisador/Pesquisado; O pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda; Sistema penitenciário; Poder local e distrito eleitoral.

O Conselho Editorial agradece aos autores, professores e demais colaboradores que incentivaram e acreditaram nessa publicação.

Araraquara, junho de 2002.

Conselho Editorial

TRABALHO DE CAMPO: uma aventura mais que antropológica

Marivânia Conceição de ARAUJO*

RESUMO: Com esse texto procuro discutir a relação pesquisador/pesquisado, os resultados dessa relação para a pesquisa e a atividade empírica do trabalho de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa, Campo, Hipóteses, Coleta e análise de dados.

SUMMARY: In this text I try to discuss the researcher/researched relation, the outcomes of this relation for the research and the empirical activity of field work.

KEY WORDS: Research, Field, Hypothesis, Collect and analysis of dice.

O presente texto foi escrito como introdução à dissertação de mestrado sob o título "Quando a comunidade não quer ser favela. Estudo sobre a construção da identidade social de "moradores de comunidade" numa ocupação de terras no Rio de Janeiro" e cujo tema central é a construção da identidade coletiva de um grupo de ocupantes de terras no subúrbio do Rio de Janeiro

O objetivo desse artigo é mostrar, através da descrição etnográfica do trabalho de campo, como o seu caminho é tortuoso, desde a primeira hipótese de pesquisa, a relação com o objeto, a coleta de dados, sua análise, relação com o arcabouço teórico, até o resultado final da pesquisa. Além de lançar um olhar sobre os problemas inesperados surgidos durante o trabalho de campo mas que, sem dúvida, contribuem para pesquisa.

O objetivo inicial da dissertação de mestrado (Araujo, 1997) era fazer um estudo sobre a maneira como um conjunto de migrantes nordestinos, residentes no Rio de Janeiro trata as questões da organização familiar e do casamento

*Aluna do curso de Doutorado em Sociologia da UNESP - Araraquara, linha de pesquisa Agricultura, Urbanização e Industrialização no Brasil. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Maringá, PR.

(Araujo, 1994). A partir dessa análise, pretendia verificar se havia alguma relação de parentesco entre os migrantes nordestinos provenientes da área rural e residentes num bairro popular da cidade do Rio de Janeiro, entendendo a dinâmica das relações que estabeleciam, como se constituía a rede de parentesco no local de destino, a interação de uma rede de relações (ligada à formação de alianças, à vizinhança e ao parentesco)¹.

A escolha de cônjuges por parte dos migrantes se constituía em elemento pertinente para a pesquisa. Pretendia, então, desvendar o seu significado entre os migrantes e saber qual o valor que os informantes atribuem às práticas ligadas ao casamento, às alianças preferenciais para a realização do casamento, além de mapear a organização familiar neste grupo. Minha hipótese era a de que a escolha do cônjuge estava inserida numa lógica para manter a identidade de nordestino; ela ajudaria na adaptação no novo local, no sentido de que o sujeito procuraria, na medida do possível, manter-se próximo às tradições culturais de seu grupo.

O grupo social a ser estudado foi conformado a partir de um recorte geográfico - o Morro dos Prazeres, localizado no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro - e de um recorte determinado pelo espaço social ocupado por aqueles indivíduos. Ou seja, os informantes seriam principalmente migrantes que fizessem parte de uma mesma rede de relações sociais (Bott, 1976).

As redes de sociabilidade poderiam comportar relações de parentesco (consanguíneo e afim), relações de vizinhança e amizades que foram criadas no Rio de Janeiro. A análise da rede de parentesco parecia-me importante, pois ela seria o parâmetro para verificar se os nordestinos utilizavam mecanismos de adaptação ao novo meio social (Riddley, 1979). O Morro dos Prazeres foi escolhido por ter uma grande população de migrantes nordestinos e as situações ocorridas no trabalho de campo me levaram à construção de um novo objeto de investigação, tão instigante quanto o primeiro. O campo foi a "linha divisória" desse trabalho: ele transformou não só o objeto de pesquisa, mas também o modo como estava encarando meu papel enquanto pesquisadora. Esse momento da pesquisa configurou-se como um espaço para a reflexão sobre o trabalho de campo, que foi o marco divisor entre a elaboração teórica e as posteriores formulações intelectuais a respeito dos dados coletados. Desse modo, o convívio com os indivíduos e a observação do seu cotidiano trouxeram novos elementos à pesquisa, fazendo com que ela tomasse um outro rumo. A realidade se impôs

¹ Situação do migrante nordestino como um indivíduo discriminado visto muitas vezes através do estereótipo de "pau-de-arara" ou "paraíba".

sobre as formulações teóricas, fazendo com que este estudo fosse se encaminhando no sentido de analisar os assuntos que se apresentaram como mais importantes para o grupo estudado.

A situação vivida durante o trabalho de campo me mostrou o quanto são apropriadas às palavras de Cardoso, quando discute o trabalho de campo e o método na antropologia:

“A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipótese, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário”. (Cardoso, 1986:101)

É esse processo da investigação antropológica, tal como o vivenciei durante a coleta de material, que pretendo descrever a seguir.

Comecei a fazer o trabalho de campo no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa². Pretendia entrevistar aproximadamente cinquenta pessoas e suas famílias, buscando dados sobre a migração; as razões para a saída do local de origem; a entrada no mercado de trabalho no Rio de Janeiro; a escolha de seu cônjuge; o casamento; e o relacionamento com a população carioca.

Cheguei ao Morro dos Prazeres através de conversas bastante informais que indicavam ali a presença de muitos migrantes sendo, por isso, chamado de “Morro dos Paraíbas”³ pelos moradores de Santa Teresa. Como não conhecia ninguém no local, recorri a uma moradora de um condomínio do bairro para que me levasse até o Morro e me apresentasse a algumas pessoas para iniciar o trabalho de campo, o que foi um pouco complicado: fui apresentada à professora de uma creche, cujas turmas eram repletas de filhos de migrantes, moradores do Morro. A idéia era conhecer as mães das crianças nos horários de entrada e de saída e marcar uma entrevista para outro momento mais apropriado. Entretanto, o que ocorreu foi uma série de desencontros. Eu não conseguia marcar nenhuma entrevista e ficava durante horas na creche, um pouco para conhecer e ser conhecida no local e também na esperança de falar

² Um dos bairros mais antigos da cidade, localizado no centro, que possui um quadro bastante heterogêneo pois tem casas onde reside a classe média em suas ruas principais mas há também algumas favelas bastante populosas.

³ Paraíba é uma denominação pejorativa que os cariocas dão a todos os migrantes vindos das regiões norte e nordeste do país.

com as mães no horário de saída das crianças. Esse período de espera me tomou vários dias, várias visitas à creche e uma boa dose de paciência. Porém houve uma compensação: enquanto permaneci na creche (inclusive ajudando à professora) pude conhecer Eliete, a mãe de uma criança que estava num período de adaptação. Depois de algumas tardes conversando ela se tornou minha principal informante.

Eliete nunca aceitou ser entrevistada, mas mesmo assim conversou comigo várias vezes: contava sobre o Morro dos Prazeres, sua população, os migrantes, sua família. Ela me apresentou a outros moradores e, a partir desse momento, passei a visitar outros lugares do Morro. Os primeiros entrevistados foram parentes de Eliete, moradores do Morro há mais de vinte anos, que falaram sobre a discriminação que sofriam dos outros moradores de Santa Teresa por serem “favelados e pobres”; eles falaram sobre sua chegada ao Rio de Janeiro e das dificuldades que enfrentaram para encontrar um lugar onde morar e um trabalho; e também do desejo de retornarem à “sua terra” assim que fosse possível.

Foi importante para mim, ter entrado em contato com essa família, pois me possibilitou conhecer e entrevistar uma dezena de migrantes moradores no local, isto porque os pais de Eliete eram muito conhecidos e estimados por seus vizinhos. As entrevistas foram feitas principalmente sob a forma de histórias de vida, embora tivesse elaborado um questionário com perguntas objetivas direcionadas ao meu tema. Sempre procurava dar um tom descontraído, informal, com o objetivo de me aproximar mais das pessoas e, conseqüentemente, obter maiores informações. Essa atitude se mostrou positiva, mas também produziu algumas horas de conversas (gravadas e transcritas) com assuntos totalmente distantes do tema.

Através dessas entrevistas consegui dados a respeito da escolha de cônjuges. Esses dados revelaram, que para alguns informantes, “*as mulheres cariocas não servem para casar*”; o casamento não tem mais valor; e que o fato de se casar com um negro não tem nenhum problema, “*mas só que o pessoal fala*”. Foram informações ricas, adquiridas após uma dose de insistência com as pessoas e persistência em continuar indo até o local mesmo quando sabia que dificilmente iria conseguir falar com alguém. Estava realmente satisfeita com o meu trabalho: já conhecia as pessoas, podia ir ao Morro sem necessitar de um “guia”, conseguia entrevistas e nelas era possível abordar a questão do casamento. Seguindo um ritmo de três entrevistas por dia chegaria ao meu objetivo de 50 entrevistas com tranquilidade.

Porém, o Morro dos Prazeres no ano anterior (1994) havia passado por um conflito entre duas quadrilhas que provocou algumas mortes, inclusive a do

presidente da associação de moradores. As notícias veiculadas pela imprensa eram que existia uma disputa pelo controle da venda de tóxico no local. Importante ressaltar que não obtive nenhuma informação sobre o fato através dos informantes. Durante o período em que lá estive, tudo estava calmo, o conflito parecia ter terminado mas o comércio de drogas continuava no Morro. Mesmo que ficassem em silêncio, o episódio anterior estava vivo na memória dos moradores. Em abril de 1995, o conflito foi reaceso no Morro, espalhando a violência e o medo entre os moradores; muitos falavam em se mudar, pois a situação havia se tornado insuportável. A polícia decidiu ocupar o Morro, visto que as disputas estavam tomando proporções assustadoras, levando o perigo não só para a população do Morro - bastante populosa - mas também para os bairros vizinhos, já que está situado no centro da cidade, num de seus pontos mais altos, elevando muitíssimo a possibilidade de acidentes e mortes com balas perdidas.

Depois do conflito e da intervenção da polícia do Morro criou-se um clima de medo e insegurança em todos aqueles que precisavam ir ao local. E, infelizmente, tornou-se praticamente impossível ir até lá com um gravador nas mãos, fazendo perguntas sobre a vida de pessoas que eu não conhecia. Havia também o risco iminente do recomeço do conflito enquanto eu estivesse em campo. Desse modo, ficou evidente que deveria mudar de bairro se quisesse dar prosseguimento à pesquisa.

Com pesar, passei a procurar outra localidade, que possuísse um número significativo de migrantes nordestinos para reiniciar a pesquisa. Com esse intuito fiz um levantamento das áreas que teriam o mesmo perfil, e também conversei com professores e pesquisadores, pois meu objetivo era o de ir para um bairro onde tivesse algum contato que facilitasse minha entrada no local e o acesso aos informantes. Depois de quatro semanas sem sucesso, resolvi mudar de tática: decidi ir a qualquer bairro, desde que lá houvesse um grupo de aproximadamente cinquenta migrantes nordestinos. Nessa busca, quase aleatória, fui ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, para procurar a localidade pretendida na cidade do Rio de Janeiro, lá me ofereceram a relação de alguns bairros com esse perfil mas também a indicação de que na Feira de São Cristóvão⁴ eu poderia obter algumas informações. Fui à Feira e conheci Marcelo, um paraibano, dono de uma barraca e morador de um bairro que possuía muitos migrantes. Segundo ele, na Comunidade Agrícola de Higienópolis “*só tem paraíba, quem não é paraíba é filho e lá não tem problemas de violência, não*”.

⁴ Feira tradicional do Rio de Janeiro com um comércio feito por nordestinos e com produtos voltados para esse público: comida típica, artigos vindos do nordeste, roupas, literatura de cordel, cantadores, repentistas, discos etc.

Comunidade Agrícola de Higienópolis: um novo "campo" e novas questões

Na Comunidade Agrícola de Higienópolis - CAH - encontrei-me novamente sozinha num lugar onde não conhecia ninguém. Marcelo havia me dito que não teria tempo para me apresentar a outros moradores, porque estava inaugurando seu "Bar Aconchego" no bairro, mas indicou-me a associação de moradores. Na associação conheci D. Elzia, a segunda secretária da associação, que me contou que a CAH tinha cinco anos, resultado de invasão de área abandonada há anos. Entre as pessoas que organizaram a ocupação estava o presidente da associação de moradores, que dividiu a área em lotes iguais, controlou o acesso a esses lotes e foi preso por ter invadido o terreno. Segundo D. Elzia, os moradores da comunidade foram construir suas casas para "fugir do aluguel"⁵. Pedi a ela que me apresentasse o presidente da associação - eu pretendia que ele fosse um informante privilegiado. Antes, entretanto, conheci Ana, a primeira secretária e braço direito do presidente. Ela se mostrou muito solícita em me apresentar a outros moradores, em fornecer as informações e estava entusiasmada com os projetos que seriam desenvolvidos pela associação de moradores: uma escola de alfabetização para adultos, atendimento médico e jurídico e recreação para as crianças que não tinham nenhuma atividade no local. Falei com Ana da intenção de entrevistar o presidente da associação de moradores e fomos até sua casa, onde funciona um restaurante (a "Pensão Maranhense"), localizada na entrada da comunidade, próximo a 21ª Delegacia de Polícia.

A CAH é um conjunto com aproximadamente 360 casas humildes de alvenaria, dividido em cinco ruas, sendo quatro delas demarcadas pelos próprios moradores. São ruas pequenas, estreitas, mas que permitem a passagem de um automóvel por vez, essas ruas ainda não foram asfaltadas, com exceção da Avenida Novo Rio⁶, pelo bairro de Bonsucesso (na zona norte da cidade). Em cada rua da comunidade existem aproximadamente 70 casas, em algumas ruas o esgoto corre a céu aberto e o mato cresce sem impedimento. Não há áreas de lazer, porém, existe um grande espaço desocupado onde as crianças aproveitam

⁵ Essa é uma das versões utilizadas pelos moradores da Comunidade Agrícola de Higienópolis para justificar a ocupação e a sua permanência na área.

⁶ Principal avenida de acesso ao Rio de Janeiro que possui inúmeras transversais permitindo a entrada a diferentes bairros das zonas norte e oeste da cidade.

para jogar futebol ou soltar pipas.

O comércio é relativamente grande: os moradores contam com um açougue, dois botequins, três "pensões" - como eles denominam os estabelecimentos que servem refeições -, um fliperama, uma loja de material de construção e duas oficinas de automóveis. Há ainda duas igrejas evangélicas e uma escola/creche. Além disso, seus moradores podem contar com o comércio bastante diversificado de Higienópolis, localizado a poucos metros da comunidade.

A CAH é vizinha do rio Faria-Timbó, famoso pelas enchentes nos bairros de Higienópolis, Bonsucesso e Jacaré. Algumas casas da comunidade enfrentam esse problema, mas a maioria delas foram construídas em áreas mais afastadas. A comunidade é vizinha também de um outro conglomerado de casas, mais antigo, chamado Vila São Pedro. Há uma rivalidade entre as associações de moradores das duas áreas, mas os moradores dizem dar-se bem e alguns afirmam que vieram da Vila São Pedro.

Os moradores da Comunidade Agrícola de Higienópolis ajudaram na construção de suas próprias casas, simples, muitas ainda por terminar, faltando reboco ou pintura. Os imóveis, geralmente, têm dois andares; a sala, a cozinha e o banheiro ficam no térreo e os quartos se localizam no segundo piso; ocupando toda a área determinada para a construção. As casas localizadas na área em frente ao bairro de Higienópolis (ao lado da 21ª DP) são maiores, têm quintal ou garagem, estão terminadas, com pintura e revestimento de azulejo, dentre essas casas está a do presidente da associação. Segundo os moradores, esta diferença se dá porque as maiores casas foram construídas pelos primeiros moradores a ocupar a área⁷ que tiveram mais oportunidades no momento de escolher e dividir os terrenos. Essas diferenças de estilo e tamanho são, algumas vezes, encaradas com bom humor pelos moradores que chamam este espaço de "zona sul" e seus moradores de "grã-finos" ou "madames", entretanto, há momentos em que essas diferenças são lembradas para falar dos privilégios que alguns moradores tiveram no momento de obter um terreno para construir.

Embora hoje não exista sequer uma pequena horta, essa comunidade tem o nome de "agrícola", pois foi idealizada em torno de uma horta comunitária, projeto que garantiu a construção das primeiras casas e a posterior divisão e ocupação de toda a área.

No final do ano de 1995 e em 1996 fiz constantes visitas à CAH, com

⁷ Esta diferença entre o tamanho dos terrenos é uma questão que causa atrito entre os moradores da comunidade.

o objetivo de conhecer e entrevistar seus moradores e observar a atuação da associação de moradores. Fiz minhas observações na pensão do presidente, que também servia de sede da associação, pois a sede estava ocupada por uma família de moradores desabrigados.

Eu chegava à pensão geralmente às 10 horas, muitas vezes almocei lá e mais tarde saía para alguma entrevista. Minha expectativa era a de que o presidente da associação se tornasse um informante privilegiado, entretanto, Raimundo passou a incumbência de me apresentar aos moradores para Ana e se manteve sempre à distância, demonstrando-se indiferente às minhas atividades no local. Ana foi um pouco mais receptiva, conseguimos construir uma pequena amizade, mas sua ajuda quanto à pesquisa foi pequena, ela também se mostrou pouco animada com a tarefa e me apresentou a poucas pessoas.

Na pensão do Raimundo conversei com vários moradores, principalmente homens que lá almoçavam. Solteiros, trabalhavam em obras (na construção da Linha Amarela e mais tarde no Projeto Favela-Bairro⁸). Eram humildes, com pouca instrução escolar e se esquivaram de uma entrevista, concordavam apenas em falar sobre temas gerais e não de suas vidas.

Por várias vezes fui até a comunidade sem conseguir entrevistar ninguém, isto porque alguns entrevistados não me apresentavam outros indivíduos de sua rede, então o "elo da corrente era quebrado". Nesses dias eu chegava, conversava com Ana e Amélia na pensão enquanto elas preparavam o almoço e mais tarde quando todos os clientes tinham sido atendidos (raras vezes consegui a atenção de Raimundo), observava os moradores que iam até a pensão para resolver seus problemas: correspondência, procura de casa para comprar ou alugar, a necessidade de vender sua casa, problemas entre vizinhos, reclamar do barulho na vizinhança etc.

A pensão de Raimundo fica em uma das entradas da comunidade, o que facilitava a observação da entrada e saída dos moradores, Ana e Amélia, quando terminava o movimento do almoço dos fregueses da pensão, sentavam-se e, olhando a rua, faziam comentários sobre aqueles que passavam, eram quase sempre "fofocas" que revelavam um pensamento moralista, preconceituoso e, algumas vezes, racista. Mulheres muito "arrumadas", moradores "sujos", negros

⁸ O Projeto Favela-Bairro foi realizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e, segundo sua secretária, tem como objetivo sanear e urbanizar algumas das favelas da cidade.

⁹ A oposição "comunidade" x "favela" é determinante para a construção da identidade social desse grupo.

e nordestinos eram criticados. Apesar de, em alguns momentos, acionarem um discurso em que elogiavam a "comunidade", em detrimento das "favelas"⁹, quando se tratava dos moradores individualmente, o que era apontado eram os "defeitos" atribuídos aos pobres que moram no local.

Conheci vários moradores na comunidade e com alguns travei um bom relacionamento, mulheres que fui visitar apenas "para conversar". Eles me receberam muito bem, se interessaram em me ajudar e me apresentaram aos seus vizinhos. Entre eles, Rosângela que me contou sua vida em of (não permitiu que fosse gravada ou que constasse na pesquisa). Foram pessoas simpáticas que me deram boas informações sobre a comunidade, oferecendo também sua amizade.

No trabalho de campo, a partir da noção de rede de relações (Bott, 1976), busquei entrevistar indivíduos que pertencessem à mesma rede, meu objetivo foi o de entrevistar pessoas que tivessem um relacionamento de amizade, parentesco ou de vizinhança para facilitar o meu primeiro contato com os informantes. Julguei que essa fosse a melhor forma para uma aproximação já que não conhecia muitos moradores e não teria condições de permanecer por um período prolongado no campo. Utilizando a rede de relações como referência, era apresentada a um morador por um dos seus amigos ou vizinhos o que, sem dúvida, ajudava muito para conseguir as entrevistas e para que fosse ultrapassada uma possível barreira entre mim e o informante. Isso facilitou para que eu pudesse ir à casa das pessoas e retornar caso fosse necessário. Conhecendo as pessoas através desse tipo de recorte, tive contato também com pessoas que pertenciam a redes diferentes, pois alguns dos meus informantes eram muito conhecidos, se diziam amigos de "todo mundo". Um exemplo é o "Seu Buchudo", um homem alegre, falante, pedreiro, um dos primeiros moradores do local que prestou serviço para vários moradores para construírem suas casas. Entrar em contato com diferentes redes foi positivo, pois assim tive acesso a pessoas que estavam fora da rede de relações do presidente da associação e que tinham idéias divergentes das opiniões dele, por exemplo, sobre a atuação da associação de moradores. A utilização da noção de rede de relações foi útil para o desenvolvimento da pesquisa. Todavia, num primeiro momento, estar ligada a um informante para ser apresentada a outros se configurou num problema.

No início do trabalho de campo as pessoas que me apresentavam aos outros moradores eram representantes da associação de moradores, Ana (secretária) e Raimundo (presidente). Eles me acompanharam durante as minhas primeiras incursões no local, isso fez com que muitas pessoas me vissem como

uma funcionária da associação ou aliada dos seus representantes. Esse fato fez com que alguns moradores se esquivassem em responder perguntas referentes à associação ou sobre a atuação do seu presidente. Ser apresentada aos moradores por Ana tinha um outro aspecto: alguns moradores pensavam que eu fosse sua parenta, uma sobrinha ou prima. Eu via esse fato com certa preocupação pois sabia que ele poderia interferir na pesquisa, mas Ana brincava, dizendo que éramos "parentes e igualzinhas". É possível que, a partir do momento que eu me afastei de Ana e da associação, esta idéia tenha sido dissipada, pois os moradores não fizeram mais nenhuma observação desse tipo.

Talvez seja interessante abrir um pequeno parênteses para falar sobre o fato de eu ser negra e refletir se isso influenciou de alguma forma a pesquisa. Interessante porque geralmente as pessoas associam o saber, a pesquisa acadêmica às pessoas brancas, talvez mais ainda aos homens brancos, eu estaria fugindo a esse padrão. Mas durante todo o meu trabalho de campo não percebi qualquer alusão a minha cor que pudesse demonstrar resistência em me receber ou em falar comigo. Sempre que havia uma referência à minha cor era feita de maneira simpática, às vezes, diziam: "ô pretinha você está sumida"; "preta vem aqui domingo para a assembléia"; "essa roupa vai ficar boa em você que é pretinha". A minha cor não pareceu ter sido um impedimento para o bom andamento da pesquisa, nem para um relacionamento agradável com os moradores. Isso não pareceu ser um problema para que eles me encarassem como uma pesquisadora, talvez pelo fato de eu ter deixado isso bem claro desde o início do trabalho ou talvez porque muitos elementos do grupo também são negros¹⁰, assim, tínhamos em comum um elemento de identificação que influenciava positivamente no trabalho de campo.

Na maioria das vezes os entrevistados me receberam em suas casas, outras vezes falei com eles na "Pensão Maranhense". Fiz uma única entrevista na rua e foi com o irmão de Amélia, Osberg. Apenas uma vez me negaram uma entrevista sem justificativa. Foi constrangedor: fui apresentada ao dono da casa, falei o que pretendia, ele disse que não poderia me dar uma entrevista porque ia trabalhar, chamou sua esposa, que por sua vez disse não e os dois ficaram me olhando sem dizer mais nada, felizmente chegou um outro morador, que eu já conhecia e consegui sair daquela situação desagradável.

¹⁰ Não possuo dados sobre a etnia dos moradores, visto que essa informação não fazia parte dos dados disponíveis na associação e nem este trabalho levantou esta questão. Quanto à suposição de que há muitos negros no local ela foi feita a partir das minhas observações apenas.

Percebi que dentro desse grupo social, os nordestinos eram os entrevistados mais arredios, concediam a entrevista, porém não queriam maiores contatos, "um papinho" informal, onde pudessem fornecer mais informações. Com a maioria dos entrevistados nordestinos, ocorria que quanto mais íntimo - pessoal e familiar - o assunto da entrevista, menos eles falavam, quanto mais próxima à possibilidade de um comprometimento qualquer (dar sua opinião sobre a atuação da associação, por exemplo) mais eles se retraíam. Eles se sentiam à vontade e se mostravam falantes quando os temas das conversas eram abrangentes. Entrevistei vários nordestinos da comunidade e percebi esta "retração" com frequência. Um exemplo disto, foi à entrevista com Marcelo (o informante que havia me sugerido a comunidade como um bom local de trabalho porque é "muito calmo"). Um jovem paraibano, comerciante, que tem dois imóveis na comunidade: sua casa e um bar. Seu estabelecimento concorre com a pensão do Raimundo, vendendo refeições e tem música ao vivo nos finais de semana.

Marcelo foi gentil, desde a primeira vez em que fomos apresentados na Feira de São Cristóvão, mais tarde voltei a falar com ele para marcar uma entrevista. Cheguei ao seu restaurante no horário marcado, mas ele não estava e esta situação se repetiu algumas vezes. Quando consegui entrevistá-lo foi uma das entrevistas com mais informações sobre o local, migração ou a atuação da associação de moradores. Depois dessa entrevista, procurei manter um contato maior com ele, mas sem êxito. Meu informante mostrou-se esquivo, tratava-me com educação, mas de forma arredia. Esse tipo de comportamento me pareceu recorrente entre os informantes nordestinos, o que se caracterizou em um novo obstáculo para a realização do projeto de pesquisa original.

Infelizmente, esse não foi o único obstáculo. Como já foi dito anteriormente, o principal objetivo da pesquisa era fazer um estudo sobre organização familiar, escolha de cônjuge e casamento entre migrantes relacionando com a hipótese de uma possível estratégia de permanência no Rio de Janeiro. O casamento e a verificação de uma possível lógica na escolha de cônjuges seriam os temas privilegiados. Todavia, ao começar a entrevistar os moradores da comunidade, senti uma certa resistência em tratar sobre esses temas: a questão do casamento era tratada de forma rápida e inibida, alguns informantes se negavam a falar sobre o assunto com constrangimento.

Ao tentar falar sobre casamento, escolha de cônjuges e sua relação como a formação de uma identidade, sentia aumentar a reserva de meus entrevistados, era como se eles estranhassem minhas perguntas e não quisessem respondê-las. Isso teve um efeito desastroso sobre mim e não consegui transpor

este problema: cada vez que ele surgia eu também me retraía a respeito do tema. O resultado disto é que "casamento" surge nas entrevistas de forma bastante indireta, ele raramente é o tema central da conversa, surge em reclamações de esposas insatisfeitas, entre casais que estão juntos há muitos anos ou como parte dos planos de uma jovem. Talvez a reserva dos informantes em falar sobre o casamento tenha ocorrido porque esse é um tema referente a um espaço da intimidade, que, segundo eles, se resolve dentro de casa, no privado, e não deve ser discutido com desconhecidos.

Aliado a esse afastamento do tema original, o campo me trazia novas questões que poderiam ser desenvolvidas na pesquisa. Questões que se mostraram mais pertinentes na vida do grupo, pois frequentemente estavam presentes nas conversas, mas tinham também um viés contraditório. Pensar o casamento e a escolha de cônjuges, sem dúvida, é um tema interessante, porém, procurar entender como um grupo constrói sua identidade coletiva, a partir de categorias por eles mesmos organizadas, também desperta grande interesse e "curiosidade" antropológica. Foi imbuída desses sentimentos que encaminhei a pesquisa de campo para esse segundo tema.

Cheguei à Comunidade Agrícola de Higienópolis num momento crítico e de grande preocupação dos moradores no que dizia respeito à sua permanência na área. Eles estavam sob ameaça de terem que desocupá-la para a construção de uma via expressa, a Linha Amarela. Segundo me informaram, a desocupação seria necessária para que pudesse ser feita a manobra de máquinas, assim, a comunidade deveria ser totalmente desocupada, juntamente com algumas casas da Vila São Pedro. O momento era de medo e irritação, os moradores achavam que não deveriam sair. Mesmo o pagamento de uma indenização pelos imóveis construídos não era bem visto, pois afirmavam que, com o valor da indenização, não teriam condições de comprar outro imóvel naquele bairro. Sair da Comunidade Agrícola de Higienópolis era algo que nenhum morador gostaria de fazer.

Alguns moradores - inclusive o presidente e a secretária da associação de moradores - argumentavam que entre a comunidade e a Vila São Pedro era melhor que a segunda fosse removida porque era uma "favela", tinha casas de madeira, algumas muito próximas à margem do rio Faria-Timbó, havia violência e sujeira. Neste momento me chamou a atenção o fato de que eles se identificavam como "não-favelados", como uma "comunidade" e essas formas de identificação eram usadas como parte dos argumentos para a permanência no local. Esses fatos remetiam à construção de uma identidade, que se fazia mais latente nesse

momento de crise e confronto com o Estado e um outro grupo social.

Conseqüentemente, o objeto de estudo foi se configurando com base em outras questões: a construção e definição dos elementos da identidade social do grupo; a atuação da associação de moradores; e, finalmente, o processo de formação da "comunidade", dando maior atenção aos relatos sobre a ocupação da área.

Sentimento e Emoção: hóspedes não convidados

Durante o trabalho de campo na comunidade houve momentos em que a objetividade da pesquisa teve de ceder espaço à introdução de uma subjetividade inesperada. Como um elemento do "*anthropological blues*" (DaMatta, 1978), indesejável, desligado das normas teóricas que nos são ensinadas nos manuais de antropologia, surgiu uma relação "*fria*" entre mim e meus informantes.

Eu já contava com uma dificuldade no período de adaptação, quando meus informantes teriam que me conhecer para mais tarde vir a ter a confiança necessária para fazer seus relatos. O período necessário para adaptação se deu e o tratamento a mim dispensado continuou frio e distante, como conseqüência, minha atitude, que até então era de empatia e até de solidariedade, transformou-se em desconfiança.

Sentimentos que iam além das teorias antropológicas. Os sentimentos que eu nutria pela comunidade eram, no início, de simpatia e até uma certa admiração pelos seus moradores que se mostraram tão eficientes na tarefa de melhorar a comunidade. Porém, mais tarde, com o andamento da pesquisa, esses sentimentos foram substituídos por uma irritação e decepção. No princípio, pensei que eles fossem cooperar (principalmente os representantes da associação de moradores), com o meu trabalho mas o que houve foi uma pequena indiferença por parte deles. Aborrecia-me com a situação de ir até lá durante dias seguidos, sem conseguir uma única entrevista, sem conseguir ter com eles uma conversa "*mais interessante*" capaz de me revelar fatos novos ou resolver algumas dúvidas.

A partir do momento em que a afetividade e a admiração que nutria pelo grupo foi sendo substituída por uma sensação de decepção quanto às atitudes dos indivíduos com relação ao meu trabalho ou atuação do grupo na associação de moradores assumi uma postura de maior "desconfiança", estava num movimento na direção de inquirir mais, de procurar saber além do que eles me falavam.

A simpatia inicial tinha feito com que eu aceitasse, quase que

integralmente, o que me era relatado (sem maiores questionamentos). No momento em que essa situação se transformou, tudo se tornou objeto de dúvida. Fica claro que a substituição de sentimentos foi positiva para o trabalho, apesar de não ter sido intencional. Ter sido tratada de maneira indiferente contribuiu para a construção de uma visão mais crítica. Pude ver a Comunidade Agrícola de forma menos idealizada. Isso porque quando cheguei à comunidade tive uma impressão positiva: a associação de moradores era ativa, com associados participantes da vida do local e do grupo, havia uma união capaz de ajudar a solucionar os problemas quanto à permanência no lugar, tratava-se de uma história de luta e resistência contra instituições públicas e alguns setores privados para se manterem na área.

Sem dúvida os sentimentos de indiferença - por parte dos informantes - e de desconfiança e frustração - de minha parte, não foram convidados quando me dispus a realizar um trabalho de campo. Eles se insinuaram a partir da relação estabelecida em campo, como reflexo de uma relação dinâmica, múltipla, composta por vários elementos que se colocaram além do meu controle.

Talvez uma das causas da indisposição dos moradores da comunidade em me concederem entrevistas pode estar ligada ao fato deles terem sido entrevistados ou cadastrados por três instituições diferentes num curto intervalo, foram cadastrados pela Secretaria Estadual de Habitação - SEH -, pela Secretaria Municipal de Obras - SMO -, e pela associação de moradores. Muitos reclamaram: *“o pessoal pergunta, pergunta, fala, fala e não resolve nada”*; ou estivesse ligada ao sentimento de insatisfação que muitos moradores nutriam pela associação de moradores e que transferiram para mim, pois meu ponto de partida para entrar na comunidade foi à associação.

O Familiar e o Exótico

A situação de uma ocupação ou uma de área de favela é muito frequente no Rio de Janeiro. Praticamente em todos os bairros é possível ver e até mesmo conviver com grupos de indivíduos pauperizados morando em áreas sem os serviços públicos mais elementares. Entretanto, existe uma diferença entre o que é conhecido e o familiar; no primeiro conhecemos, pode-se reconhecer entre outros tipos de aglomeração, mas sem saber a fundo quais são as suas características, sem se relacionar diretamente com seus componentes. Analisar algumas relações sociais e a identidade coletiva da Comunidade Agrícola de Higienópolis foi uma possibilidade de estudar uma situação recorrente, mas que

estava longe de me ser familiar.

A Comunidade Agrícola de Higienópolis pode ser encarada como uma situação familiar pois se localiza na mesma cidade em que moro, conheço vários grupos com características semelhantes, porque falam meu idioma etc. Porém, esses dados não tornam o grupo um familiar. Alguns de seus hábitos, experiências e, principalmente, o conhecimento da lógica que permeia o grupo com relação à construção de uma identidade social era para mim exóticas, havia uma "distância social" (Velho, 1978), na maneira como nos portávamos, por exemplo. Éramos indivíduos de uma mesma sociedade, mas de grupos sociais (ou classes sociais) diferentes, o estranhamento esteve presente: tive de me adaptar ao modo como falavam, participavam das conversas, como utilizavam seu tempo, como nomeavam as pessoas e os outros grupos ou, ainda, como se referiam às outras "comunidades", bairros, associações ou instituições. O estranhamento acontecia, por exemplo, durante a participação nas conversas quando era comum a interferência na fala uns dos outros, até mesmo mudando de assunto sem que isso representasse um problema para o entendimento do assunto ou quando faziam uma espécie de conversa coletiva, onde várias pessoas falavam ao mesmo tempo e mesmo aquelas que estavam mais distantes participavam ou, ainda, quando simplesmente falavam de determinado assunto somente para que um terceiro indivíduo escutasse. É claro que este último fato é comum, mas quando não se está a par do fato por completo, quando não se conhece todos os envolvidos fica-se totalmente sem saber porque determinado assunto é abordado e com a leve sensação de que alguém é um tolo e, em muitas vezes, essa carapuça me coube muito bem.

Os acontecimentos que relatei acima, sobre a sensação de estranhamento que senti algumas vezes durante o trabalho de campo vão ao encontro de que afirma Velho:

"Dentro da grande metrópole, seja Nova Iorque, Paris ou Rio de Janeiro há descontinuidade vigorosa entre o "mundo" do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele, mesmo sendo nova-iorquino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choques culturais comparáveis a viagens à sociedade e às regiões "exóticas". (Velho, 1978:40)

Esses acontecimentos mostram como grupos residentes na mesma cidade podem ter uma forma diferente de organização, que se reflete, inclusive, no modo como os integrantes dos grupos falam. O convívio com esse grupo de

moradores demonstra que o exótico também está próximo a nós, que é possível passar por várias experiências de estranheza. Essas diferenças revelam uma organização particular, com códigos próprios, acionada pelos indivíduos nos momentos em que julgam convenientes de acordo com diferentes objetivos. Assim, percebi também que essa "fala diferente" era utilizada, esporádica e intencionalmente, para que eu não participasse da conversa.

Mas, a despeito de todos os problemas relacionados a um estranhamento com o grupo estudado, essa fase é parte indispensável e necessária na tarefa de realizar uma observação direta, pois ela é uma forma de compreender o outro (Cardoso, 1986). Através do estranhamento ficamos mais atentos, perguntamos mais, temos nossa curiosidade ainda mais voltada para o exercício de tentar apreender as relações sociais realizadas dentro do grupo.

Conseqüentemente, pode-se perceber que falar a mesma língua (para fazer uma comparação com os trabalhos antropológicos que analisam as sociedades ditas primitivas, possuidoras de um idioma próprio) não significa a exclusão de diferenças, visto que significados e interpretações diferentes podem ser dadas às mesmas palavras. Também não excluem as diferenças nos comportamentos, causando uma distância entre o pesquisador e o grupo, mas ela pode e deve ser vencida para um bom andamento da pesquisa - o exótico deve tornar-se familiar (DaMatta, 1978) - e, para tanto, a convivência entre os dois é indispensável. Sem dúvida nenhuma o trabalho de campo apresenta dificuldades e fatos inesperados, mas se trata de um elemento privilegiado para a coleta de informações e para a percepção do grupo de forma direta e enriquecedora, oferecendo subsídios para comprovar hipóteses, descobrir fatos novos e responder a questões (algumas questões surgem durante o trabalho de campo), como por exemplo: por quê uma comunidade, sem ter sequer uma pequena horta, se intitula "agrícola"? Por quê, apesar de vários pontos em comum com algumas das favelas cariocas, seus moradores fazem questão de identificá-la como uma "comunidade"? Quais são os elementos que unem estes indivíduos na idéia de comunidade? Quais são os elementos conformadores da identidade social de "moradores de comunidade"? Procurei responder a essas perguntas através de outro trabalho (Araújo, 1997) por hora fica a reflexão sobre o trabalho de campo e a certeza de que, apesar dos seus percalços, ele é sempre enriquecedor.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, M. C. Projeto de Dissertação: **Um estudo sobre casamento e relações de parentesco entre um grupo de migrantes no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, nov. 1994. Mimeo.

_____. **Quando a comunidade não quer ser favela. Estudo sobre a construção da identidade social de “moradores de comunidade” numa ocupação de terras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, set. 1997. Mimeo.

BOTT, E. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARDOSO, R. C. L. (org.) **Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 69-92, 1986.

DAMATTA, R. O ofício de etnólogo ou como ter “anthropological blues”.

NUNES, E. O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIDLEY, D. **Uma Mão Lavando Outra e as Duas Banham o Rosto: um estudo de redes de parentesco como uma solução estratégica dentro do contexto da migração**. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília, Distrito Federal.

VELHO, G. **A Utopia Urbana - Um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: da academia à política - dependência, autoritarismo e democratização

Katia BAPTISTA*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo o resgate da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso, no período que compreende as décadas de 1960 e 1970. Nossa discussão procura sistematizar o debate intelectual estabelecido por Cardoso referente a sua emergência como principal formulador das análises sobre a Dependência e a sua transição temática no que diz respeito à crítica por ele feita ao autoritarismo sob o Regime Militar, com ênfase ao fortalecimento da sociedade civil visando a instauração de um Regime Democrático-Representativo através de estratégias de ação política. Nesse sentido, a investigação que propomos restringe-se à análise não só das obras que abordam a questão sobre a Dependência, mas também as que identificam a mudança do debate que conduzirá a ênfase de Cardoso a temas propriamente políticos, principalmente no que diz respeito à crítica que faz às teses estagnacionistas, propondo uma nova metodologia para o estudo das possibilidades de desenvolvimento em países de capitalismo dependente.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura e Política, Intelectuais, Sociedade Civil, Dependência, Desenvolvimento Associado, Democratização.

SUMMARY: This article aims at the redemption of Fernando Henrique Cardoso's intellectual trajectory along the period that comprises 1960 and 1970 decades. Our discussion attempts to systemize the intellectual debate established by Cardoso according to his emergency as the main formulator of the analyses on the Dependence and its thematic transition concerning the criticisms conducted by him about the authoritarianism under the Military Regime, emphasizing the strengthening of the civil society aiming at the initiation of a Representative-Democratic Regime through political action strategies. Therefore the investigation we propose limits itself to the analysis not only of the work that addresses the issue about the Dependence as well as those that identify the

*Mestranda, Prog. De Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Araraquara - S.P. Orientador: Milton Lahuerta.

changing of the discussion that will conduct Cardoso's emphasis to properly political themes, especially those about the criticisms he makes on the stagnationist theses, and so proposing some methodology for the study of the possibilities of development within countries of dependent capitalism

KEY WORDS: Culture and Politics, Intellectuals, Civil Society, Dependence, Associated Development, Democratization

Introdução

Ao considerarmos a trajetória intelectual de Cardoso vislumbramos o surgimento de um ator político que finca fortes raízes enquanto componente fundamental da *intelligentsia* brasileira enfatizando insistentemente a organização da sociedade civil.

Nesse ínterim, podemos observar que durante os anos sessenta e a primeira metade dos anos setenta a discussão intelectual girou em torno de grandes temas estruturais – como a questão da dependência, da estagnação econômica, do fracasso e das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina – e abriu-se para a questão da especificidade da política. Ou seja, com o recrudescimento do contexto ditatorial a partir de 1968 e com o AI-5, essas preocupações conduzirão à temas propriamente políticos, particularmente no que diz respeito à existência ou não de um projeto de dominação, ao tipo de participação do Estado no desenvolvimento e a respeito das possibilidades de instauração da Democracia. Como dizia Cardoso à época *esta revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência... constituem... o contexto dos novos desafios intelectuais postos pela situação latino-americana* (Cardoso: 1969, p.16).

É justamente no cenário que se abre com o golpe militar de 1964 que Cardoso discutirá a questão da Dependência publicando, juntamente com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em meados dos anos 60.

É necessário ressaltar que o intuito do trabalho desenvolvido por Cardoso (ainda que tenha-se em conta sua parceria com Enzo Faletto) é enfocar situações histórico-estruturais que caracterizam a modalidade de dependência no Brasil, oriunda de uma vinculação econômica externa, responsável parcialmente pela expansão do mercado interno, onde se articularão os “agentes sociais do

desenvolvimento” (Cardoso: 1971, p.59), no que diz respeito à classe ou grupo social que tomará para si esta tarefa. O que se configura, na verdade, é uma sociedade de classes que não é estática, mas que está em constante movimento moldando uma situação específica de dominação, que possibilita a vinculação econômica com o exterior. A relação interna que se dá entre as classes tomará possível e particularizará a dependência, já que as alianças internas têm papel fundamental na dinamização do sistema econômico dependente e na sua capacidade de expansão. Com isso, o pano de fundo da discussão de Cardoso e Faletto será a relação entre economia, sociedade e política, a fim de observar as possibilidades de desenvolvimento econômico que restam a um país periférico marcado por uma dependência estrutural configurada historicamente.

O que notamos nesse momento é que as preocupações intelectuais voltam-se para a questão metodológica que passa a ser orientada pela sociologia compreensiva, mas, predominantemente, pelo marxismo e pelo pensamento dialético, permitindo assim uma análise do capitalismo dependente no Brasil.

Como consequência desta análise, Cardoso nos ensaios e artigos escritos a partir de 1970 sobre o autoritarismo, a democracia e o sistema político partidário brasileiro, desenvolve uma interpretação extremamente criativa sobre as possibilidades da ação política dentro de contextos de dependência. De certo modo, suas obras da primeira metade da década de 70 marcam o segundo grande momento do intelectual. A partir de então, Cardoso vai obter uma enorme influência política, tornando-se um dos primeiros cientistas sociais a discutir abertamente questões ligadas ao autoritarismo e a democracia durante o Regime Militar. Segundo David Lehmann:

(...) nos escritos de 70, Cardoso está tentando preservar a imagem de uma sociedade capitalista com formas de domínio que não aprecia... mas está também tentando desenvolver a imagem de uma economia que pode ser democraticamente controlada, e de um Estado que pode ser um instrumento desse controle – contra moldes ‘sobredeterminados’ (Lehmann: 1986, p.35).

Nesse ínterim, observamos ainda que, nas palavras de Lahuerta :

...as posições de Cardoso sobre o Estado autoritário e burocrático têm grande impacto entre a intelectualidade e as forças de oposição, além de revelarem o eixo da mudança de repertório conceitual que viria a se efetivar na cultura política da oposição. Os livros de Fernando Henrique

Cardoso "O Modelo Político Brasileiro" e "Autoritarismo e Democratização" são expressivos dessa guinada (Lahuerta: 1999, p.130).

Desse modo visamos traçar o contexto em que Fernando Henrique Cardoso atua enquanto intelectual que se inserirá, posteriormente, no conjunto das manifestações da sociedade civil como ator político. Propomos aqui um trabalho que esboce suscintamente o perfil deste acadêmico que emerge com importante destaque, não somente na formulação da Teoria da Dependência, mas também como propositor de uma interpretação sobre o Regime Autoritário e de um caminho para a democratização do país.

Em contrapartida às formulações de Cardoso teremos autores como André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que fazem durante os anos sessenta uma abordagem que levou à estratégia da luta armada como única solução de ruptura com o imperialismo das nações hegemônicas, uma vez que a sociedade brasileira e latino-americana em pleno século XX apresentariam uma economia colonial, essencialmente produtora de mercadorias para o mercado externo que, por sua vez comandaria os destinos econômico e político do país. Com isso, de acordo com esses autores seria necessária uma revolução de caráter Socialista para se romper com a estagnação social gerada pela dependência.

Como consequência de suas análises – e contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda – Cardoso vai considerar como inviável a Revolução Socialista posicionando-se fortemente em prol da abertura democrática contra o Estado repressor e autoritário que se instaurou pós-64, propondo como caminho a ampliação da participação política dos setores sociais que emergiam com a modernização autoritária.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: da academia à política – dependência, autoritarismo e democratização

Em 1954, com a volta de Roger Bastide para a França será Florestan Fernandes quem o substituirá, assumindo a cadeira de Sociologia I na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Trabalharão ao seu lado como assistentes: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A preocupação principal de Florestan será em criar uma Ciência Social Brasileira, procurando diferenciarse do ensaísmo sociológico anterior. No contexto da FFLCH da USP, é Florestan

quem inicia a discussão sobre a participação dos intelectuais na vida pública. Nesse sentido, a USP foi, paulatinamente, se radicalizando e se politizando assumindo tendências esquerdistas e abrindo espaço aos “homens com interesses intelectuais”, principalmente entre as décadas de sessenta e setenta. Prova disso se dá mais precisamente em 1958 quando organiza-se na Faculdade um grupo de estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx, por iniciativa de alguns professores de diversas áreas. Dentre eles podemos citar: José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Fernando Novaes e outros.

Há duas preocupações na criação do Grupo: o primeiro refere-se à linha analítica que procura afirmar, a fim de que através da constatação de certas necessidades geradas pelo desenvolvimento da industrialização na América Latina pudessem identificar a que passo andava o capitalismo nacional; o segundo diz respeito ao engendramento de uma autonomia teórica fazendo frente à metodologia eclética de Florestan Fernandes, criticada principalmente por Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

É significativo notar que, apesar da tendência esquerdista, ao estudar Marx esse grupo não pretendia forjar pensamentos que estariam embasando a Revolução, ou seja, não intencionavam assumir uma postura de *revolucionários*, mas mantinham-se no limite dentro de um pensamento radical.

De acordo com Milton Lahuerta:

a peculiaridade dos marxistas acadêmicos brasileiros estaria justamente em sua ênfase nos aspectos metodológicos. A preocupação do grupo com o rigor metodológico e a análise do Capital por meio do diálogo com Weber e Durkheim efetivaria uma trajetória original da vertente marxista, desenvolvida pelo grupo dentro do marxismo ocidental (Lahuerta: 1999, p.55).

O grupo figurava-se por três contrapontos: primeiro pela análise marxista do ISEB que se pautava pelo nacional-desenvolvimentismo; segundo pelas análises cepalinas influenciadas pelo estrutural-funcionalismo; e terceiro pelo ecletismo metodológico de Florestan Fernandes.

A participação de Cardoso nesse grupo teve expressiva influência teórica e metodológica nas discussões por ele desenvolvidas posteriormente. Em suas obras podemos notar a utilização de uma metodologia marxista, por exemplo quando ao escrever sobre a questão da Dependência, no seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* – em parceria com Enzo Faletto – e ao

retomá-la em outros escritos posteriores, Cardoso recorre à dialética como característica inerente ao capitalismo. Traça, ainda, uma análise sobre situações concretas da realidade de cada país da América Latina, embasada por um estudo do processo histórico das mesmas. Ou, muito antes disso, notamos a ascendência da metodologia marxista quando Cardoso escreve a introdução de sua tese de doutoramento, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, em 1961 quando o Grupo ainda se reunia.

Não só nos seminários sobre *O Capital*, mas também a participação de Cardoso no CESIT – Centro de Estudos de Sociologia da Indústria e do Trabalho – coordenado por Florestan Fernandes seria marcante e significativa em sua trajetória intelectual, no que tange a sua ação prática na sociedade caracterizando o que se denominou de *intelectual engajado*.

No ano de 1963 Fernando Henrique Cardoso conclui sua tese de livre docência em Sociologia na USP, publicando-a em livro: *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, onde discute a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do país fornecendo elementos para a análise da mentalidade, ideologia e comportamento desse empresariado. Tal obra ganha expressiva significação ao revelar que o empresariado nacional, associando-se às empresas estrangeiras com o objetivo de dinamizar a valorização de capitais, torna-se delas dependente, por participar do processo de acumulação de capitais contentando-se com o papel de sócio menor nessa associação. Este comportamento do empresariado nacional evidenciou-se após o golpe de 64, apontando uma nova dependência, em que grupos locais se associavam aos setores externos, como expressão do movimento internacional do capital.

Lançada a hipótese sobre o Empresário Industrial brasileiro, nota-se que as preocupações intelectuais de Cardoso voltam-se às possibilidades de realização de uma burguesia progressista, bem como de um projeto nacional por ela proposto. Cardoso explicitará a fragilidade da política populista, de onde se desdobrará o golpe militar, e negará a existência de uma burguesia nacional apresentando o empresário industrial como uma classe que não acreditava na política nacionalista e nem possuía um projeto político próprio.

O grupo industrial no Brasil constitui-se como camada social muito rapidamente acoplando vários segmentos sociais o que revela a heterogeneidade da burguesia, impedindo uma clara definição dos interesses de classe. Segundo Cardoso não há uma socialização suficiente entre a burguesia industrial, ou seja, mesmo sendo parte da classe economicamente dominante, seus membros

não se sentiam responsáveis pela Nação, colocando-se à parte das decisões do governo. Seu comportamento é caracterizado por um individualismo extremado e pelo oportunismo, a fim de tirar o máximo proveito para suas empresas. O que faltava a esta burguesia, para Cardoso, seria um projeto de dominação política, o que não quer dizer que ela não tenha tido uma ideologia, no que diz respeito aos seus interesses econômicos. Nesse sentido, a burguesia apoiará qualquer política econômica que lhe fosse vantajosa. Daí ser compreensível a estratégia de atração de capitais estrangeiros para setores da indústria que impulsionavam a economia nacional:

... qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento... acaba apontando um beco sem saída e que ... a ação dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico (CARDOSO: 1972a, p.168).

Cardoso explicita melhor sua interpretação no livro *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971), verificando que o problema do Brasil, enquanto nação dependente, não se encontra na falta de um projeto nacional impulsionado pela burguesia, mas sim no fato dessa mesma burguesia (que não é nacional para Cardoso), não possuir uma vocação hegemônica, sendo capaz de desenvolver na esfera política apenas “reações adaptativas”. O que, sem dúvida, é fruto de situações histórico-sociais que se configuraram anteriormente ao momento de sua formação enquanto classe. A burguesia industrial nunca teve um projeto nacional consistente, sendo politicamente tímida, o que não significa dizer que ela não tivesse uma política. Havia uma política só que esta, conforme Cardoso (1971) denomina, era uma “política de interesses compartilhados”, entre grupos nacionais e internacionais.

Dessa forma a burguesia industrial procuraria adaptar-se à situação de dependência segundo um processo histórico, no qual se configura a impossibilidade de uma política hegemônica e desenvolve-se ideologias que justificam as reações adaptativas na esfera política, orientando seus interesses, estritamente, para aspectos econômicos corporativos.

Os interesses, portanto, emergem como fator importante da articulação de classes, uma vez que a despeito do comportamento acomodatório, em termos

políticos, a burguesia industrial procura escolher seus aliados políticos em função da posição que eles ocupam no mercado e da identificação de interesses comuns que se ajustam à dinamização do setor industrial.

Nas palavras de Cardoso, já nos anos 70:

a prática política, a ruína do nacional-populismo, o castrismo, prática econômica expressa pela penetração dos capitais estrangeiros, teriam posto fim ao conceito e à relevância da 'burguesia nacional'. A partir de considerações como estas passou-se a considerar as burguesias como tigres de papel (CARDOSO: 1975h, p.126).

Desse modo, o que se observa é que a burguesia local, mesmo não sendo portadora de um projeto de edificação nacional, também não é um mero epifenômeno dos monopólios externos. Ou seja, ainda nesse contexto de dependência estrutural, há uma maior ou menor margem para sua atuação na exata medida em que ela redefine seu relacionamento com outras classes no jogo do poder.

Resumindo, os estudos de Cardoso ultrapassam a simples constatação da situação de dependência e se dirigem para as possibilidades de desenvolvimento e para a questão da articulação dos interesses políticos. É a partir daí que Cardoso vai recusar a perspectiva de que o empresariado seja capaz de realizar um projeto político que se faça também hegemônico.

Nesse ínterim, remetendo-nos ao contexto brasileiro do ano de 1964, assistimos a tomada do poder pelos militares, que instauram o regime autoritário. Desiludida, a intelectualidade contrária à ditadura, ao Imperialismo e ao capitalismo começará a se dedicar, de fato ou retoricamente, à Revolução. Com isso, a repressão, a censura e o policialismo entram em cena a fim de podar tais ideais revolucionários, bem como evitar a expansão destes por toda sociedade.

Fernando Henrique Cardoso sentindo-se perseguido sai do país e vai para a Argentina, onde receberá um convite para trabalhar na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – encontrando nela o suporte teórico para a construção de suas análises sobre a questão da Dependência. Permanecerá, então, no Chile entre os anos de 1964 a 1967. Cardoso começa, então, a participar dos seminários que são realizados na CEPAL apresentando uma nova tese sobre a Teoria da Dependência. Nesse sentido, Palma distinguirá:

el enfoque que deliberadamente evita desarrollar una teoría mecánico-formal de la dependencia, concentrando el análisis e lo que se há llamado 'situaciones concretas de la dependencia' (Palma: 1987, p.49).

O que se refere justamente à tese apresentada por Cardoso e Enzo Faletto.

Em linhas gerais, Cardoso refutará as formulações sobre a existência da dualidade: centro/periferia e, conseqüentemente, criticará a Teoria da Dependência que se pautava por essa dicotomia, voltando-se para uma análise dialética da dependência e constatando na realidade brasileira um processo simultâneo e contraditório de sujeição e desenvolvimento.

Cardoso no seu texto, "*Teoria da Dependência*" ou *Análises Concretas de Situações de Dependência?*, explicitará a opção por uma análise concreta não só por considerar ingênuo pretender transformar a noção de dependência num conceito totalizante, como também por achar impossível a construção de uma Teoria da Dependência. Segundo Cardoso,

pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista, quando este é levado à expansão internacional (Cardoso: 1993, p.138).

Ao sistematizar suas idéias sobre a Teoria da Dependência, escrevendo com Enzo Faletto, contrapõe-se às idéias vigentes sobre o desenvolvimento na América Latina que, até então, dominavam o debate. Cardoso começa a discorrer sobre o fato de que apesar dessas nações se caracterizarem por uma inerente dependência aos países economicamente hegemônicos e possuem uma conseqüente intensificação de um sistema social excludente, não lhes estava fechada a possibilidade de desenvolvimento econômico. Ou seja, segundo Cardoso e Faletto, nelas seria possível um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescentes. Desse modo, apesar de contraditório, o desenvolvimento capitalista nesses moldes é real, além disso "esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência" (Cardoso: 1975i, p.124). Como podemos perceber, Cardoso e Faletto, inauguram um novo cenário teórico-metodológico sobre a América Latina acreditando na viabilidade de um desenvolvimento capitalista dependente e associado no Brasil¹; e lançam no debate intelectual uma nova análise sobre a questão da dependência em

¹ Além de Cardoso e Faletto outros autores emergem com esta mesma linhagem de pensamento, como por exemplo Aníbal Quijano, Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, Armando Cordova, Alonso Aguilar e outros.

contrapartida a teoria desenvolvida por autores que (como Santos, Frank e Marini) encaravam a dependência como sendo a dominação dos países industrializados sobre os exportadores primários.

Cardoso se posicionará contra esta corrente de pensamento não concordando com esse tipo de explicação, nem com as explicações cepalinas sobre o capitalismo em nações subdesenvolvidas criticando o economicismo e a análise mecânico-formal que, para ele, a CEPAL fazia sobre a América Latina. Surgem, a partir daí, as primeiras controvérsias teóricas e metodológicas entre Cardoso e os autores supracitados. O debate sobre a “teoria da dependência” passou a ser um dos temas centrais tratados por Cardoso nesse período. Desde que escrevera *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, observamos as divergências apontadas com relação, a Marini, fazendo referências a Santos e a Gunder Frank, numa crítica às alternativas que restam aos países periféricos defendidas por tais autores, que se dirigem para a opção entre a Revolução Socialista e a estagnação social.

Os anos transcorridos sob a Ditadura estavam marcados por tempos difíceis, inclusive para a Universidade que em 1968-1969 fora atingida duramente pela repressão. Até 1969, como bem coloca Roberto Schwarz, em larga medida a cultura de esquerda ficou enclausurada dentro das Universidades, único lugar onde conseguira ser hegemônica (Schwarz: 1978).

Nessa época Cardoso, que continuava no Chile, recebeu um convite de Alan Touraine para trabalhar na Universidade francesa e em 1967, abandonando a CEPAL, inicia um trabalho ministrando dois cursos: um de Teoria Sociológica para a graduação e um para a pós-graduação sobre a Teoria da Dependência. Quando estoura a Revolução Estudantil na França, em meados de 68, Cardoso retorna ao Brasil com o objetivo de prestar o concurso para a cátedra de Política na USP.

Em dezembro de 1968 foi baixado o AI-5, eliminando todas as formas de participação estudantil com policialismo pesado, extrema violência e censura da imprensa. Em abril de 1969 vários professores universitários, inclusive uspianos, são aposentados compulsoriamente e entre eles estavam: Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paul Singer, José Arthur Giannotti, etc. Uma parte destes intelectuais, afastados das atividades acadêmicas, fundam um centro de estudos autônomo à Universidade, o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), cuja fonte de financiamento provinha da Fundação Ford (Lahuerta: 1999). De 1970 a 1978, o CEBRAP adquire grande influência tornando-se a garantia de legitimidade das Ciências Sociais e a prova

de que a ciência não poderia ignorar a política.

Cardoso, inicia então uma nova fase de seu debate intelectual analisando as conseqüências de práticas políticas desencadeadas num contexto de dependência. Dentre elas alertava, já no início da década de 70, sobre a possibilidade de abertura do Regime através de estratégias democráticas, uma vez que as próprias contradições inerentes ao sistema capitalista dependente contribuiriam, segundo aponta, para o desgaste do imobilismo burocrático-repressivo e para a emergência da democracia representativa.

Nos anos setenta notaremos a transição temática de Cardoso. A Política, o Estado e os Movimentos Sociais ganharam relevância crescente a partir dos anos setenta, o que podemos observar não só em suas obras: *O Modelo Político Brasileiro*, 1973 e *Autoritarismo e Democratização*, 1975, mas também nos artigos escritos no *Jornal Opinião*, um semanário que circulou de 1972 a 1976.

Os estudos de Cardoso sobre o Brasil durante os anos setenta, revela uma forte preocupação em compreender a paulatina instauração do autoritarismo no lugar da liberal-democracia. Autoritarismo este que se legitimaria através de estilos de desenvolvimento que propugnavam o crescimento econômico acelerado, geravam a concentração de renda e ainda cerceavam a participação por temor da pressão popular e da conseqüente revolta das massas. Com isso, a relação centro-periferia se intensificava e o que antes caracterizava-se como uma tendência à divisão do setor produtivo entre Estado, empresa nacional e internacional, começou a desenhar-se sob novas formas de empreendimento e a principal inovação talvez seja a associação entre capitais estatais e consórcios internacionais, abrindo-se assim novas possibilidades de negociações entre o Estado e as corporações estrangeiras. Negociações estas que teriam por objetivo uma maior participação nos lucros das empresas gerando novas formas de relações imperialistas. Nesse arranjo do cenário nacional novos setores ganham expressão, como por exemplo os setores das Forças Armadas e da tecnocracia que, até então, por serem antipopulistas estavam excluídos do sistema, mas devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário assumem papéis importantes: no plano social, como força repressiva e no plano administrativo, como modernizadoras.

Ao se enveredar por uma abordagem sobre o Estado, a política e os movimentos sociais, Cardoso caracterizou o Regime como autoritário-burocrático, disseminador de um pseudoconsenso nacional, em que através do monopólio da informação consegue manter a apatia da massa, excluída do processo político. E, uma vez que, no lugar de partidos operavam “anéis

burocráticos”, que se constituíam através da articulação entre Empresas Públicas e Privadas, a maioria da população não possuía representação e, conseqüentemente, não possuíam meios para expressarem seus interesses.

Diante disso, o que se constatou foi que Cardoso, ao analisar tal contexto apresenta uma alternativa para a superação do Estado autoritário através da paulatina emergência da democracia, que descarta a concretização de uma Revolução Socialista, mas que se refere à participação política. Participação política esta que não significa adesão e sim legitimação do conflito, num clima de reconhecimento da diversidade dos interesses, possibilitando a discussão dentro do processo político.

A partir de 1972, Cardoso, além do trabalho no CEBRAP, também passa a escrever para o Jornal *Opinião* que surge como alternativa à participação dos acadêmicos cassados e que, como diria Almeida (1992), são impelidos para a atividade pública. Este jornal possibilitou a comunicação entre a *intelligentsia* e os partidos políticos, bem como a passagem de muitos intelectuais para a esfera política, como foi o caso de Cardoso que acabaria sendo lançado, por uma sublegenda do MDB como candidato ao Senado, em 1978.

Os colaboradores do *Opinião* eram cientistas sociais, filósofos, economistas, etc... geralmente com postura oposicionista, oriundos das universidades paulistas, principalmente USP e UNICAMP e pertencentes ao CEBRAP. Dentre eles teremos: Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e outros. Somente por volta dos anos 75-76 a intelectualidade carioca passa a dar uma contribuição mais efetiva para o Jornal (Almeida: 1992). Muitos dos intelectuais que se dedicaram a escrever artigos para o *Opinião* embarcaram, definitivamente, na vida política abandonando as atividades acadêmicas.

O Jornal *Opinião* tornou-se um importante veículo que permitiu a comunicação entre os intelectuais acadêmicos – que passaram a tornar pública suas posições – e a massa esclarecida. É notável como os artigos de Cardoso no *Opinião* representam a transparência de suas teses, expressando neles a sua crítica às interpretações estagnacionistas, preceitos sobre a teoria da dependência, a falta de uma política hegemônica por parte da burguesia e, ainda, travando uma discussão sobre o significado das eleições, sobre o papel do partido oposicionista e sobre a questão democrática.

De acordo com Maria Hermínia o melhor exemplo de transformação da discussão acadêmica em matéria jornalística se encontra no artigo: *Os mitos da Oposição I*, onde há uma crítica sobre o nacionalismo, o desenvolvimento como

ideologia do Estado e sobre o estagnacionismo. Cardoso argumentará que:

a cara da realidade foi se desenhando por trás dos mitos. Em vez de estagnação, desenvolvimento. Em vez de predomínio do setor público, associação crescente entre o Estado, as empresas multinacionais (os velhos trustes mudaram de nome e, às vezes, até de política) e empresariado local. Em vez de imobilismo social, uma <sociedade aberta>, onde a mobilidade social se não é o pão nosso de cada dia é o credo das aspirações de muitos. Tudo isso, naturalmente, num quadro de repressão política e de discriminação de amplos setores sociais... (Cardoso: 1973d).

Além disso, tal artigo, entre outros, é representativo da intenção de se tornar pragmática a atuação da oposição ao governo autoritário, burocrático, repressivo, paternalista e concentrador de renda. Todavia, isso só seria possível quando a oposição se libertasse de seus *mitos*, ou seja, distanciando-se da perspectiva revolucionária e voltando-se para o tema da democracia e reorganização da sociedade civil.

Escrevendo para o Jornal *Opinião*, Cardoso realiza na verdade uma síntese do cenário político brasileiro manifestando suas posições no que se refere ao caráter do Estado autoritário e burocrático, bem como acerca da situação econômica do país, caracterizada por um desenvolvimento capitalista, associado e dependente. A maioria de seus artigos nos remete a um constante alerta em relação à postura da real participação política requerida, a oposição, uma vez que o *Opinião* presenciou o início da participação oposicionista no sistema partidário e entre os grupos de elite.

Em suma, o Jornal *Opinião* foi um importante fator de inserção de Cardoso, bem como de outros intelectuais, no conjunto das manifestações da sociedade civil como atores políticos numa conjuntura que, apesar de conviver com o Estado autoritário, ampliava seus espaços democráticos. Pode-se dizer que é justamente a distância existente entre a mobilização social e os partidos políticos nesta época que torna necessária a intervenção de mediadores que façam a articulação entre um plano e outro. E o exercício desta mediação entre os dois planos é que possibilitará Cardoso tornar-se um ator político ingressando, consequentemente, de modo definitivo no cenário político nacional. Por fim, a concretude de sua participação política se dá quando Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, vai ao CEBRAP solicitar aos intelectuais a elaboração de um programa partidário de base para a campanha eleitoral de

1974. São estabelecidas assim as condições plenas para a transição desses acadêmicos à condição de políticos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. H. T. **Tomando Partido, Formando Opinião**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

CARDOSO, F.H. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1971.

_____. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1972a.

_____. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: 1969.

_____. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL 1993.

_____. O Partidão do Sr. Freire. **Opinião**. São Paulo, n. 3, 1972b.

_____. Uma Austera, Apagada e vil Tristeza. **Opinião**. São Paulo, n. 4, 1972c.

_____. A Esfinge Fantasiada. **Opinião**. São Paulo, n. 9, 1973a.

_____. Gladiadores de Marionetes. **Opinião**. São Paulo, n. 11, 1973b.

_____. As Concessões Temerárias. **Opinião**. São Paulo, n. 13, 1973c.

_____. Os Mitos da Oposição I. **Opinião**. São Paulo, n. 16, 1973d.

_____. Os Mitos da Oposição II. **Opinião**. São Paulo, n. 22, 1973e.

_____. O Exercício da Abertura. **Opinião**. São Paulo, n. 90, 1974a.

_____. A Democracia do Prof. Huttington. **Opinião**. São Paulo, n. 94, 1974b.

_____. O Presidente e os Partidos. **Opinião**. São Paulo, n. 96, 1974c.

_____. O Projeto Institucional e o Povo. **Opinião**. São Paulo, n. 113, 1975a.

_____. A Crise Internacional e o Futuro dos Países Subdesenvolvidos. Em Busca de uma Nova Utopia. **Opinião**. São Paulo, n. 121, 1975b.

_____. Reforma Partidária? **Opinião**. São Paulo, n. 126, 1975c.

_____. As Multinacionais e a Democratização. **Opinião**. São Paulo, n. 130, 1975d.

_____. Dois Pesos e Duas Medidas. **Opinião**. São Paulo, n. 131, 1975e.

_____. Opções Fundamentais. **Opinião**. São Paulo, n. 137, 1975f.

_____. Além do Debate. **Opinião**. São Paulo, n. 143, 1975g.

_____. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975h.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar

Editora, 1975i.

FILHO, E. O Presidente. **Revista VEJA**. São Paulo, Editora Abril, ano 27, p. 31-58, 12 out. 1994.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEHMANN, D. Cardoso: da dependência à democracia. **Novos Estudos CEBRAP**, n.14, p. 31-36, fev. 1986.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PECAULT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

MOTA, C. G. **A Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

PALMA, G. Dependencia y Desarrollo: Una Visión Crítica. **La Teoría de la Dependencia: una revaluación crítica**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, Dudley Seers, compilados, 1987.

SCHWARZ, R. Cultura e Política 1964-1969. **Pai de Família e outros Estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BALANCE DAS ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ARGENTINO-BRASILEIRAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: 1986-2000

Fernando Julio PIÑERO e Sandra Silvia COLOMBO*

RESUMO: No novo paradigma produtivo, as atividades de cooperação em ciência e tecnologia constituem uma ferramenta estratégica para a criação de novas oportunidades de crescimento e são cruciais para melhorar os perfis de inserção internacionais dos países não-desenvolvidos. Neste trabalho se analisam as principais atividades de cooperação em ciência e tecnologia entre Brasil e Argentina desde o início do processo de integração regional. Estudam-se dois momentos chaves: o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e Brasil (PICAB), assinado em 1986, e o Mercosul implementado em 1991.

PALAVRAS-CHAVE: ciência e tecnologia, cooperação, processo de integração, Argentina, Brasil.

SUMMARY: In the new productive paradigm, the cooperation activities on science and technology constitute a strategic tool for the creation of development opportunities and are crucial to improve the international insertion profiles of non-developed countries. In this work we analyse the main cooperation activities on science and technology between Brazil and Argentina since the beginning of the regional integrating process. Two key moments are studied: the Economic Integration and Cooperation Programme between Brazil and Argentina (PICAB), signed up in 1986, and the Mercosul, implemented in 1991.

KEY WORDS: Science and Technology, Cooperation, Integration Process, Argentina, Brazil.

1. Programa de Integração e Cooperação Argentina-Brasil

O Programa de integração e Cooperação Econômica entre a República

*Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, F.C.L. - Unesp - Araraquara, sob orientação do Prof. Luis Fernando Ayerbe.e-mail: f_pinero@yahoo.com; dllantada@yahoo.com

Argentina e a República Federativa do Brasil (PICAB), firmado em Brasília no dia 10 de dezembro de 1986, constituiu uma ruptura histórica no desenvolvimento das relações argentino-brasileiras. Em poucos anos passou-se de uma lógica de confrontação, sustentada em hipóteses geopolíticas e interesses geoeconômicos de confrontação, a outra de entendimento crescente (De la Balze, 1995).

O processo de integração foi uma iniciativa defensiva frente a um cenário dominado por profundas mudanças econômicas e políticas. Tendeu a melhorar a capacidade de negociação dos países mais importantes da América do Sul ante os difíceis problemas que enfrentavam: a dívida externa, a crise do modelo de desenvolvimento, a transição democrática, a mudança no equilíbrio do poder sub-regional, a crescente marginalidade dos fluxos de comércio e de IDE (Investimento Direto Estrangeiro), a busca de uma política mais autônoma frente aos EUA, e o atraso científico e tecnológico.

O enfoque predominante, na construção do PICAB, foi o de uma integração *gradual, flexível, seletiva e equilibrada*. *Gradual*, porque se previam etapas anuais de definição, negociação, execução e avaliação. O processo de integração seria *flexível* para permitir a realização de ajustes em função das conjunturas políticas e econômicas dos países; e *seletivo* para evitar os problemas derivados das assimetrias iniciais e dos efeitos de uma liberalização global.

O *equilíbrio* evitaria a especialização produtiva. Os acordos seriam intra-setoriais e buscariam um equilíbrio constante, tanto em aspectos quantitativos como em qualitativos, por grandes sectores e por segmentos de atividade. Com isto “se buscou dissipar alguns temores que se geraram na Argentina, ante a possibilidade de o país se converter em provedor de produtos primários ou agroindustriais e em comprador de artigos manufaturados de origem brasileira” (Mendonza, 1989).

O núcleo de estratégia do PICAB foi a aprovação de Protocolos setoriais em setores chaves como Bens de Capital, Energia, Biotecnologia, Cooperação Nuclear, Comunicações, Aeronáutica, Siderurgia, Finanças, Transporte¹. O

¹ O Acordo compreendeu 24 Protocolos que se referem a diversos aspectos da integração, abarcando desde assuntos financeiros e comerciais até outros vinculados a questões culturais e de planejamento econômico-social. Se tem constante referência às tecnologias de “ponta”, à participação conjunta do setor empresarial privado de ambos países com o setor acadêmico público, aparecendo a vinculação universidade-empresa como estratégia de desenvolvimento, de acordo com as tendências amplamente difundidas nos países industrializados.

Mercado Comum se iria construindo “a partir dos setores econômicos fundamentais nos quais teriam vigência os princípios fundamentais do PICAB dentro de uma integração intraindustrial nos principais setores econômicos”(Ferrer, 1997, p.56).

No programa não havia a preocupação de aprofundar o esquema de especialização que caracteriza a relação bilateral - agro-alimentícias versus manufaturados - mas sim em gerar especializações intra-setoriais que puderam difundir mais equitativamente as capacidades e potencialidades da mudança técnica. Propunha aproveitar as oportunidades do mercado ampliado para recriar vantagens dinâmicas que derivem de lucros de produtividade conjunta e da reconversão produtiva de ambos aparatos industriais.

Os aspectos antes mencionados são mais que significativos, já que um esquema de intercâmbios baseado nos princípios ricardianos clássicos, ou ancorados nos pressupostos da integração regional como uma nova variante da divisão internacional do trabalho, inevitavelmente teriam beneficiado o Brasil. No entanto, os pressupostos teóricos que predominaram sustentam-se no equilíbrio setorial e na complementaridade. Nessa linha, as materializações dos objetivos estabelecidos na Ata de integração começaram a se efetivar com a assinatura dos primeiros doze (12) protocolos. No presente trabalho se analisará somente os vinculados à cooperação científico-tecnológica nas áreas de bens de capital (Protocolo Nº 1), cooperação nuclear (Protocolo Nº 17), Energia (Protocolo Nº 8), aeronáutica (Protocolo Nº 12), biotecnologia (Protocolo Nº 9) e cooperação em informática.

Um dos protocolos mais importantes é o de **Bens de Capital**, que posteriormente se converte no Acordo de Complementação Econômica Nº 7, no marco da ALADI. Com a assinatura deste protocolo, define-se o universo de bens incluídos neste item: equipes e maquinários elétricos e não elétricos de uso difundido e específico, equipes de transporte não automotor e as partes, peças e componentes dos mesmos. Sob esse universo se negociaram progressivamente Listas Positivas Comuns com tratamento de “Produto Nacional” (com tarifa zero e sem restrições não-tarifárias para quase 50% dos produtos). Paralelamente se acordou a implementação de um mecanismo equilibrador, para o caso de algum dos países obter superávit no comércio bilateral, que consistia na ampliação da Lista Comum, no estabelecimento de um esquema financeiro adicional entre os Bancos Centrais e em um tratamento preferencial ou nacional para as compras do setor público (Acordo de Alcance Parcial Capítulo V. Art. 9 e 10).

Com a assinatura do protocolo Nº 17 sobre **Cooperação Nuclear**,

estabeleceu-se o intercâmbio, desenvolvimento e cooperação² no setor, através de projetos conjuntos. Ademais se acordou o intercâmbio recíproco em condições tarifárias preferenciais de bens argentinos e brasileiros para as centrais de ambos países.

Quanto ao Protocolo Nº 8, que se refere à **Energia**, deu-se especial importância ao abastecimento de gás por parte da Argentina para o Brasil³. Assim, destaca-se o reconhecimento explícito da necessidade de promover atividades conjuntas. Estas se materializaram com a assinatura do Convênio de Intercâmbio e Cooperação Tecnológica entre Y.P.F. e PETROBRÁS, com a intervenção de BRASPETRO e com a positiva participação conjunta (Y.P.F.-BRASPETRO) em terceiros países no campo da exploração de petróleo.

Em relação ao protocolo Nº 12 de **Cooperação Aeronáutica** firmado em Buenos Aires, no dia 29 de Julho de 1986, os governos da Argentina e do Brasil resolveram: 1) Concretizar ações pendentes na fabricação de partes de aviões brasileiros na “Área Material Córdoba”; 2) Estudar e definir a possibilidade de utilização, pelas respectivas Forças Aéreas, de aviões fabricados pela indústria argentina e brasileira, num contexto de adequada cooperação industrial; 3) A criação de um Grupo de Trabalho Conjunto destinado ao estudo, assessoramento e seguimento do intercâmbio argentino-brasileiro no setor aeroespacial sob a supervisão de ambas Forças Aéreas. Destaca-se que a Argentina e Brasil conseguiram criar este protocolo, em Julho de 1990, com o vôo inaugural do avião turbóhélice CBA-123, de produção binacional. Avião destinado ao transporte de passageiros em distâncias médias.

No âmbito da ata de Integração binacional de dia 29 de Julho de 1986, firma-se o Protocolo Nº 9 de **Biotecnologia**. Propõe-se a criação do Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO). Este centro foi concebido para operar como uma estrutura descentralizada.

As atividades do CABBIO estiveram centradas em: 1) treinamento e capacitação de pesquisadores e técnicos; 2) Financiamento de projetos conjuntos

² Ver Protocolo Nº 17: Cooperação Nuclear. Pontos 1 a 7. Brasília, 10 de dezembro de 1986; e declaração de Ipero do dia 8 de abril de 1988.

³ Ver Ata sobre a venda de gás argentino ao Brasil, Uruguaiana, 22 de agosto de 1989 e a Diretiva de Prioridade firmada em Brasília o 16 de março de 1990.

⁴ Os temas prioritários aprovados e desenvolvidos são o Projeto de Febre Aftosa, cítricos, partículas inativas e imunológicas, alimentos, tuberculoses humana e bovina e animais transgênicos. Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia: Dez Anos de Operação. Mimeo.1998.

de pesquisa orientada a desenvolvimento e produção biotecnológica; 3) Intercâmbio de pessoal científico vinculado a projetos comuns; 4) Apoio a simpósios e workshops técnico-científicos; 5) Identificação de temas de interesse comum e formulação de políticas de atuação dos dois países na área biotecnológica⁴.

Para finalizar e em coincidência com Juan Carlos Carullo pode-se afirmar que o CABBIO

é um instrumento eficaz para a orientação de atividades científico-tecnológicas. Em tal sentido suas ferramentas de apoio à pesquisa e desenvolvimento e à formação de recursos humanos, contribuem eficazmente ao surgimento de novas linhas de pesquisa, abertas aos temas aplicados e orientadas a dar respostas às demandas sociais e institucionais, o que representa um valioso aporte ao desenvolvimento da cultura do sector acadêmico. (Carullo, 1994, p.14)

A cooperação Argentino-Brasileira na área de **Informática** esteve presente a partir do Programa Argentino-Brasileiro de Pesquisa e Estudos Avançados em Informática. Carlos Correa (1993) distingue neste Programa duas áreas temáticas, uma vinculada à pesquisa acadêmica e outra à formação de recursos humanos. As propostas de pesquisa, elaboradas em conjunto, incluíram temas de automatização industrial, processamento distribuído, sistemas experimentais, microeletrônica e engenharia de software. Dentre as propostas se destaca o “Projeto Ethos” destinado a desenvolver um ambiente de programação orientado a objetos. Apesar de certos logros alcançados este programa esteve exposto aos vaivéns políticos ficando desativado devido às mudanças de autoridades em ambos países em 1989.

Quanto à formação de recursos humanos, as atividades estiveram destinadas à realização de cursos de aperfeiçoamento. Criaram-se as Escolas Argentino-Brasileiras de Informática (EBAI), da qual participaram uma grande quantidade de bolsistas argentinos e brasileiros (aproximadamente contaram com 500 estudantes de cada país, financiados por seus respectivos governos).

Em síntese, com o PICAB, Brasil e Argentina decidiram percorrer os caminhos da modernização econômica e programaram um crescimento em conjunto⁵. Ante o risco de ficar ainda mais atrasados em relação à nova revolução científica e tecnológica, a modernização tecnológica com vistas a

⁵. Ver Ata para Integração Argentino-Brasileira, Buenos Aires, 29-07-1986.

uma reconversão industrial adquire um papel prioritário (Jaguaribe, 1987). A proposta de empreender uma abertura bilateral baseada nos Protocolos, gerou uma série de impulsos e avanços em algumas das tecnologias mais dinâmicas e de maior impacto na reestruturação da economia mundial.

O processo de integração recebeu um novo impulso no dia 29 de novembro de 1988, com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. A importância deste novo acordo reside em que, pela primeira vez, se estabeleceu a criação de um espaço econômico comum como objetivo do processo (Taiana, 1995, p.39). Se acordou, em uma primeira etapa, a remoção de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços nos territórios dos Estados Partes que seriam alcançados gradualmente, em um prazo máximo de dez anos. Numa segunda etapa, o tratado postula a harmonização gradual das demais políticas necessárias para a formação do mercado comum entre os Estados Partes.

No entanto, a efetividade concreta do Tratado se viu limitada pela gravidade que alcançou a deterioração econômica em ambos países pouco depois de firmado o acordo. O novo contexto macroeconômico e as condições externas a que se viram expostos ambos os países em fins dos anos oitenta, vão determinar profundas mudanças na estratégia da integração.

2. Mercosul e os acordos de cooperação em C&T

O passo chave para a constituição do Mercosul é a denominada “Ata de Buenos Aires” firmada pelos presidentes Carlos Menem e Fernando Collor no dia 06 de Julho de 1990. Esse documento encurta os prazos da integração, o que significa uma reorientação da estratégia de integração. Do ponto de vista dos tempos, em lugar do prazo inicial de dez anos, se optou por alcançar os objetivos em cinco anos, sendo a data limite o dia 31 de dezembro de 1994. Desde a estratégia de integração, esta “se reorientou sobre as bases de redução acelerada de impostos, direta e automática de todo o universo tarifário” (Ferrer, 1997, p.347).

Indubitavelmente, tanto o encurtamento dos prazos, como a redefinição da estratégia de integração se deveu ao novo contexto político-econômico a que se enfrentavam Brasil e Argentina. Embora, ambos governos considerassem necessário continuar com o caminho iniciado a partir dos acordos Alfonsín-Sarney, a implementação de políticas de ajuste que tendiam a eliminar o déficit fiscal, a privatização das empresas públicas, a desregulamentação da atividade

econômica e a abertura ao exterior em ambos países, dariam à integração um novo perfil “comercialista”.

Um acontecimento fundamental foi a incorporação do Uruguai e do Paraguai ao processo de integração. Esses países mantinham ligações econômicas muito importantes e bem estabelecidas com a Argentina e o Brasil, e tinham efetuado um seguimento muito próximo do progresso das vinculações em o Cone Sul (Di Filippo, 1997). Depois de uma série de contatos prévios, no dia 26 de março de 1991 se subscreve o Tratado de Assunção que estabelece o Mercado Comum do Sul, Mercosul, com a presença dos quatro chefes de Estado: Carlos Menem, Fernando Collor, Andrés Rodríguez e Luís Alberto Lacalle Herrera.

Em matéria de ciência e tecnologia, o Tratado de Assunção estabelece a necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens disponíveis. Um ano depois, na Reunião celebrada em Las Leñas em 26 e 27 de Junho de 1992, o Grupo Mercado Comum (GMC) assina a resolução N° 24/92 pela qual se cria a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECyT), cujo objetivo seria “promover o estudo dos aspectos vinculados a esta matéria, com vistas à integração das instituições de pesquisa e a formulação de linhas básicas para as políticas científicas e tecnológicas do Mercosul”.

Apesar desses enunciados, na realidade, a articulação em matéria de ciência e tecnologia deixou de se constituir em um objetivo em si mesmo, e ficou relegada em relação à liberalização comercial⁶. O novo projeto integracionista estabelecia:

uma maior exposição externa das atividades produtivas, diminuindo profundamente o rol e a intervenção pública na concessão e localização dos recursos e fatores, assim como o próprio processo econômico. A funcionalidade estava dada pela coincidência na filosofia neoliberal das estratégias econômicas implementadas internamente pela maioria dos parceiros e da abertura à economia internacional. (Bernal-Meza, 1994)

⁶ No Tratado de Assunção, art. 1, foram criados os objetivos do mercado comum: livre comércio de bens, serviços e fatores produtivos. Eliminação de direitos de alfândega e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias. Estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum. A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes.

A tendência a privilegiar atividades de cooperação com países desenvolvidos pode ser demonstrada através de dados bibliométricos¹⁰:

Co-Publicações de Brasil e Argentina

1991-95	Totais Publicações.	Co-Publicações	% Co-Publicações	% Co-Publicações. c/Am. Latina	% Co-Publicações c/ EUA	% Co-Publicações. C/U.E
Argentina	11.085	2.557	23,1	5,4	8,7	11,7
Brasil	21.397	6.948	32,5	3,5	15,3	17,1

As co-publicações entre Argentina e Brasil, para o período 1991-1995, são 324, representando 2,9% do total de publicações argentinas e 1,5% do total de publicações brasileiras. As co-publicações Argentino-brasileiras representam 54% do total Argentino de co-publicações com América Latina. Enquanto que para o Brasil representam 43% das mesmas¹¹.

Finalmente, se pode observar que os programas multilaterais de cooperação, em muitas ocasiões “acabam desempenhando, pela via indireta, um papel de aproximação entre instituições de um país e outros da região” (Velho, 1997, p.28). Tal é o caso do Programa ALFA, promovido pela União Européia e o Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED). “Nas reuniões destas redes de cooperação se estabeleceram muitos contatos pessoais com pesquisadores de outros países do Mercosul, gerando-se projetos e outras iniciativas de cooperação” (Marí, 1997, p.18).

3.b. A cooperação bilateral entre empresas

Tal como se desprende do informe final do Projeto “Cooperação científica e tecnológica no âmbito do Mercosul”, no caso da República Argentina¹² se pode

¹⁰ O estudo se tem realizado utilizando como fonte de informação a base de dados multidisciplinar “Science Citation Index” (SCI) em versão CD-ROM, produzida pelo Institute for Scientific Information (ISI) de Filadelfia (Fernandez et al, 1998).

¹¹ Ao desagregar-se as co-publicações da Argentina e do Brasil, por áreas científicas, observa-se que os interesses prioritários da cooperação são: Física, Biomedicina, Medicina Clínica, Agricultura e Meio Ambiente, Química, Engenharia e Tecnologia e Matemáticas.

¹² Elaborado pelo Instituto de Estudos da Ciência e da Tecnologia da Universidade de Quilmes, 1997.

afirmar que praticamente não existe cooperação entre empresas para pesquisa ou desenvolvimento tecnológico, no entanto, se tem constatado um aumento na assistência técnica, a raiz de um aumento considerável das relações entre empresas.

O mencionado informe destaca que se tem podido detectar uma crescente atividade de assistência técnica e capacitação, especialmente entre matrizes e filiais e entre empresas associadas, podendo estas, em alguns casos, serem consideradas uma atividade tecnológica, gerada a partir da necessidade de adaptar processos e equipamentos às condições locais ou, para resolver problemas técnicos.

4. Evolução dos Programas de cooperação setoriais

Tal como se tem visto, a materialização dos objetivos estabelecidos na Ata de Integração se realizou pela via de Protocolos. Analisa-se agora o estado atual da cooperação nas mencionadas áreas¹³.

Quanto à **Cooperação Nuclear**, na atualidade, tem ficado restrita devido a questões internas. No caso Argentino, a reorganização e redução da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), junto às mudanças na política nuclear têm modificado o panorama da cooperação. No entanto, continua-se cooperando em alguns itens como: Radioisótopos, metalurgia nuclear e normas de seguridade em centrais nucleares (Marí, 1997, p.26).

Em referência à **Cooperação na Área Espacial**, as atividades se viram favorecidas com a assinatura do “Acordo Marco de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais” entre Argentina e Brasil, subscrito em 9 de abril de 1996¹⁴.

No marco das atividades de cooperação, durante o ano 1995 se realizou

¹³ Não se analisa a evolução do Protocolo Nº 1 Bens de Capital já que os processos de instabilidade macroeconômica ocorridos na Argentina e no Brasil a partir de 1988, as mudanças na estratégia de integração, a partir da assinatura do Tratado de Assunção, entre outras causas, motivaram a desativação “de fato” do mencionado protocolo.

¹⁴ As áreas prioritárias da C&T espacial são: Avaliação e monitoramento do meio ambiente e dos recursos da terra por percepção remota e outras aplicações espaciais; desenvolvimento de missões de satélite conjuntas para fins científicos, tecnológicos e de aplicações espaciais; Meios de acesso ao espaço e serviços de lançamento. As agências executoras designadas pelo acordo marco são, a Agência Espacial Brasileira (EAB) e a CONAE.

uma série de provas, ensaios e controles de qualidade ao primeiro satélite produzido integralmente na Argentina, o SAC-B, em um laboratório do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Na atualidade estão sendo efetuados estudos de pré-viabilidade para um projeto de satélite conjunto denominado SABIA3 (Satélite Argentino-Brasileiro para Informação de Água, Alimentos e Ambiente). Outras atividades de cooperação estão sendo realizadas no contexto do projeto Argentino SAC-C, especificamente no referente à qualificação e ensaios de componentes, subsistemas e satélite.

Em relação à **Cooperação em Biotecnologia**, o balanço dos últimos anos evidencia alguns problemas estruturais. Por um lado, uma marcada ausência do setor privado e um marcado desinteresse por estabelecer alianças estratégicas com fins competitivos ou pré-competitivos¹⁵. Por outra parte, desde sua criação, o CABBIO tem enfrentado problemas orçamentários, geralmente motivados pelas crises econômicas tanto da Argentina como do Brasil.

Finalmente, como sustenta Manuel Marí, existe um ponto delicado sobre as relações entre Argentina e Brasil vinculado à complementaridade. O interesse de cientistas e empresários brasileiros tem decaído proporcionalmente ao melhoramento de seu potencial no setor, “fruto de uma política estável e crescente de desenvolvimento de recursos humanos e de equipamento” (Marí, 1997, p.30).

Outros setores têm desenvolvido e sustentado no tempo atividades de cooperação. Tal o caso dos setores industrial e agrícola. Em relação ao **setor industrial**, as atividades institucionais de cooperação argentino-brasileiras se desenvolvem em temáticas vinculadas aos serviços tecnológicos industriais, como estabelecimento de normas de qualidade, qualidade ambiental, credibilidade nos Laboratórios, e em metrologia (Chudnovsky & López, 1995).

No **setor agrícola**, o INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária) tem convênio de cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que atende a várias áreas, desde monitoramento por satélite e biotecnologia até desenvolvimento institucional (Da Costa & Velho, 1997, p.14). Assim, a Argentina e o Brasil participam de projetos multilaterais da área, como por exemplo, através do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário do Cone Sul (PROCISUR), do qual também participam Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile¹⁶. Destaca-se, a

¹⁵ “De fato, na atualidade são projetos entre grupos científicos. Há um caso de cooperação entre uma empresa brasileira e um centro de investigação argentino, embora não entre empresas” (Marí, 1997).

¹⁶ O PROCISUR tem cinco subprogramas: Biotecnologia, Recursos genéticos, Recursos

participação das universidades. Nesse sentido as Faculdades de Ciências Agrárias do complexo universitário Argentino têm um fluido intercâmbio Científico-tecnológico com contrapartes do Mercosul.

5. Conclusões

A respeito das atividades de cooperação em C&T, pode-se concluir que o ambiente gerado pelo processo de integração as tem favorecido notoriamente, observando-se um incremento em sua quantidade e qualidade, como também no grau da institucionalização das mesmas.

Assim, é possível dar conta de continuidades e rupturas nas atividades de cooperação em ciência e tecnologia. As continuidades estariam vinculadas ao mesmo processo de integração, no qual é possível distinguir atividades de cooperação iniciadas a partir da constituição do PICAB e que ainda hoje continuam. Alguns exemplos de elo são as atividades de cooperação nas áreas espacial e de biotecnologia.

As rupturas podem ser interpretadas como desinteresse por parte de alguns dos atores por sustentar no tempo empreendimentos conjuntos. Isso obedeceria a dois aspectos centrais. Por um lado, as questões internas aos países cooperantes, por outro, as variáveis externas. Em relação a questões internas, a explicação desta variável está vinculada às mudanças nos objetivos nacionais. Em alguns casos, a reforma do Estado ao nível de organismos de ciência e tecnologia, tem provocado a restrição das atividades de cooperação. Tal é o caso da Comissão Nacional de Energia atômica (CNEA) da Argentina. Em outros casos o desinteresse por continuar cooperando estaria relacionado às assimetrias existentes em alguns campos específicos. Isto explicaria, em parte, os vaivéns produzidos na cooperação em biotecnologia.

Por outro lado, seria possível explicar as rupturas, a partir de variáveis externas. Nesta linha explicativa se encontrariam atividades que foram relegadas por outras mais dinâmicas ou que os novos condicionantes internacionais não privilegiam. Tal é o caso dos acordos no setor de bens de capital.

Quanto à cooperação empresarial também, é possível interpretá-la, ainda

...naturais e sustentabilidade agrícola, desenvolvimento institucional e Agroindústria. Se desenvolvem tarefas como: seminários, intercâmbio, cursos de curta duração, capacitação por meio de estágios em serviços ou instituições especializadas, pesquisas conjuntas, etc.

que em menor medida, como uma ruptura, já que por um lado, desde os acordos se promove a cooperação empresarial, por outro, os respectivos contextos macroeconômicos não favorecem o desenvolvimento de redes de cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento. Particularmente crítico é o caso das pequenas e médias empresas já que o estrangulamento econômico-financeiro faz com que a cooperação em atividades de P&D se encontrem em um horizonte muito longe.

Com referência à cooperação científica se pode concluir que nos últimos 10 anos se tem intensificado. No entanto, existe uma tendência a privilegiar centros de excelência dos países desenvolvidos, a realidade indica que por questões geográficas, circunstanciais (eventos acadêmicos), ou devido a novas modalidades de cooperação (multilateral), as atividades de cooperação entre Argentina e Brasil se tem incrementado notoriamente.

A partir destas conclusões é possível estabelecer um cenário da cooperação argentino-brasileira em ciência e tecnologia no qual coexistem debilidades, fortalezas e oportunidades. As debilidades pelas quais enfrentam as atividades de cooperação de ambos países são as seguintes:

- a) A instabilidade e as dificuldades dos respectivos contextos macroeconômicos têm desestimulado as iniciativas de cooperação em pesquisa e desenvolvimento.
- b) O escasso nível competitivo das empresas e/ou a ausência de um empresariado disposto a resolver pela via da cooperação parte de seus problemas de competitividade.
- c) As assimetrias existentes entre ambos países poderiam motivar a “fuga” de atividades de cooperação para outros países. Em relação a este tema, as ameaças estariam vinculadas ao que poderíamos denominar “efeito trampolim”, onde um dos atores, com menor peso relativo, se apóia em outro até equipará-lo, para logo “pular” ou “mudar” para uma cooperação que tenha outros centros mais dinâmicos. Este aspecto estaria “corroendo” a natureza mesma da cooperação internacional em C&T, produzindo a ruptura do princípio de ajuda mútua.
- d) A ausência de uma política regional de ciência e tecnologia. Este aspecto é chave na hora de incluir as atividades de cooperação em uma estratégia mais ampla. No entanto, é possível encontrar alguns intentos de desenvolver uma política regional da matéria, porém ainda se está longe de conseguí-la.
- e) O escasso avanço institucional. As instituições até agora criadas resultam insuficientes para resolver a totalidade dos problemas relacionados com a ciência e a tecnologia.

Com referência as fortalezas, as mais relevantes são:

- a) O contexto atua a favor da cooperação. Tanto ao nível bilateral como regional (Mercosul) é possível observar uma tendência para o estabelecimento de laços formais de cooperação internacional. Exemplo de elos são os acordos Mercosul-União Européia (1995) e vários dos acordos bilaterais assinados com países desenvolvidos. Por outra parte, a continuidade e consolidação do processo de integração atuam como indutor de iniciativas de cooperação.
- b) Outra das fortalezas está vinculada às atividades de cooperação científica e a sua natural tendência a se internacionalizar. Este aspecto é considerado uma fortaleza já que muitas das atividades de cooperação se iniciam a partir dos contatos realizados em encontros, seminários, congressos etc.
- c) A presença de atores externos (Programas de cooperação) se constitui em uma fortaleza, pois permitem a grupos de ambos países confluir em programas multilaterais. Isso permitiria a segurança das atividades bilaterais, como também contribuiria para a construção de uma maior tradição em atividades de cooperação.

Quanto às oportunidades, se considera fundamental o papel das complementaridades das capacidades de Argentina e Brasil. Devido a questões históricas, econômicas, sociais, políticas e geográficas, Argentina e Brasil podem ser considerado como dois países com possibilidades de complementar-se e não concorrer.

Em síntese, neste trabalho intentou-se dar conta das principais atividades de cooperação científico-tecnológicas realizadas por Argentina e Brasil no entendimento que as mesmas são uma ferramenta estratégica para melhorar o perfil de inserção internacional de ambos países, e cruciais para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ALBORNOZ, M., KREIMER, P. E GLAVICH, E. (ed.). **Ciencia y sociedad en América Latina**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1996.
- BERNAL-MEZA, R. **América Latina en la economía política mundial**. Grupo Editor Latinoamericano, 1994.
- CARULLO, J. C. **Ciencia, Tecnología e Innovación en um proceso de Integración: El caso del Mercado Común del Sur (MERCOSUR)**. CEI-

UNQ, 1996, mimeog.

CARULLO, J. C. **Vinculación Universidad Empresa: Cooperación e Integración. El caso del Centro Argentino-Brasileño de Biotecnología (CABBIO).** CEI-UNQ, 1994.

CORREA, C. **El Desarrollo Científico-Tecnológico en la Integración Argentina-Brasil.** 1993, mimeog.

CHUDNOVSKY, D. e LÓPEZ, A. **Promoción y fomento de la innovación tecnológica desincorporada en la industria manufacturera en el Mercosur.** Programa de Cooperación Técnica BID-ATN/SF-4130-RE, 1995.

DA COSTA, C. e Velho, P. E. **Cooperação em ciência e tecnologia no âmbito do Mercosul. O caso brasileiro (governo federal).** Campinas, 1997.

DE LA BALZE, F. **Argentina y Brasil enfrentando el siglo XXI.** Buenos Aires: CARIABRA, 1995.

DI FILIPPO, A. El Mercosur: evolución y perspectivas. **Revista Capítulos**, nº 49, jan.-mar. 1997.

FERNANDES, A. M. e SOBRAL, F. (orgs.). **Colapso da ciência & tecnologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Editorial Relume Dumará, 1994.

FERNÁNDEZ, M. T., GÓMEZ, I. e SEBASTIÁN, J. La cooperación científica de los países de América Latina e través de indicadores bibliométricos. **Interciencia**, 1998.

FERRER, AL. El Mercosur: entre el Consenso de Washington y la integración sustentable. **Comercio exterior**. México, 47 (5), maio 1997.

GUIMARÃES, E. A. **A política científica e tecnológica e as necessidades do setor produtivo.** PNUD-BID, 1993.

HIRST, M. El programa de integración y cooperación Argentina-Brasil. Los nuevos horizontes de vinculación económica y complementación industrial. **Documentos e informes**, FLACSO-ARGENTINA, nº 81, 1989.

JAGUARIBE, H. La integración Argentina-Brasil. **Revista Integración Latinoamericana**, Buenos Aires, nº 129, 1987.

MARÍ, M. (coord.). **Proyecto cooperación científica y tecnológica en el ámbito del Mercosur.** Estudio de caso de la República Argentina. 1997.

MARTÍNEZ, E. e ALBORNOZ, M. (ed.). **Indicadores de ciencia y tecnología: estado del arte y perspectivas.** Caracas, Venezuela: UNESCO-CYTED-IEC-RICYT/Nueva Sociedad, 1998.

MENDONZA, O. El programa de integración y cooperación Argentino-Brasileño. Algunos criterios para su evaluación. In: BERNAL-MEZA, R. (org.). **Política, integración y comercio internacional en el Cono Sur**

Latinoamericano. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo - Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, nº 4, 1989.

OTEIZA, E. (dir.). La política de investigación científica y tecnológica argentina. Historia e perspectivas. Buenos Aires: Editorial CEAL, 1992.

SCHWARTZMAN, S. (coord.). Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global. São Paulo: PADCT II, 1993.

TAIANA, J. El nacimiento del Mercosur. Guatemala: FLACSO, 1995.

VELHO, L. Cooperação em ciência e tecnologia no Mercosul. Síntese final. Brasília: OEA, 1997.

Documentos utilizados

ARGENTINA. Acta para la integración Argentino-Brasileña. Buenos Aires, 29 jul. 1986.

BRASIL. Acta de amistad Argentino-Brasileña. Democracia, paz y desarrollo. Brasília, DF, 10 dez. 1986.

ARGENTINA. Cámara de Comercio Argentino-Brasileña: Mercosur. Resoluciones y decisiones 1991-1995. Argentina, 1996.

Centro Argentino-Brasileiro de biotecnología: dez anos de operação. 1998. Mimeog.

Declaración de Buenos Aires. 02 set. 1997.

Declaración de Ezeiza. 29 nov. 1998.

Declaración de Iguazú. 30 nov. 1985.

GACTEC. Plan nacional plurianual de ciência y tecnología 1998-2000. Dez. 1997.

McyE-SECyT. Bases para la discusión de una política de ciência y tecnología. 1996

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência e tecnologia no Governo Federal 1996. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Plano plurianual de ciência e tecnologia do Governo Federal (PPA) 1996/99. Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Programa de integración y cooperación económica entre la República Federativa del Brasil y la República Argentina. Brasília, DF, 10 dez. 1986.

RICYT-CYTED-OEA. Indicadores de ciência e tecnologia. Iberoamericanos/ Interamericanos. 1997.

A AMBIGÜIDADE DOS DISCURSOS: As organizações não governamentais (ongs) e a esfera pública não estatal

Eliana Barreto de Menezes LOPES*

RESUMO: Debater a dualidade de temas que têm estado na agenda das relações Estado-sociedade é o objetivo deste trabalho. Para tanto, adotou-se como referência as possibilidades de constituição de uma esfera pública não-estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Público não estatal, Estado, O.N.G.

SUMMARY: Discuss the duality of topics that have been in the agenda of the State-society relations is the aim of this work. For that reason, the possibilities of constituting a non-state public sphere were adopted as a reference.

KEY WORDS: Non-state public, State, Society, NGO

Este texto está estruturado em três partes.

Na primeira, o objetivo é expor, sinteticamente, as relações Estado e sociedade no Brasil e como, dados os vínculos históricos, os movimentos sociais surgem como um fenômeno novo, em contraposição à tutela do Estado.

Em um segundo momento, expomos como os movimentos sociais foram relacionados com a emergência da sociedade civil no Brasil, e de como as interpretações desta sociedade civil relacionam-se a projetos políticos diferenciados, abordando a vertente comunitarista e a liberal, sugerida por Vera Telles.

Busca-se relacionar estes distintos sentidos com a constituição e atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) que, sob uma mesma denominação e configuração legal, abrangem origens, práticas e objetivos diversificados.

Na última parte, a partir do enfoque na esfera pública não-estatal, o objetivo é o demonstrar que, após um período de contestação das organizações/movimentos da sociedade, o discurso por eles disseminado é apropriado de modo

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, F.C.L. - Unesp - Araraquara, sob orientação da Prof^a D^a Maria Teresa Miceli Kerbauy.

que o que era dito com objetivos de contestação/disseminação acaba por ser utilizado como discurso de manutenção de estruturas excludentes e seletivas.

A atuação diferenciada das ONGs, nesse sentido, é exemplar de como o discurso conservador, agora com roupagem moderna, tem sido incorporado e atualizado, o que gera questionamentos sobre o potencial realmente transformador que elas supostamente possuem, e em que medida não são a concretização do que foi estabelecido na Reforma do Estado, isto é, organizações sociais, que podem acabar por ser identificadas - tais como as ONGs recentemente têm sido, com a sociedade civil no Brasil - levando a retrocessos nos avanços obtidos a partir da atuação dos movimentos sociais.

As relações Estado e sociedade no Brasil historicamente articularam-se de modo que esta última fosse considerada como subordinada, ou seja, com um papel secundário na construção de espaços públicos no Brasil – identificado o público com o estatal.

Carvalho (1991), em estudo sobre a sociedade brasileira no início do Período Republicano questiona em que medida esta, “bestializada”, não foi mera espectadora do processo de transição do Império para a República. Discordando desta tese, mostrando que ocorreram práticas de resistências à intervenção estatal em vários momentos e espaços da vida social, o autor aponta, no entanto, para a presença da “estadonia”, em referência a reivindicações ao *status* de cidadania por parte de militares mas também de segmentos operários, onde “(...) a tentativa de acesso a uma cidadania mais ampla se deu pelas portas ou pelos porteiros do Estado”.¹ (idem, p. 54)

Santos (1979), analisando o período getulista (1930-45), observa que o que se verificou nesse período foi a cidadania regulada, que consistiria no reconhecimento, pelo Estado e pela sociedade em geral, de direitos de cidadania àqueles que possuísem a carteira de trabalho assinada. O Estado, nessa época, por meio da legislação corporativista, definia as profissões por meio de regulamentação legal, excluindo os trabalhadores rurais e informais do *status* de cidadão.

Sales (1994) adota a noção de cidadania concedida para caracterizar uma condição com origens no período escravocrata. O que ela denomina de

¹ Faoro (1991), em livro clássico, busca nas origens da colonização portuguesa a explicação para um Estado que se constitui previamente à sociedade, predominando um Estado patrimonial-estamental, isto é, a indistinção entre o público e o privado, onde uma camada, formada por funcionários do Estado, renova-se apenas internamente, permitindo a manutenção da lógica patrimonialista.

“cultura política da dádiva”, que abrange não apenas a obediência, contraposta ao mandar, mas a subserviência, relacionada ao pedir, não se restringiu, contudo, a épocas passadas, mas atravessou gerações e contextos diferenciados, ocupando espaços e conformando relações sociais.

O que as qualificações para o termo cidadania indicam é a sua seletividade, seja como favor, seja como direito outorgado. Os grupos específicos que possuem uma certa relevância para os projetos estatais são considerados cidadãos, enquanto que para os demais resta a exclusão.

Avritzer (1994), debruçando-se sobre a emergência da sociedade civil no Brasil, fenômeno que, de acordo com ele, ocorrerá no final dos anos 70, observa que ao Estado tradicionalmente coube a prerrogativa de controle das formas de ação social, intervindo nas organizações da sociedade sempre que necessário aos seus projetos.

De acordo com Avritzer (1994), na América Latina em geral, e no Brasil em particular, a modernização não teve como contraponto a modernidade. Isso significa que estruturas institucionais do mercado e Estado, imitadas a partir de um referencial liberal-democrático presente nos países da Europa Ocidental e EUA, foram transplantadas sem que seus sentidos respectivos - as bases para que as leis pudessem encontrar legitimidade - se formassem. A participação societal, possível pela formação de uma opinião pública crítica, foi resultante da racionalidade destas estruturas, e não sua propulsora.

À medida que é o próprio Estado o responsável por atribuir o *status* de cidadania, as organizações da sociedade já têm sua origem autônoma comprometida, seja pelo reconhecimento limitado de quem pode ser considerado cidadão, seja pela capacidade intervencionista do Estado, estimulando a formação de organizações, bem como seus interesses respectivos, segundo os desígnios estatais.

Estas características ganharão contornos mais marcantes a partir do governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, que assume a presidência com o objetivo de industrializar e modernizar o país, inserindo-o no rol das nações desenvolvidas. O governo Vargas traçou como estratégia o reconhecimento das organizações partícipes dos processos decisórios, em quais circunstâncias e com qual efetividade, por meio da legislação corporativista. Este quadro, no entanto, pode ser encontrado anterior e posteriormente a este período, variando segundo o momento e as questões em jogo. Não se verifica, contudo, a autonomia desta esfera societária face ao Estado.

Não apenas a autonomia, entendida como capacidade de organização,

elaboração e reivindicação de interesses que são formulados exteriormente às influências e diretrizes estatais, mas laços que vinculem os indivíduos para além de sua relação com o Estado, ou seja, práticas solidárias que permitam eles internos por motivos que não estão dados pelo Estado.

Estas relações entre Estado e sociedade, pautada pela tutela, sofrerá modificações apenas no final dos anos 70, quando movimentos sociais contestatórios à Ditadura Militar são constituídos, trazendo para o debate as possibilidades de emergência da sociedade civil brasileira.

Em contraposição à noção de “velhos” movimentos sociais, relacionada à atuação de uma classe revolucionária - o operariado - protagonista das transformações em todas as dimensões da sociedade - leia-se supressão do capitalismo -, a concepção de “novos” movimentos sociais veio contemplar uma série de organizações e ações coletivas que se pautaram pela reivindicação de inserir na pauta de discussões e debates públicos a atribuição de velhos direitos a camadas até então excluídas, assim como a formulação de novas demandas reivindicativas.

Tratou-se, sobretudo, de trazer para o âmbito do público, estatal e social, segmentos sociais e problemáticas correspondentes excluídos tanto do Estado como da sociedade.

Estas demandas perpassaram, e perpassam, as temáticas de gênero e raça até direitos do consumidor e movimentos ecológicos. A novidade que trouxeram em seu bojo, para além dos temas propostos, consistia na própria organização interna destes movimentos e seus modos de ação, bem como o fato de se constituírem autonomamente em relação aos participantes e estruturas da política tradicional (Paoli, 1995)

O deslocamento do debate, particularmente na década de 70, até então marcado para a idéia de *um* movimento social, articulado na esfera produtiva, cujo protagonista exclusivo seria o proletariado, para a compreensão de uma pluralidade de organizações e demandas causou impactos na realidade concreta e no próprio meio acadêmico, perplexo e otimista quanto à possibilidade das transformações almejadas concretizarem-se de fato.

A realidade dos movimentos sociais é marcada pela heterogeneidade, isto é, atravessa classes e camadas diferenciadas econômica e culturalmente. Não se constituem, os movimentos sociais, apenas como resposta exclusiva a períodos ditatoriais - como Brasil e América Latina nas décadas de 60 e 70 -, épocas em que os canais tradicionais da política estavam fechados, haja vista que os movimentos sociais emergem em outros contextos - norte-

americano e europeu. (Durham, 1984, p.25)

Por outro lado, os movimentos sociais não se identificam apenas com áreas urbanas, ou mesmo populares, no que os movimentos feministas, ecológicos, e o MST contribuem para ampliar esta noção. São carências comuns, segundo Durham (1984) – entendidas em seu sentido amplo, isto é, desde demandas materiais como de reconhecimento da legitimidade de uma dada ação/relação social – que conferem flexibilidade e variedade aos movimentos sociais (Ibid., p. 27)

É esta autora quem observa que “(...) apesar da heterogeneidade das bases que mobilizam e das reivindicações que formulam, os movimentos sociais parecem utilizar as mesmas formas de organização”. (Durham, 1984, p. 27) Apontando uma forma de organização “formal” como aquela que implica na eleição de uma diretoria executiva, responsável em mobilizar os partícipes e encaminhar demandas, e a “informal”, ou “comunitária”, que pressupõe a participação permanente dos membros, tanto na tomada de decisões quanto na execução, Durham (1984) afirma que ambas não são mutuamente excludentes.

Mesmo que a organização formal pressuponha uma certa hierarquização, não significa que relações horizontais não possam ser estabelecidas no interior dela. Hierarquia não se confunde com relações de poder – dominação e subordinação. Se inicialmente as carências definem o campo comum dos diversos indivíduos envolvidos em um dado movimento, onde a igualdade é dada pelo sentido negativo, o aperfeiçoamento das formas organizacionais tendem para o sentido afirmativo, isto é, a construção participativa de todos do que seja interesse coletivo.

Dessa forma, a igualdade é que possibilita relações horizontais – ainda que eventualmente hierárquicas – já que todos são considerados aptos a participar, discutir e deliberar, onde a ação coletiva participativa e comunitária é o início do processo de criação e recriação de novos espaços públicos, redefinindo as próprias noções de público e privado.

Nesse sentido, os movimentos sociais, além de constituírem-se à margem das estruturas tradicionais da política, criam novas práticas que visam a inclusão de novos temas e sujeitos sociais no âmbito do público, o que requer o reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações tanto pela sociedade como pelo Estado.

Uma questão importante a ser observada no tocante aos movimentos sociais está em atribuir-lhe uma suposta “espontaneidade”, vinculada à existência de uma autonomia constitutiva refutando, a partir deste critério, a sua possível

instrumentalização. Porém, pesquisas sobre os movimentos sociais demonstraram que esta “espontaneidade” encobria, na realidade, vínculos com organizações religiosas, ONG e partidos políticos².

A questão da autonomia, portanto, não se reduz ao caráter eventualmente espontâneo destes movimentos, mas envolve outros critérios para ser avaliada. Por outro lado, a sua “não-espontaneidade” não implica necessariamente em instrumentalização, o que somente a análise empírica pode demonstrar caso a caso.

Um movimento social específico é resultado e construtor, simultaneamente, de múltiplas identidades. Este fato não exclui, por definição, aquilo que é mais característico dos movimentos sociais, que é o que permite denominar da mesma forma movimentos/organizações tão heterogêneos, quais sejam, a autonomia face às estruturas políticas tradicionais e práticas solidarísticas que se situam em um mesmo campo ético-político.

Nos anos 70, no Brasil, verificou-se a “identidade oposicionista” dos movimentos sociais frente a um “tirano monolítico” (Ottmann, 1995, p.196), lutando por justiça social e democracia, fundamental para o regime de distensão e, posteriormente, para a redemocratização das estruturas políticas.

Entretanto, a mobilização da sociedade civil no início da década de 80, quando confrontada com a inexistência de um inimigo comum culmina em transformações nas dimensões organizacionais e práticas dos movimentos. De acordo com Ottmann (1995):

“A mudança das práticas discursivas na esquerda acadêmica e eclesiástica, em conjunto com o surgimento de um discurso estatal antagônico e uma representação crescentemente multifacetada dos acontecimentos entre as lideranças dos movimentos, produziram pressões centrífugas, facilitando uma fragmentação das identidades de movimentos” (Ibid., p.198)

A homogeneidade discursiva e de identidades até então verificada, pautada pelo sentido negativo, cede lugar à fragmentação ou, dito de outra forma, à diferenciação interna dos movimentos.

O processo de redemocratização, por outro lado, trouxe consigo um novo discurso estatal, incentivando a participação popular em certas instâncias decisórias e/ou executoras. A própria Constituição, promulgada em 1988, para

² Ver Ottmann (1995), Doimo (1995), Durham (1984).

além da participação da sociedade, garantindo espaços específicos, colocou para os movimentos sociais a questão da institucionalização que, por sua vez, vinculasse à inserção institucional junto ao aparato estatal.

A institucionalização não necessariamente implica em relações formais com o aparelho Estado. Conforme já mencionado anteriormente, a organização formal dos movimentos confere maiores possibilidades de reconhecimento por parte daqueles que participam direta ou indiretamente do processo decisório, isto é, o acesso legalizado às estruturas estatais, seja no planejamento, na consulta ou na execução.

Pode ocorrer, no entanto, que o movimento esteja institucionalizado mas não tenha interesse em estabelecer relações deste tipo, o que não exclui formas de negociações e inter-relações entre o Estado e os movimentos em questão, seja por meio de partidos, sindicatos e outros tipos de organização, ou por contatos informais com a burocracia estatal.

Quando se fala em inserção institucional pressupõe-se a existência de uma organização formal que atue junto ao aparato estatal, isto é, participe das instâncias decisórias das políticas públicas. Portanto, um movimento pode ser institucionalizado – por exemplo, o próprio Movimento dos Sem Terra, MST – sem que esteja inserido institucionalmente.

O próprio processo histórico condicionou, em grande parte, o posicionamento dos movimentos sociais. Constituídos à margem das estruturas tradicionais de poder e representação políticas – governo, partidos e Estados -, e dos atores tradicionais, como os grupos de interesse e classes sociais, os movimentos sociais visavam não apenas a consolidação democrática, mas a própria reinvenção da democracia. (Paoli, 1995, p. 27).

Com a elaboração da nova Carta Constitucional, promulgada em 1988, e com o processo em curso de consolidação da democracia política o contexto para os movimentos sociais pudessem se afirmar em bases propositivas estava em construção.

Os anos 90 trouxeram inúmeras modificações políticas, culturais, econômicas e sociais. O *impeachment* do primeiro presidente eleito por voto direto, a adoção de princípios neoliberais na gestão governamental, demandas por distribuição de renda e maior igualdade social, dentre outras, marcaram este período.

Simultaneamente, implicou, para os movimentos sociais, face a este novo contexto, a necessidade de uma auto-reflexão acerca de suas práticas.

As identidades coletivas, para além das carências sociais, foi redefinida,

ainda que o substrato, a diferença pautada na igualdade do “direito a ter direitos” permanecesse. Por conseguinte, esta própria redefinição exigiu que se ampliassem os espaços de atuação, não apenas em relação às bases, “para dentro”, mas também em direção ao Estado, “para fora”, como objetivos em disputa, legitimidade que se transforma em legalidade, reconfigurando e ampliando a própria noção do político.

Visando à transformação das práticas e estruturas políticas, onde a negociação não ocorresse a partir de heranças clientelísticas, patrimonialistas ou corporativistas, mas que apontassem para novas premissas - com o argumento e o reconhecimento das diferenças assentados em regras preestabelecidas e não excludentes - as organizações/movimentos da sociedade passaram a ver nas relações com a burocracia estatal uma necessidade para o avanço de seus projetos políticos, e para a “reinvenção” da democracia.

Simultaneamente, verificou-se a disseminação de um discurso que enfatiza a participação da sociedade e possíveis atributos que a caracterizariam como dotada de todas as “qualidades” para se contrapor a todos os “defeitos” do Estado brasileiro.

No entanto, tanto esta participação é enfocada diversamente, conforme se considere os diferentes projetos políticos em disputa, como ela acaba sendo reduzida à atuação das ONGs, ignorando que as organizações da sociedade não se restringem apenas a estas últimas.

No próximo item estaremos abordando a heterogeneidade presente no termo ONG, bem como os sentidos, segundo os diferentes projetos políticos em luta, que a sociedade civil pode assumir.

Segundo Avritzer (1994), o termo sociedade civil, como referencial teórico e político ressurgiu nos anos 80 em vários países ocidentais, ainda que com conotações diferentes³. Este conceito, associado à modernidade ocidental, não encontra na filosofia política do século XIX um consenso sobre as instituições, formas e funções que seriam próprias dessa dimensão.

Tem-se, contudo, um eixo comum que permeia as diversas concepções e que a situa como distinta do Estado e do mercado, uma esfera autônoma,

³ O autor está se referindo aos países do Leste Europeu, que passaram por algum tipo de identificação entre Estado, economia e sociedade, os países centrais do Ocidente, com uma tradição associativista e de instituições democráticas, e a América Latina, onde as idéias de autonomia, direitos e publicidade foram propagadas em nível do discurso, mas não chegaram a se concretizar.

baseada em laços de solidariedade social e com potencial para imprimir uma outra dinâmica tanto às instituições estatais como ao próprio papel da sociedade na deliberação de diretrizes.

Essa dinâmica, contraposta a formas de generalização de interesses que, no caso brasileiro, assumiram características corporativas e não públicas, de acordo com Avritzer (1994), é reivindicada pela sociedade civil, por meio de movimentos sociais tais como novo sindicalismo, movimentos de base ligados à Igreja Católica o associativismo profissional de classe média.

Para este autor:

"o que caracteriza a sociedade civil brasileira é a procura pela autonomia de uma esfera de generalização de interesses associada à permanência de uma forma institucional de organização baseada na interação comunicativa" (Avritzer, 1994, p. 284)

No entanto, o termo sociedade civil não aborda, exclusivamente, organizações que, além de autônomas, tenham por objetivo a generalização de interesses, e que estejam pautadas por relações solidarísticas internas.

Telles (1994, p. 47), a esse respeito, observa que é a existência de espaços públicos de representação e negociação, regidos valorativamente pela igualdade e justiça, com a premissa de universalização de direitos que podem ser efetivos à ruptura de um padrão de negociações políticas pautado no ajustamento de interesses corporativos que, segundo ela, ocorrem conforme o poder de barganha dos grupos mais organizados.

Segundo esta autora, o conceito de sociedade civil traduziria duas concepções distintas, uma que seria a comunitarista – compartilhada por Avritzer (1994) – e, a outra, liberal, que a concebe como uma dimensão relacionada ao mercado e, portanto, domínio dos interesses privados. (Telles, 1994)

A sociedade civil emergente, considerada como “novidade” no cenário recente brasileiro estaria no âmbito da primeira concepção. Para Telles:

" Se na esfera da economia o reconhecimento dos direitos significa neutralizar os automatismos de mercado, na esfera do Estado significa a constituição de parâmetros públicos que balizem a deliberação política, regulem os modos de utilização dos recursos públicos, estabeleçam as "regras do jogo" na negociação e arbitragem dos interesses envolvidos e permitam, por isso mesmo, neutralizar práticas de corporativismo e clientelismo que até agora vigoraram nas relações entre sociedade e Estado" (idem, p. 50)

As observações até agora efetuadas visam a demonstrar a não efetivação do caráter impessoal nos processos de negociação e decisão políticas, indistinto o público – identificado com o Estado – e o privado – correspondente ao mercado –, segundo as concepções dominantes e sua tradução nos mecanismos de articulação e processamento de demandas. A informalidade, a importância das relações pessoais, o clientelismo e o corporativismo constituem traços constitutivos das relações Estado-sociedade no Brasil, ainda presentes na atualidade.

Essas características constitutivas permitiram, por um lado, a intervenção estatal na organização da sociedade, selecionando e excluindo os participantes. Por outro, essa capacidade intervencionista, pautada na seletividade, tornou o Estado mais permeável a determinados interesses que, corporativos e particularísticos, adquirem um viés generalista por serem processados e implementados no âmbito estatal.

O fenômeno da emergência da sociedade civil, na sua vertente comunitarista, vem justamente apontar para a constituição e atuação de organizações e movimentos que se contrapõem à interpretação liberal. O mesmo termo, sociedade civil, abrange, portanto, atores políticos e sociais diversos, que possuem objetivos e práticas distintos. A classificação sociedade civil sem fins lucrativos é exemplar a esse respeito.

Dada a grande variabilidade que esse termo abrange, vamos nos ater às organizações não governamentais como parâmetro, visando apresentar a dualidade contida nesta concepção.

As Organizações Não Governamentais, conhecidas como ONGs⁴ não apresentam seus vínculos constitutivos apenas nas relações com os movimentos sociais, abrangendo também fundações empresariais e entidades filantrópicas, dentre outros.

O debate sobre as ONG está relacionado ao que se convencionou denominar de teoria do Terceiro Setor, que surge nos Estados Unidos em fins da década de 80. De acordo com Caccia-Bava (2000):

"Esta teoria, produzida inicialmente por economistas nos Estados Unidos, assume como axiomas a hegemonia das leis de mercado, a incapacidade do Estado atuar como regulador do

⁴ O termo ONG tem sua origem na década de 40, cunhada pela Organização das Nações Unidas – ONU –, geralmente utilizado para denominar entidades de parte do mundo desenvolvido que financiavam projetos na parte do mundo em desenvolvimento. (Teixeira, 2000, p. 11)

pacto social, e a necessidade de uma ação social eficaz, capaz de enfrentar os crescentes problemas sociais junto aos setores da sociedade mais penalizados por este novo modelo de concentração acelerada do capital e da renda" (Ibid., p. 5)

As empresas e as entidades sem fins lucrativos seriam, neste novo contexto, responsáveis pela execução de programas até então de responsabilidade estatal. A "diminuição" do tamanho e do papel do Estado seriam as premissas, bem como a separação entre sociedade civil, Estado e mercado.

A teoria do Terceiro Setor encobre a heterogeneidade presente na terminologia ONG, e na própria categoria sociedade civil sem fins lucrativos. Se o eixo comum que perpassa as diversas organizações abrangidas pelo termo Terceiro Setor é o fato de se constituírem em sociedades civis sem fins lucrativos, outros elementos tais como a base sobre a qual se sustentam, organização interna, formas de atuação, objetivos, dentre outros, conformam a complexidade inerente a esta diversidade.

Há, sob a terminologia de Terceiro Setor, um espaço em disputa, em construção, que compreende práticas orientadas pela lógica mercantil e aquelas que se pautam pela ampliação da democracia e da cidadania.

Abrange, também, uma grande variedade de atividades: prestação de serviços como saúde e educação, defesa de grupos específicos como mulheres e negros, trabalho voluntário e filantropia empresarial. Em cada dimensão podem ser encontradas expressões concretas desta diversidade.

O critério de projeto político é o mais relevante, ainda que não o único, para as tentativas de distinção. O escopo do que se chama de Terceiro Setor abrange desde instituições/organizações que visam ações pontuais, quando não assistencialistas, objetivando minimizar os efeitos perversos da lógica de mercado globalizado, até aquelas que têm por objetivo ampliar a esfera democrática, participando ativamente do redesenho das instituições políticas, redefinindo o papel e o sentido de cidadania.

Em uma definição estrita, o Terceiro Setor refere-se à especificidade, em relação ao Estado e mercado, de uma dimensão relacionada à sociedade civil. O que não é parte administrativa do Estado e que não é empresa torna-se, assim, automaticamente inserida na "sociedade organizada", ou seja, compreende todas as organizações sem fins lucrativos – excluindo a gestão e atuação pela lógica do mercado.

No entanto, este conceito é mais utilizado pelos setores empresariais, embora abarque todas as iniciativas que tenham origem na sociedade. Como

bem ressalta Teixeira (2000), o termo acaba por enfatizar mais a questão formal das associações do que propriamente suas origens, práticas e objetivos.

De todo modo, não é possível qualificar todas as práticas empresariais como resultado de uma estratégia de *marketing*, ainda que voltadas ao “bem público”. Não somente é extremamente complexo determinar o que seja um “bem público” como há empresas que têm por objetivo não apenas ações assistencialistas mas, sobretudo, provocar reflexões e transformações nas relações sociedade-Estado.

O termo Organização Não Governamental, por sua vez, relaciona-se à concepção de Terceiro Setor, mas não há um consenso sobre a equivalência de ambos. No Brasil, tentativas têm sido feitas no sentido de diferenciá-los, por meio de associações que os agrupem. O Grupo de Institutos e Fundações Empresarias, GIFE, criado formalmente em 1994 (mas organizado desde 1989), e a Associação Brasileira de ONGs, ABONG, que se propõe a agrupar entidades que possuam uma base social são indícios nessa direção.

Não cabe aqui explorar todas as implicações e discussões que permeiam estes conceitos específicos.⁵ O que nos interessa mais de perto é verificar as possíveis funções e objetivos que estas assumem, bem como as relações que estabelecem com o aparato burocrático estatal.

Teixeira (2000) elenca as “ramificações” que este termo abrange, ou seja, as ONGs que atuaram junto aos movimentos populares nas décadas de 70 e 80 e aquelas que surgem no final da década de 80 e início dos anos 90, trazendo novos temas para o debate público, como ambientalistas e indígenas. Também neste período, verifica-se a emergência de grupos e fundações empresariais que passam a fazer um trabalho social e, também sob a alcunha de ONGs, as entidades filantrópicas.

A organização interna das ONGs, seu funcionamento e objetivos é extremamente relevante. Segundo Teixeira (2000):

"As ONGs evidentemente não estão imunes à lógica empresarial. Muitas das organizações investigadas, mesmo dentro da ABONG, estão mais próximas de uma empresa de

⁵ Um relato claro e profundo sobre as ONGs e sua heterogeneidade encontra-se em Ana Cláudia Teixeira, “ONGs, identidades em construção”, dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2000. Para os propósitos deste trabalho, ONGs e Terceiro Setor estarão sendo utilizados indistintamente para indicar organizações da sociedade civil. Não se identifica, no entanto, ONGs com sociedade civil, este termo apresentando maior amplitude.

consultoria, de prestação de serviços, do que propriamente de uma entidade voltada para defesa de direitos e cidadania". (Ibid., p. 82)

Dada a heterogeneidade das ONGs, é imprescindível diferenciar a sua origem, atuação e finalidades. O fato de eventualmente atuarem pressionando o Executivo e o Legislativo, e mobilizando a opinião pública, não as descaracteriza como portadoras – ou ao menos um segmento delas – de um projeto político alternativo em relação aos grupos participantes das estruturas tradicionais.

Por estarem trazendo para o debate público temas até então marginalizados, provocando reflexões e posicionamentos da sociedade e do Estado e recolocando, constantemente, a questão do “direito a ter direitos”, as atividades de pressão se inserem em um universo de atuação e propósitos muito mais amplo.

Além disso, estas atividades caracterizam-se por ser públicas e publicizadas, isto é, à medida que têm por objetivo justamente promover o debate, legalizando e legitimando práticas e direitos até então de âmbito privado, e construindo espaços públicos, são marcadas, em princípio, pela transparência e ampliação dos participantes.

O mesmo não se pode dizer das organizações histórica e culturalmente participantes dos processos decisórios. Primeiro porque sua ação não tem como premissa necessária a construção do interesse coletivo, por meio do debate, da deliberação. As suas práticas e formas de pressão, por sua vez, também não implicam, por definição, na transparência, e não é certo o questionamento de eventuais práticas tais como o clientelismo, corporativismo, patrimonialismo e outros “ismos”, geralmente presentes nos processos decisórios no Brasil, e tradicionais nas relações Estado-sociedade.

É importante ressaltar, no entanto, que nem todas as ONGs são comprometidas com a superação destas práticas tradicionais. E é justamente este o “nó górdio”, onde a questão discursiva equaliza organizações e práticas tão distintas.

Há, ainda, dois pontos que devem ser considerados. Um concerne ao financiamento destas organizações. Não temos elementos para afirmar o montante de recursos públicos destinado à execução das atividades destas entidades, mas sabe-se que não é pouco. Subsídios diretos e indiretos por parte do governo tornam-se cada vez mais imprescindíveis em uma época em que financiamentos externos decaem. Juntamente a esta questão, discute-se em que medida entidades privadas seriam legítimas para traduzir o interesse público.

Uma outra problemática que se coloca é a intensa profissionalização sofrida por algumas ONGs. Muitas delas configuram-se como essencialmente prestadoras de serviços e, eventualmente mais preocupadas com resultados da relação eficácia-eficiência do que em *ampliar o maior número possível de pessoas para construir o que seja o interesse coletivo*.

O que vimos tentando demonstrar é que termos tais como ONGs, movimentos sociais, Terceiro Setor, não encontram definições fáceis. Se não houver o pressuposto da heterogeneidade que cada um deles implica, e a análise concreta de casos, dificilmente uma afirmação *a priori* pode ser feita.

Ocorre que, a despeito desta diversidade, é importante apontar para a construção de um segmento autônomo face ao Estado, que visa a reconstrução de sentidos e práticas diversas daquelas predominantes nas relações historicamente estabelecidas entre Estado e sociedade. Construção esta que sofre reveses, que oscila muitas vezes, mas que emergiu e que é hoje uma realidade coexistindo, contudo, com outras organizações e práticas tradicionais.

Por outro lado, não é possível afirmar que representam, e apresentam, apenas virtudes. As ONGs, segundo concepção, podem sim aderir às práticas tradicionais de negociação política. Podem ser cooptadas, renunciando aos seus projetos originais. Podem, por isso, constituir-se em organizações que têm por objetivo interesses que nem sempre são coletivos, mas coletivizados⁶.

A base sobre a qual se erige as ONGs condiciona, em grande parte, o formato de relações, formais e informais, com o aparato estatal. Por outro lado, esta base conforma tipos específicos de pressão, ora inseridos nas práticas mencionadas – clientelismo, fisiologismo, corporativismo -, ora superando-as ou reconstruindo-as sob outros moldes, visando a uma participação ampla dos diversos interessados, bem como a visibilidade e publicidade das mesmas.

Teixeira (2000), analisando as relações entre ONGs e Estado, constata que as ONGs apresentam uma certa relutância em utilizar o termo parceria. Para elas, o termo pressupõe igualdade o que, nas relações com o Estado, dificilmente se verifica.

A partir da análise concreta de projetos estabelecidos entre Estado e sociedade⁷ - representada pelas ONGs -, a autora estabelece uma tipologia sobre

⁶ Sartori (1994) observa que uma decisão coletiva refere-se aos tomadores de decisão, enquanto que a decisão coletivizada abrange o impacto dessa decisão, não sendo necessária a coincidência entre os dois universos nos processos democráticos. Nós discordamos dessa afirmação.

os padrões de atuação que embora reconheça não ser exaustiva, fornece uma linha para se pensar nas diferentes lógicas que permeiam estes vínculos.

Um primeiro tipo seria o “encontro pressão”, onde não há um contrato formal estabelecendo as relações, que podem ser mais ou menos conflituosas ou cordiais. A maior informalidade permite que o projeto, geralmente conduzido pelo Estado, possa ser criticado mais livremente.

O “encontro prestação de serviços” configura uma relação mais distanciada entre Estado e sociedade, ainda que formalizado. Geralmente abrange projetos específicos, pareceres, relatórios, financiados pelo Estado, o que limita a capacidade crítica, à medida que a seleção prévia dos mesmos já pressupunha a adequação a certas regras e critérios. De acordo com Teixeira, a competitividade entre as ONGs é estimulada, onde *“Este tipo de encontro se caracteriza por uma lógica basicamente mercantil, no qual o critério predominante é a eficiência do projeto, seus resultados quantificáveis e mensuráveis”*. (Teixeira, 2000, p.123)

Os projetos elaborados conjuntamente por ONGs e Estado caracteriza o terceiro tipo, o “encontro participativo”. Não apenas a elaboração, mas também a execução é efetuada por ambas as partes, sendo que geralmente a iniciativa parte da sociedade, e o Estado a encampa. As relações são formalizadas, havendo espaço para críticas mútuas, com co-responsabilidade.

Há vários elementos que devem ser considerados na configuração de tal ou qual tipo de relação. A autonomia destas organizações frente ao Estado, mercado e as demais organizações; a organização interna; a estrutura do aparato estatal; os projetos políticos envolvidos; a correlação de forças do momento; a importância e capacidade de mobilização social; a efetivação real desta participação.

Tem-se observado, recentemente, uma certa apologia ao potencial das Organizações Não Governamentais como potencialmente capazes de atuar visando reduzir as desigualdades sociais. Fala-se de participação da sociedade civil, identificada com a ação das ONGs, da constituição de uma esfera pública não estatal e da reforma do aparato estatal como elementos que, por si sós,

⁷ São eles: O Projeto Brio do Geledés, programa de capacitação e profissionalização de jovens negros; Fala Preta, sobre a discriminação racial no mercado de trabalho; a atuação da Ação Educativa na implementação do Centro de Referência da Juventude de Santo André; atuação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids junto ao Programa DST/Aids do Ministério da Saúde; atuação da Fundação SOS Mata Atlântica junto ao Projeto de Despoluição do Rio Tietê.

redefiniriam e reconstruíriam um novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade.

No entanto, conforme o exposto, as ONGs são uma dimensão da sociedade civil, juntamente com sindicatos, associações de classe, movimentos sociais, dentre outras -, que é muito mais ampla e complexa. Nem todas as ONGs, por outro lado, necessariamente estão comprometidas com a construção de espaços públicos de deliberação e debate.

Também é necessário reafirmar que o termo sociedade civil pode assumir sentidos distintos, implicando em um reforço de participação de grupos/ organizações tradicionalmente partícipes dos processos decisórios, ou abrangendo movimentos que tenham se constituído de modo autônomo, e permeado por laços solidarísticos.

Até o momento, tratou-se de fazer um retrospecto sobre organizações da sociedade que se constituíram de modo autônomo face ao Estado (movimentos sociais), orientadas por laços solidarísticos estabelecidos a partir de carências comuns.

Em seguida, tentamos relacionar esses movimentos com o que tem sido considerado como a emergência da sociedade civil no Brasil. No entanto, o termo sociedade civil não é passível apenas de uma única e exclusiva interpretação/significado, apresentando as vertentes comunitarista e liberal.

As ONGs, como parte da sociedade civil, foram abordadas como exemplo dos diferentes projetos políticos em disputa, isto é, procurou-se demonstrar que uma mesma configuração legal pode traduzir práticas e objetivos diferenciados.

A disseminação de um discurso que defende a constituição de uma esfera pública não-estatal está diretamente relacionada às dualidades verificadas acima. Segundo os grupos/projetos a que se vincula, esta esfera pública não-estatal pode ter por objetivo a constituição de espaços públicos de deliberação e debate, com ampla participação da sociedade ou, de modo oposto, significar privatização de serviços e funções que, até então de âmbito estatal, reforçam a exclusão, a seletividade dos participantes e a privatização do público.

Em 1990 Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República, em uma disputa polarizada nitidamente entre forças progressistas – articuladas em torno da candidatura de Lula, pelo Partido dos Trabalhadores – e conservadoras, representadas pelo próprio Collor.

O discurso das forças conservadoras estava direcionado à necessidade do país em se modernizar, o que implicava em “enxugar o Estado”, isto é,

privatizar, terceirizar, e adotar diretrizes neoliberais de gestão estatal.

Escândalos de corrupção atravessam o período em que Collor exerceu a presidência, culminando em processo de *impeachment* já no ano de 1992, e a ascensão do vice-presidente, Itamar Franco, à presidência.

Este período, marcado por grande instabilidade política e econômica, iniciou o processo de “abertura” da economia brasileira, e lançou as bases para o novo desenho institucional do Estado, sistematizado durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), eleito a partir de uma composição com forças conservadoras, em oposição a Lula que, novamente candidato, expressava as forças progressistas.

A proposta para a Reforma do Estado foi articulada no MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado -, criado em 1996, tendo por titular o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

A base de tais propostas fundamentou-se na concepção de administração pública gerencial, em substituição à administração pública burocrática. Enquanto que esta última teria por foco o processo de formulação de políticas, levando à centralização decisória como estratégia, a administração gerencial visaria, sobretudo, a obtenção de resultados, por meio da descentralização de atividades, com delegação de autoridade e orientada para o cidadão. (Bresser Pereira, 1998, p. 28)

Para o alcance de objetivos de uma administração descentralizada foram definidos quatro núcleos: o núcleo estratégico, definindo as leis e as políticas, compreendendo o Parlamento, o Judiciário e o Executivo; as atividades exclusivas, responsáveis pela cumprimento de Leis e políticas, abrangendo a política, agências reguladoras, agências arrecadoras de impostos, de financiamento e fomento; os serviços não exclusivos, como aqueles oferecidos tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, ou setor público não estatal; e a produção de bens e serviços para o mercado, de responsabilidade das empresas privadas. (idem, p. 34)

O redesenho do Estado trouxe como proposta um novo formato das relações público-estatal-privado, a partir da criação de Agências Regulatórias e de organizações sociais, com modificações no Regime da Previdência Social, o fim do monopólio estatal em várias atividades, e a busca de contenção do déficit fiscal, priorizando-se o combate à inflação.

Os conceitos de governabilidade e governança adquirem especial sentido para se compreender essas modificações. Governabilidade implicaria nas condições mais gerais – estruturais – do exercício do poder e, governança, referindo-se à participação da sociedade, onde o processo de formulação e

implementação das políticas seria estabelecido de modo mais transparente.

Para tanto, foi idealizada uma estrutura, amparada na realidade de países europeus, principalmente da Inglaterra, subdividida em atividades exclusivas e não exclusivas de Estado, classificadas de modo que justificasse a renúncia estatal na execução de certos serviços e funções, tais como as verificadas nos setores social e científico.

Estas atividades, segundo proposta de Bresser Pereira (1997) não devem permanecer dentro do Estado, ou seja, ser monopólio estatal, e nem privadas, isto é, voltadas para o lucro e o consumo privado.

Argumenta-se que a Reforma do Estado nessa dimensão não implica em privatização, mas em “publicização”, que seria a transferência destas atividades para um setor público não estatal. Entre as formas de propriedade estatal e privada constitui-se o que autor denomina de “propriedade pública não-estatal”.

Fundações e associações que estão voltadas para o interesse geral são públicas e podem ser estatais, se parte do aparato do Estado, ou públicas não-estatais, identificadas com as entidades do Terceiro Setor, entidades sem fins lucrativos, organizações não governamentais e organizações voluntárias. (Bresser Pereira, 1997, p. 26)

Afirma Bresser Pereira:

*“(...) No momento em que a crise do Estado exige o reexame das relações Estado-sociedade, o espaço público não estatal pode Ter um papel de intermediação ou pode facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, que abrem novas perspectivas para a democracia”.
(Ibid., p. 27)*

A ampliação dessa esfera pública não-estatal deve ocorrer a partir de duas dimensões: da sociedade, que cria entidades conforme designação anterior, e do Estado, que publiciza serviços sociais e científicos.

Essas atividades públicas não-estatais, quando publicizadas, constituem as organizações sociais, que diferenciam-se do processo de tercerização, de acordo com Bresser Pereira, este último identificado com atividades de apoio àquelas exclusivas do núcleo estratégico do Estado.

A Lei federal de 15/05/98 criou o Programa Nacional de Publicização e estabelece critérios para a contratação de organizações sociais para prestar serviços executados pelos órgãos públicos estatais. As organizações sociais, entidades privadas sem fins lucrativos devem apresentar, no entanto, em seu

Conselho de Administração, membros do Executivo Federal.

Alguns setores, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) têm questionado a constitucionalidade desta lei no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que, na realidade, trataria-se de um projeto de “privatização” dos aparelhos públicos, transferindo para um setor público não-estatal a execução de serviços em diversas áreas que privilegia a forma privada de gestão. (Folha de São Paulo, 12/07/01, Caderno C, p. 5)

O modelo proposto a partir da constituição de um setor público não-estatal, viabilizado por meio da “publicização”, ou organizações sociais, é interessante. À sociedade, articulada em torno de entidades privadas sem fins lucrativos, caberia a execução de serviços supostamente com maior eficiência do que o Estado. Este, por sua vez, transferiria recursos e, ao mesmo tempo em que não é mais responsável diretamente pela qualidade e amplitude do “atendimento”, participa indiretamente da administração destas organizações, entidades civis sem fins lucrativos.

Verificando a argumentação de Bresser Pereira, constata-se que ele cita Tarso Genro, intelectual e membro do PT, como defensor das organizações públicas não-estatais, alternativa ao processo de privatização. O mesmo PT que impetrou ação de inconstitucionalidade de Legislação relacionada ao tema.

No entanto, é necessário diferenciar ambas as propostas, ainda que sinteticamente.

A proposta de construção de uma esfera pública, por setores progressistas, diverge daquela relacionada à proposta originada no âmbito estatal. Aqui, trata-se sobretudo de eliminar ou reduzir gastos e custos, com o Estado assumindo a função de regulador, o que implica em transferência de atividades até então de âmbito estatal para um setor “privado, mas público”.

Aqueles que têm como objetivo a democratização da sociedade e do Estado, considerando a política em sentido amplo, e não apenas restrita a processos decisórios, vêm na construção de uma esfera pública não estatal um espaço para a aprendizagem coletiva, para a participação real da sociedade não restrita a decisões pontuais, mas como capaz de decidir os seus próprios rumos.

Essa esfera pública não-estatal, contraposta àquela defendida por Bresser Pereira (1997; 1998), pressupõe a comunicação, o diálogo e a articulação das diferenças em bases e regras preestabelecidas para que a deliberação ocorra em bases iguais para todos os participantes. Esta esfera tornaria possível a emergência dos conflitos, comumente reprimidos ou anulados na história do Brasil.

A democratização da sociedade, do Estado, e das relações entre ambos,

visando à construção de uma esfera realmente pública no Brasil pressupõe que a partir da deliberação conjunta, interesses individuais sejam legitimamente reconhecidos pelo outro para que ocorra sua concretização, o que é possível se se verifica o diálogo nestes espaços.

Avanços ocorreram e continuam a se verificar. Os movimentos sociais e muitas das Organizações Não Governamentais têm atuado no sentido de se constituírem em espaços públicos de deliberação e debate, tensionando medidas para a construção de uma esfera pública não-estatal. Fóruns de debates, Conselhos Municipais de Saúde, os Orçamentos Participativos implementados na gestão do Partido dos Trabalhadores são também expressão dessa reivindicação e luta concreta.

Estes espaços têm por objetivo dar alto grau de publicidade às relações e negociações estabelecidas em seu interior, já que não são espaços fechados, mas abertos para a inclusão de novas demandas e membros.

Quando inseridos institucionalmente, no entanto, a questão da autonomia dessas organizações, entendida como capacidade de elaborar, manter e defender um projeto político próprio, face ao Estado e outros interesses, esbarra em problemas tais como as desigualdades de conhecimento técnico, possibilidades de capacitação e a existência de recursos financeiros.

As organizações sociais, nesse sentido, podem se constituir menos em espaços de co-gestão e mais em locais de legitimação de decisões e propostas que são articuladas em outro âmbito, menos com funções de publicizar os conflitos e mais com a função de neutralizar eventuais – e desejáveis – diferenças e conflitos.

Nem todas as experiências articuladas em torno da relação Estado-sociedade-iniciativa privada têm ocorrido na direção do “menos”. Muitas delas, como os Orçamentos Participativos, e as próprios Conselhos Municipais, já mencionados, ou a experiência das Câmaras Setoriais podem, e puderam, redefinir as relações público-privado em alguma medida.

Nesse sentido é que Tarso Genro define a esfera pública não-estatal, isto é, como espaços de co-gestão, onde o Estado não é um ator privilegiado, mas um membro como os demais participantes, onde o compartilhar do poder estatal com a sociedade civil não isenta o Estado de suas responsabilidades públicas. Trata-se, portanto, de construir o controle público da sociedade sobre o Estado, sem desconstruir o Estado.

Não nos parece que seja esta a proposta de “publicização”. Eventualmente, pode ocorrer que as organizações sociais se constituam,

efetivamente, em espaços públicos, regidos pelo diálogo e pela deliberação. No entanto, embora haja tentativas sistemáticas de diferenciar as atividades das organizações sociais daquelas terceirizadas, e mesmo privadas, a impressão que se tem é que é grande a probabilidade de se constituírem em espaços de execução de serviços.

Os movimentos sociais articulados no final da década de 80 sofrem tensões para a inserção institucional, como parte do processo de “reinvenção da democracia”. A proliferação das ONGs, nos anos 90, apresentam grande heterogeneidade. Teixeira (2000) mostra como há diferentes vínculos constitutivos, bem como a diversidade que permeia as relações entre estas organizações e o Estado.

O discurso da participação da sociedade civil, a condição de cidadania, a construção democrática e outros temas que têm atravessado a agenda da sociedade e Estado brasileiros tem se servido de conceitos que, no entanto, não são unívocos. Corre-se o risco, como diz Ottmann (1995), de uma “catacrese semântica” – inversão de significados – que não restringe apenas ao campo do discurso, mas também na realidade concreta.

Quando o objetivo é a construção do interesse público, “*uma noção plural e descentrada, capaz de traduzir a diversidade e complexidade da sociedade*” (Telles, 1995), emergindo e tornando públicos os conflitos, refundando a República e “reinventando” a democracia, estas questões não são de somenos importância.

Referências Bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: _____. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- CACCIA-BAVA, Silvio. **O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI**, mimeo. 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1991
- DURHAM, Eunice. Movimentos sociais – a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.10, 1984.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1991.
- GENRO, Tarso. O novo espaço público. Folha de São Paulo, 9/6/96.
- _____. O controle público do Estado, Folha de São Paulo, 22/3/95.

- OTTMANN, Gotz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 41, 1995.
- PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais e democracia no Brasil: em busca de um estatuto político” In: HELMANN, Michaela. **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma administrativa e administração pública gerencial In: _____. **Reforma do Estado e Administração Pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. **A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.
- SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, 1994.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994, v. 1.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil, direitos e espaços públicos. **Revista Pólis**, n. 14, 1994.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em Construção: as Organizações Não Governamentais no Processo Brasileiro de Redemocratização**. 2000. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RITO, SOCIALIZAÇÃO E PODER: reflexões e indagações teóricas.

Carlos Alberto Batista MACIEL*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre os ritos e suas implicações no processo de socialização ao qual os indivíduos ficam sujeitos, e também problematizar teoricamente a respeito do poder enquanto componente das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Rito, Socialização, Poder, Comunicação, Controle.

SUMMARY: This article aims at reflecting about the rites and its implications on the socialization process in which the individuals are subjected to as well as questioning, tearically, about the power as a component of social relations.

KEY WORDS: Rite, Socialization, Power, Communication, Control

1. Rituais: uma aproximação teórica

Nas primeiras abordagens teóricas sobre os ritos, estes são relacionados com a magia e a religião, por isso, são compreendidos como componentes processuais de uma crença mágica ou religiosa.

"Os ritos só podem ser definidos e distinguidos das outras práticas humanas, notadamente das práticas morais, pela natureza especial de seu objeto. Com efeito uma regra moral, assim como um rito, nos prescreve maneiras de agir mas que se dirigem a objetos de um gênero diferente. Portanto, é objeto do rito que precisaríamos caracterizar o próprio rito. Ora, é na crença que a natureza especial desse objeto se exprime. Assim, só se pode definir o rito após se ter definido a crença".(Durkheim, 1996, p. 19).

*Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, doutorando do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara - SP. Orientando de Maria Ângela D'Incao, bolsista do PICDT da UFPA.

Nessa perspectiva de compreensão a sociedade “era composta de um sistema coercitivo de regras, sobretudo de regras penais e religiosas, com uma divisão interna entre o sagrado e o profano”. (Da Matta, in: Genep, 1977, p. 16). Assim, para Durkheim, as sociedades tribais possuíam uma organização que supunham “uma classificação de coisas reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras: profano e sagrado traduzem bastante bem” (Durkheim, 1996: p. 19).

Nessas sociedades, os ritos comporiam a lógica do sagrado e do profano nos “espaços sociais” formadores desta, e desta forma, teriam um papel importante no deslocamento dos indivíduos entre os “mundos” do sagrado e do profano. Para o autor essa “passagem, implica, com efeito, numa verdadeira metamorfose” (Idem, p.19). Daí porque os ritos (como fenômenos religiosos) “são modos de ação determinados” (Idem, p.19).

Outro teórico que trouxe reflexões importantes sobre os rituais foi Radcliffe - Brown (1973). Em suas reflexões sobre o tabu, procura caracterizar os rituais como “evitações ritualísticas” ou “proibições ritualísticas”, criando dois conceitos fundamentais em sua abordagem sobre os rituais: “estatuto ritualístico” e “valor ritualístico”.

Suas reflexões partem da identificação de que “uma proibição ritualística é uma crença de comportamento que está ligada a uma crença segundo a qual uma infração a essa regra resultará numa modificação indesejável do estatuto ritualístico da pessoa que não cumpriu essa mesma regra” (Idem, p. 197). Desta maneira, para a Radcliffe – Brown, os rituais tendem a processar situações que colocam o indivíduo diante da “probabilidade de infelicidade”.

Acrescenta ainda, que os ritos se manifestam dentro de um “sistema social que pode ser considerado e estudado como um sistema de valores” (Idem, p. 205). Assim, para o autor, dentre os membros de uma sociedade “existe um certo grau de concordância, no que diz respeito ao valor ritualístico que é atribuído a objetos diferentes” (Idem, p. 207).

Posteriormente, outros estudiosos da área como Turner (1974), Van Genep (1978), Da Matta (1979), Leopoldi (1978), Augras (1984), acrescentaram novas reflexões pertinentes sobre os ritos. Para eles, o ritual de maneira geral, não se limita a um fenômeno presente nas formações religiosas ou mágicas, mas em diversas outras expressões de organizações sociais.

Esta linha de compreensão deve-se ao fato de que o ritual em sua realização desenvolve uma processualidade em que “ritualizar é inventar o drama

e dramatizar é chamar atenção para alguma coisa” (Rocha, 1995). Portanto, esse drama inventado socialmente, tem relevância para o conjunto de significações envolvidas nas ações ritualizadas, especialmente porque os atores envolvidos nos processos ritualísticos tendem a ficar prisioneiros da rede de significados produzidos para eles, com eles e por eles.

Desta forma, é possível inferir que diferentes matrizes de organizações possuem ritos próprios, com significações específicas dependendo das funções na estrutura social da instituição criada. Por isso, nos apoiaremos na abordagem sobre o ritual, com uma “acepção mais ampla do termo, como categoria que abrange não só as manifestações de caráter religioso, mas também as que não possuindo conotação religiosa são suscetíveis de expressar aspectos cruciais da estrutura da sociedade em que ocorrem” (Leopoldi, 1978, p. 20).

Assim sendo, as relações humanas que dão o substrato à formação de uma matéria social só adquirem sentido quando “os agentes sociais lhe dão uma significação”, em que “os códigos, as instituições religiosas, os passos de dança e as formas familiares não são senão uma linguagem através da qual as consciências individuais ou coletivas se exprimem” (Bastide, 1985, p. 536).

O que pode indicar que os ritos expressam, então, um tempo processual ou momento particular importante das relações sociais formadoras e mantenedoras de uma dada instituição. Cremos assim, que este *time*, marca, demarca significações importantes à manutenção das instituições fomentadoras e reprodutoras dos mesmos.

Talvez por isso Malinowski (1984) tenha afirmado que “o rito imita a sua finalidade”, na medida que ao “chamar atenção para alguma coisa” (Rocha, 1995) destaca, marca, demarca os significados presentes no conjunto das relações pertinentes em que os atores devem se voltar e se fixar em um dado momento em que a ação ritual se realiza.

O momento ou *time* destacado, em que o ritual se constitui e se realiza, obviamente, substancia-se no fato de que, segundo Berger (1985) “somente uma pequena parte das experiências humanas são retidas na consciência”. Desta forma, o *time* ritualístico expressa experiências sociais que tendem a ficar retidas, portanto “sedimentadas, isto é, consolidam-se na lembrança como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas” (Berger, 1985, p. 95).

Esse processo sedimentador tem função importante no ritual, devido sua condição estruturante, dentro de uma realidade estruturada. Portanto, as significações presentes no *time* ritual, tendem a ser sedimentadas, conscientes (ou não), pelos seus atores, que incorporam valores, comportamentos, normas,

crenças ou outros elementos constitutivos do processo ritualístico e da estrutura social que fundamenta sua origem.

Van Gennep (1977) destaca que os ritos se constituem como instrumentos que exercem um controle simbólico sobre as ameaças e os perigos presentes nas fases transitórias da evolução do homem entre posições de *status*, papéis ou estados sociais integrantes da estrutura social em que o rito ocorre. Dessa forma, o homem crê que tem o domínio sobre os processos (naturais ou sobrenaturais) que estavam à mercê de forças até então incontroladas.

Essa crença só se torna possível à medida em que os atores incorporam e sedimentam o conjunto de relações sociais significantes que fazem parte constitutiva do ritual.

Portanto, os rituais, por mais que possam parecer sistemas restritos a vida religiosa ou mágica como nos estudos de Durkheim (1996) e de Radcliffe – Brown (1973), fazem parte de um processo socializador ao qual os indivíduos ficam sujeitos ao entrarem em contato com as instituições partícipes desse processo.

Nesse processo, os indivíduos vão absorvendo significações como “categorias do pensamento coletivo”, que “são, pois, verdadeiras instituições fixadas em nossas almas pelo processo de socialização” (Rodrigues, 1975: p. 11). O processo socializador não é necessariamente homogêneo, como em um continuum, mas pode apresentar situações de descontinuidades, em que a velocidade da socialização pode se acelerar ou diminuir.

Desta forma, os rituais, ao fazerem parte do processo de socialização, influem no ritmo e na velocidade em que a socialização ocorre. É nesse sentido que “os ritos marcam momentos especiais da vida social” (Leopoldi, 1978, p. 21). Ou seja, a influência que o ritual tem na socialização, está no fato de que este tende a potencializar o processo socializador a que está relacionado, devido se encontrarem integrados e vinculados à “estrutura da sociedade em que ocorrem” (Idem, p.21).

Podemos, para efeito ilustrativo, identificar manifestações sociais na contemporaneidade que evidenciam momentos especiais em que são realizados rituais intimamente articulados à estrutura social da cidade de Belém, como a festa religiosa do Círio de Nazaré*. Este é um exemplo claro de um momento especial em que os indivíduos tomam parte e assim reproduzem as significações

* O Círio de Nazaré é uma cerimônia religiosa centenária realizada na cidade de Belém do Pará, no segundo Domingo de Outubro.

presentes nesse fenômeno, que é muito mais que uma manifestação religiosa, pois é recheada de relações sociais estruturadas e estruturantes da sociedade local.

1.1 O Ritual e a Socialização

Os rituais ao realizarem um processo estruturante, reiteram valores, símbolos, regras, normas e comportamentos para os atores que participam ativamente ou passivamente da ação ritualística.

O historiador Hobsbawm (1984) percebeu isto quando definiu as tradições inventadas como um conjunto de práticas reguladas por regras, em que, “tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”.

É por isto que Leopoldi (1978), ao expressar a relação entre os rituais e o ambiente social em que estão inseridos, considera-os como uma “expressão fundamental da ordem social em que emergem”. Desta forma, os rituais evidenciam e manifestam a ordem em que emergem, dentro de uma lógica estruturada, mas ao mesmo tempo estruturante e reiteradora àqueles que desenvolvem e participam do rito realizado.

Queremos assim, sugerir nessa reflexão que os ritos, no processo de socialização, tendem a realizar três funções importantes deste mesmo processo: comunicação e articulação; pedagógica (educa / treina / adestra) e legitimadora / controladora.

a) Comunicação e articulação

Uma sociedade se estrutura como um sistema social complexo e dinâmico, constituído por sub-sistemas, que formam espaços sociais específicos e que estabelecem uma relação de complementaridade ou de oposição dentro do sistema maior.

Estes sub-sistemas constituem-se em um processo de “segmentação da ordem institucional e a concomitante distribuição do conhecimento” (Berger, 1985, p.116), formando e moldando “subuniversos de significação socialmente separados” (Idem, p.117). Estes subuniversos “podem ser socialmente estruturados de acordo com vários critérios, sexo, idade, ocupação, tendência religiosa, gosto estético, etc” (Idem, p.117). Todavia, nascem de uma mesma base social.

Desta forma, existe um problema gerado pelo aparecimento acentuado de vários subuniversos de significação que crescem “rapidamente com a

progressiva divisão do trabalho e os excedentes econômicos” (Idem, p.117). O problema está em como garantir a integração entre estes subuniversos de significação tão variados e distintos.

Certamente, existem muitos elementos que garantem a integração entre processos institucionais distintos, que “podem continuar a coexistir sem uma integração total” (Idem, p.115). Entretanto, os rituais desenvolvem um papel importante na integração destes subuniversos.

Este papel se desenvolve à medida em que os rituais permitem uma comunicação entre os subuniversos de significação, sem que ocorra uma homogeneização destes. Esta comunicação pode permitir uma articulação integradora entre subuniversos de significação que, permanecem distintos, mesmo quando se “acomodam” dentro de uma base social maior.

Alguns exemplos, na sociedade brasileira, podem ser ilustrativos desta reflexão:

- O ritual da festa dos 15 anos, em que as “meninas – moças” são apresentadas à sociedade como mulheres – adultas. Nestes dois subuniversos de significação, o ritual em questão permite que os mundos da adulta e da criança se comuniquem, se articulem, se integrando numa “harmonia” funcional;
- A colação de grau representa um *time* especial, em que o indivíduo passa a ser um profissional para a sociedade. Nela, ocorre a investidura de um novo *status* profissional e social.

Ao mesmo tempo em que os rituais, nos exemplos citados, permitem um momento de integração funcional dos subuniversos de significação que se comunicam, marcam, também, as fronteiras e limites entre eles o que mantém a distinção e diferença entre os mesmos.

Isto quer dizer que a comunicação – articulação que os rituais propiciam entre os diversos subuniversos de significação social objetivam alcançar uma integração funcional importante para o sistema maior. Sem que ocorra essa integração funcional entre os subuniversos de significação poderia existir o risco de um fechamento hermético dos subuniversos a ponto de se distanciarem da base objetiva das relações sociais que o formou, ou seja, a sociedade.

b) Pedagógica

Sendo verdade que em uma dada sociedade existem subuniversos de significação separados, distintos, particulares, que emergem de uma mesma base

social, também é verdadeiro que os indivíduos se movem entre estes subuniversos, realizando passagens entre os mesmos (Gennep, 1977).

Ora, essa passagem, consciente (ou não), implica na necessidade de que o indivíduo tenha domínio dos códigos, valores e condutas do subuniverso que está entrando. Nesse sentido, acreditamos que os rituais contribuem no processo pedagógico de educar / treinar / adestrar o indivíduo quanto aos códigos, normas, valores e significados do subuniverso de significação a que estará adentrando.

Nos estudos sobre os rituais, Durkheim (1996) já expressava que “os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas” (Idem, p.24). Ou seja, o homem, através do rito, apreende e aprende a conduta correta quando transpor a ponte entre o “sagrado e o profano”.

Assim, o ritual, ao desempenhar esse preparo pedagógico do indivíduo, faz com que o mesmo “antecipe” subjetiva e comportalmente o mundo em que vai entrar, de que vai fazer parte. Essa “antecipação se caracteriza pelo desenvolvimento de uma forte identificação do indivíduo com um grupo de social ao qual ainda não pertencia” (Motta, 1996). Desta forma, o indivíduo vai “adotando os comportamentos e condutas dos membros do grupo que passará a fazer parte” (Idem, 1996).

Paradoxalmente, o indivíduo, ao ter que aprender um novo viver antecipadamente, é obrigado a “nascer” para e em outro subuniverso de significação, devido ao *status* que passará a assumir dentro da estrutura social maior. Concomitantemente, é obrigado a “morrer” para o *status* que assumia.

O indivíduo passa, então, por um processo de “mortificação” do eu, que “consiste em ‘destreinamento’ em uma ‘desculturação’” (Motta, 1996). Desta forma, o indivíduo deve matar todas as formas de conduta próprias e particulares, valores e significados do subuniverso de significação que deixou para trás.

Esse processo fica marcado fortemente nas instituições totais* (Goffman, 1988) em que “os indivíduos devem esquecer os papéis que desempenhavam fora, e às vezes mesmo o seu nome e suas propriedades. Com freqüência essa perda de identidade se traduz na substituição das roupas pessoais por uniformes, na substituição dos nomes por números” (Motta, 1996, p. 55).

Alguns exemplos, na sociedade brasileira, podem ser emblemáticos acerca desse processo de “antecipação” e “mortificação” ao qual o indivíduo

* Para Goffman as instituições totais representam organizações sociais em que os indivíduos ficam sujeitos a um controle total da socialização imposta por organizações sob a responsabilidade do Estado, como presídios e manicômios.

fica sujeito:

- O jovem ao completar dezoito anos passa a fazer parte de um subuniverso de significação, em que a sociedade espera dele uma conduta de adulto, e, por conseguinte que mate todos os resquícios do subuniverso de significação da adolescência. Talvez por isso, jovens na maioridade ouçam com frequência a reprimenda de que já não são mais crianças para realizarem ações consideradas próprias da infância e da juventude.

O indivíduo, ao entrar na faculdade, passa a ser cobrado de forma que suas manifestações se traduzam em uma postura de alguém que passou a fazer parte de uma elite intelectual. Dessa maneira, se esse indivíduo expressar um pensamento ou uma ação que não seja considerada “inteligente”, é provável que ouça uma reprimenda como: “Nem parece que é universitário”.

c) Legitimadora e controladora

No processo pedagógico, o ritual “ensina” aos indivíduos o certo e o errado do subuniverso de significação em que estão entrando. Isto expõe uma face controladora do ritual sobre os indivíduos que participam dele, especialmente pelo fato desse processo ser estruturante dentro de uma lógica estruturada.

Nesse aspecto, devemos considerar que as observações de Turner (1974), expõem uma compreensão superficial e fenomênica do processo ritualístico, quando discute a liminaridade dos ritos de passagem, apresentando que esta condição liminar pode implicar em uma ausência de status social ou na falta de um relacionamento estruturado.

Ora, o ritual ao fazer parte do processo socializador não está separado da base social que o origina, mas faz parte e alimenta essa mesma base social, nutrindo-a com as relações sociais necessárias à sua manutenção e preservação.

Leopoldi (1978, p.23) é ilustrativo a esse respeito, vejamos:

“Sugeriríamos a princípio que a ambigüidade, realmente muitas vezes um aspecto característico da posição liminar do ‘ritual de passagem’, não parece necessariamente e por si mesma revelar uma ausência de status e, por extensão, como Turner deseja, de relacionamento social estruturado... Assim, antes de denotar uma supressão de status, a ambigüidade parece justamente conferir-lhe uma especificidade característica e amplamente absorvida pela

estrutura social... Ao contrário, muitas vezes a ambigüidade se revela como uma evidente marca de status”.

Desta forma, a posição liminar, em que os indivíduos experienciam em rituais de passagem, revela-se dentro do contexto da estrutura social que embasa o próprio ritual.

Podemos sugerir que a posição de liminaridade pode se constituir em um momento processual importante do ritual para a “antecipação” e a “mortificação” a que os indivíduos ficam sujeitos. Isto porque, os indivíduos, ao transitarem de um subuniverso de significação para outro, precisam de um “tempo” para romperem com os padrões de condutas relacionadas ao *status* ou papel social que desempenhavam, e, por conseguinte, precisam do mesmo “tempo” para incorporarem e sedimentarem os novos padrões impostos pelo *status* que estão assumindo.

É provável que a posição de liminaridade proporcione as condições objetivas e subjetivas para que o indivíduo processe concomitantemente a “morte” e o “nascimento” dos padrões de conduta, normas e valores processados no ritual.

Assim, à medida em que o indivíduo está “aprendendo” novas condutas, relativas aos papéis sociais que deverá desempenhar no subuniverso de significação em que está entrando, devemos lembrar, então, que “os papéis participam do caráter controlador da institucionalização”.(Berger, 1985).

Desta forma, o ritual tende a executar uma função controladora e legitimadora de uma estrutura social, à medida em que molda e controla o que “nasce”, marcando a fronteira entre o que “nasce” e o que “morre”.

Nesse sentido, o processo pedagógico no qual o indivíduo experiencia relações sociais responsáveis pela endoculturação por que passa (Laraia, 1993), pode se diferenciar em intensidade e temporalidade, devido às condutas, normas e valores que o ritual terá que sedimentar, implicando assim na possibilidade de que existam ritos de curta, média e longa duração.

Desta maneira, ritos de curta duração podem marcar intensamente um certo conjunto de experiências para a sedimentação de determinadas condutas sociais, como em rituais de iniciação de certas tribos indígenas do Brasil em que jovens, entrando na fase adulta, são sujeitos a experiências fortes e marcantes, para que possam demonstrar sua coragem, para si e para o grupo social de que fazem parte.

2. Poder: uma problematização teórica

O exercício de refletir sobre o poder nos obriga a buscar fundamentos teóricos que possam dar pistas importantes para a construção de uma abordagem de cunho acadêmico.

É assim que a compreensão de Max Weber sobre o poder, em suas reflexões teóricas, oferece as primeiras pistas relevantes para a problematização que propomos fazer neste item.

Para Weber, o poder expressa “a possibilidade de um homem ou de um grupo de homens realizar sua própria vontade... mesmo contra a resistência de outros...” (Weber, 1991, p.81). Ou seja, o poder não é compreendido como uma substância que alguém pode adquirir ou possuir a partir de determinantes subjetivos, mas a expressão de uma dada realidade que apresenta as condições objetivas que implicam na possibilidade de uma ação de sobrepujança da vontade de um, ou de uns, sobre a vontade de um ou de outros.

Os dizeres de Max Weber procuram evidenciar que o poder não é um ente abstrato, mas algo que se materializa nas ações humanas, ou seja, algo concreto e objetivo que se expressa nas relações sociais entre os homens que produzem as condições em que o poder se manifesta.

Desta forma, o poder apresenta-se como algo que se manifesta, ou seja, que se exerce objetivamente nas relações humanas. Corroborando assim, com Foucault (1998), que alerta para que o poder:

"não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como um modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma, que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados." (Foucault, 1998, p. 26)*

* A propriedade aqui é concebida como objeto de posse privada.

Nesta ótica, podemos chamar a atenção para o fato de que os elementos teorizados acerca do poder expressam uma discussão mais sobre sua ação em si, do que propriamente sobre a conceituação de poder. No entanto, as reflexões apresentadas já permitem o vislumbamento de caminhos bastante interessantes sobre o exercício de pensar a respeito do poder.

Ora, se o poder é algo que se exerce, ou seja, que se manifesta nas relações humanas, objetivas e concretas entre os homens, seja como uma ação em si ou como uma possibilidade de fazer com que esse exercício possa ocorrer, acreditamos que deve existir provavelmente um campo fertilíssimo de discussão sobre a composição dessas relações. Relações estas em que o poder tem a possibilidade de ser exercido.

Em uma reflexão que evidencie questões sobre a composição dessas relações em que o poder pode se manifestar, tendemos a acreditar que a expressão do poder somente pode ocorrer devido uma determinada conjunção de elementos nas relações em que são operadas as manifestações do poder.

Ou seja, o poder se manifesta, ou se exerce numa relação de mutualidade entre os atores que exercem ou são objetos desse exercício. Daí porque Martin (1978: p. 62) destacando Bukley em seu trabalho, considera o poder como “um tipo de fluxo de informação, cujo significado depende das práticas de ‘codificação’ do recipiente”. Por isso, “o poder é uma propriedade” de uma relação, não dos indivíduos nessa relação: o poder é um modo específico de comunicação, um sinal”.

Nesse sentido, temos um interesse particular em discutir um pouco mais sobre a composição dessas relações, ou seja, devemos problematizar mais sobre os elementos que formam e constituem essa relação, em que o poder pode ser visto como uma propriedade específica da mesma relação.

Partindo então, de que o poder é uma propriedade de uma relação, obviamente que esta relação se apresenta com uma dada configuração, com uma dada formatação. Essa relação faz parte de uma dada estrutura, e como tal, está integrada por uma rede de componentes estruturais e conjunturais, que combinados, desenham a própria relação.

Isto quer dizer que o poder para ser exercido em uma dada relação, deve partir de que existe uma dada estrutura referencial compartilhada pelos atores que estão manifestando a ação do poder, assim como por aqueles que se

* Diferentemente de FOUCAULT, a propriedade aqui deve ser compreendida como componente, característica, qualidade.

tornam os receptores da ação em si.

Podemos buscar os ensinamentos de Lévi-Strauss (1993), que ao discutir a noção e a definição de estrutura em etnologia alerta para o fato de que “a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta” (p. 315). Daí porque, acrescenta que as “relações sociais são a matéria prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social” (p.316).

Assim, podemos afirmar que as relações em que o poder é exercido, partem de uma estrutura que se apresenta como a referência pela qual estas relações sociais são construídas, desenhando um mosaico complexo, objetivo e real para os atores envolvidos na ação do poder.

Desta forma, o poder não pode ser confundido com as relações em que pode se manifestar, mas, certamente como uma parte integrante dessas relações. Para que estas relações sejam compreendidas e entendidas, é necessário que desvendemos a estrutura à qual estão relacionadas.

Nesse exercício, as relações sociais em que emergem as ações de poder, apresentam-se como a matéria prima relevante para que seja mapeada a estrutura social constituinte da natureza destas mesmas relações.

Acreditamos que, nessas relações, os elementos culturais têm uma relevância significativa no processo de exercício do poder, seja na ação realizada, ou seja na possibilidade de ação como afirma Weber.

Por que queremos destacar os componentes culturais nesse exercício reflexivo? Ora, ao partirmos de que o poder se manifesta em uma relação social entre atores, cremos que existe um “caldo” cultural em que esses atores estão envolvidos e mergulhados, e que, como tal, é importantíssimo para a exposição de pistas relevantes para compreender como o poder se processa e qual o seu alcance entre esses atores.

Assim sendo, o poder ao ser exercido indica uma ação de dominação e subordinação que ocorre entre atores da relação, evidenciando uma nítida relação entre dominantes e dominados. Não podemos acreditar que a relação de dominação ocorra mecanicamente, mas como a síntese de uma rede complexa de determinações, que se combinam e constroem o quadro em que o poder se manifesta.

Nesse sentido, o poder como exercício ou possibilidade de exercício somente tem sentido “quando inserido em um sistema de significação, no qual a ameaça que comporta seja identificada e considerada” (Rodrigues, 1992, p. 37), daí porque deve existir uma relação de mutualidade entre o que domina e o

que é dominado na ação do poder.

Podemos lembrar como alerta Pierre Bourdieu (1998, p.86) para o fato de que, ao acreditarmos que a dominação se atribui a:

"uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação, por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido".

É por isso que, tendemos a compreender que, tanto o que exerce o poder, quanto aquele que sofre ação do poder, devem estar mergulhados e envolvidos pela mesma rede de significados que tornam válido o poder, na medida em que este tem a possibilidade de ser exercido para ambos.

Ou seja, é "necessário que os dominados 'dominem' os códigos de pensamento e sentimento que lhes possibilitem desempenhar o papel social de subordinados. É isso que lhes permite (ou obriga, tanto faz) comportar-se de modo 'adequado' como submissos".(Rodrigues, 1992, p.38).

Isso quer dizer, claramente, que existe uma relação de reciprocidade entre o que domina e o que é dominado, ou seja, que na relação social em que o poder é exercido, existe uma relação de troca entre os atores, entre os agentes da ação.

Este caráter recíproco do poder tende a nos empurrar para um caminho que problematiza e complexifica ainda mais as relações sociais em que o poder é exercido, assim como no desvendamento da rede de significados que podem explicar quais os elementos que estarão em jogo no momento do exercício do poder.

Ora, ao crermos que existe uma mutualidade na relação não podemos ocultar que os significados compartilhados pelos dominantes e dominados podem ter "pesos" diferentes para ambos. Isto não faz com que percam essa condição de reciprocidade, mas a torna mais complexa e instigante.

Foucault (1998), chama a atenção que os homens, os grupos, as instituições e as classes sociais são veículos de circulação do poder na sociedade. E como tal, o poder se manifesta na teia de relações sociais constituídas e construídas nos grupos, nas organizações, nas instituições sociais que formam a sociedade. Assim,

a estrutura da sociedade diz respeito a um sistema de significação em correspondência com esta, mesmo que esta, ao se especializar e complexificar, gere o aparecimento de subuniversos de significação que “podem decorrer da acentuada especialização dos papéis, a ponto de tornarem-se sagrados, onde somente os membros deste subuniverso podem ter acesso” (Berger, 1985).

Nesse jogo, o poder pode ser visto como “um fenômeno de comunicação e significação inscrito e enquadrado em um contexto cultural, este mesmo embebido de poder, comunicação e significação” (Rodrigues, 1992, p.42). Como um fenômeno de comunicação e significação, o poder faz parte da estrutura social, em que esta mesma funciona como o arquétipo de todo um grupo, de toda uma sociedade. Isto porque, a estrutura de uma sociedade expressa uma dada realidade, construída em uma amálgama produzida pelo homem e no homem, pois “os homens em conjunto produzem um ambiente humano, portanto, o homem sozinho não é um homem sozinho, ele não produz um ambiente humano sozinho” (Berger, 1985).

Ora, as organizações e instituições constituem-se de forma a parametrar os limites e as fronteiras entre o aceito e o não aceito socialmente, criando mecanismos de controle sobre as condutas dos próprios homens que constroem a própria sociedade.

No processo socializador existente em uma dada sociedade o homem vai aprendendo a “verdade” objetivada através da linguagem, do comportamento, das regras, da moral e de todo o conjunto de elementos responsáveis por esta rede de socialização que os indivíduos vão passando, em que um corpo de conhecimento sobre a sociedade é “objetivado como verdades válidas sobre a realidade” e que “qualquer desvio da ordem institucional representa afastamento da ‘realidade’ aceita” (Berger, 1985) e legitimada pelos membros dessa sociedade.

Assim, toda estrutura social se organiza de forma particular e própria, expressando sua objetividade através de uma complexa malha de componentes: instituições, organizações sociais, tradições, leis, morais e outros. Particularmente, a sociedade moderna é uma sociedade de organizações, como afirma Motta (1996), em que o “homem organizacional vê as relações de dominação serem reproduzidas diante dele, através dele e por meio dele”. Ou seja, o homem é o produtor e o reproduzidor das relações que o atingem, que o envolvem, que o controlam e que o dominam.

Obviamente não estamos querendo afirmar que vivemos sob uma situação de fatalidade absoluta em que os homens não podem escapar do controle social que as instituições impõem em uma dada sociedade, mas que um sistema

social para sobreviver e existir estabelece formas de controle, de dominação e de alienação para o conjunto de seus membros.

Por isso, é bom lembrar Berger (1985), quando este afirma que “é impossível considerar uma sociedade em que ocorra a institucionalização total das condutas, assim como é impossível conceber uma sociedade em que não haja nenhuma institucionalização de conduta”. Ou seja, podemos dizer que ninguém vive fora da sociedade, assim como podemos afirmar que ninguém vive total e irrestritamente controlado por essa mesma sociedade.

Desta forma, o poder existente e presente em uma dada sociedade faz parte da organização desta, o que “permitiria a uma sociedade se constituir em um sistema íntegro, protegendo-a em suas fronteiras interiores e exteriores de tudo o que fosse capaz de decretar a ruína de sua sistematicidade” (Rodrigues, 1992, p.42).

Assim, o poder, a maneira de um vírus “contaminaria todas as relações sociais” (Idem, p.42). O poder, desta maneira, estaria presente, mesmo quando não convidado, no conjunto das relações humanas, penetrando em todas as instituições sociais, em todas as formas de organizações humanas, moldando e transformando os atores dessas relações.

O poder estenderia suas influências visceralmente, constituindo-se objetiva e subjetivamente num estilo, num modelo de manifestação e expressão, impregnando assim o *modus vivendi* dos seres humanos. Este estaria presente, construindo-se “em cada mínima ação e relação. Seria eficácia, ao mesmo tempo simbólica e material, que se insinuaria sempre como necessidade visceral. Reproduzir-se-ia através da tecnologia, mas também como tecnologia; através do saber, mas também como saber; através de corpos, mas também como corpos; da vida, como vida; da morte, como morte”. (Idem, p.43).

Desta maneira, o poder estaria presente no processo de composição do jogo das relações que ele mesmo necessita para se manifestar, para que seja exercido. Presente como processo e como produto do processo, como estruturante e como estruturado, como instituinte e como instituído pelos atores e nos atores que o manifestam subjetiva e objetivamente.

Aos moldes de uma confecção, o poder é tecido por todos aqueles que ficam aprisionados na própria teia que ajudaram a construir. E que, depois de “pronta e acabada”, via de regra, os atores responsáveis por sua construção fixam-se no produto acabado, deixando de vislumbrar a contribuição individual e coletiva no processo de elaboração e construção das relações de poder em que estão envolvidos.

Aos moldes de um “pescador que se encanta mais com a rede do que com o mar” os indivíduos fixam-se na resultante magnética produzida por toda a socialização em que são decantados pelas malhas do poder produzido e reproduzido (com a colaboração deste indivíduo), obliterando sua capacidade de apreensão do mar de relações, interesses e poder que o envolve.

Referências Bibliográficas

- AUGRAS, M. Morte e Renascimento, In: PITTA, Danielle Perin Rocha – org. **O Imaginário e a Simbologia da Passagem**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.
- BASTIDE, R. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1985.
- BERGER, P I. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.
- DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENNEP, A Van. **Os Ritos de Passagem**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978.
- GOFFMAN, E. **Estigma**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HOBSBAWN, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEOPOLDI, José Sávio. **Escola de Samba, Ritual e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico - 9ª edição**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993a.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1993.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- MARTIM, Roderick. **Sociologia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **O Que É Burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RADCLIFFE – BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas**. Lisboa: Edições 70, 1973.

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia do Poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.

_____. **Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

TURNER, Victor M. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 1991.

FEDERALISMO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: uma análise do processo decisório

Francy Mary Alves MÓDOLO*

RESUMO: Este artigo tem como proposta discutir, a partir das relações federativas, o processo decisório da política de educação no Brasil - no que se refere ao ensino fundamental - após a Constituição de 1988. Tentaremos compreender como as mudanças ocorridas nas regras decisórias rebateram nas formas de decisão e na esfera decisória da política de educação brasileira contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: 1-Federalismo; 2-Processo Decisório; 3-Decentralização; 4-Política de Educação

SUMMARY: This articles proposes to discuss, starting from the federative relations, the education policy deciding process in Brazil - in which it refers to Primary School - after the 1988 Constitution. We will try to understand how the occured changes in the deciding rules stroke again on the decision ways and on the deciding sphere of the contemporary Brazilian education policy.

KEY WORDS: Federalism, Deciding Process, Decentralization, Education Policy.

Introdução

A questão das competências e funções dos entes federativos na prestação dos serviços educacionais marcaram o cenário recente de discussões sobre a política educacional brasileira.

A reforma do Estado e as novas atribuições proporcionadas pela implantação de normas legais trouxeram significativos impactos para a

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL - UNESP- Araraquara, sob orientação da Profa. Dra. Marta Arretche.

organização e execução dos serviços educacionais no Brasil na última década. A partir da Constituição Federal de 1988 iniciou-se um importante processo de reforma na política educacional brasileira, podemos dizer que, a implementação da Emenda Constitucional n.º 14/96, que deu origem ao FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), foi o marco recente mais importante neste processo, visto que, constituiu-se em uma iniciativa que modificou a estrutura das responsabilidades de provimento da educação básica entre os entes federativos. Sendo assim, a implementação do Fundo deu origem a consolidação do processo de municipalização do ensino fundamental no Brasil (nível de ensino eleito como obrigatório pela Constituição Federal de 1988). Este fato trouxe inúmeras conseqüências para o relacionamento entre os entes federativos, provocando, em tese, mudanças no redesenho do processo decisório desta política.

Neste contexto, em que expressivas alterações vêm ocorrendo, a redefinição das funções dos entes federativos põe na pauta de discussões a questão da responsabilidade da decisão e da lógica decisória, isto é, quais os atores e em quais arenas são tomadas as decisões sobre o que será implementado em matéria de educação e quais os fatores que interferem neste processo.

Desta forma, com o objetivo de compreender o processo decisório da política de educação brasileira (no que se refere ao ensino fundamental) frente às alterações do padrão de relacionamento entre os entes federativos, originado pelas reformas, nosso texto será organizado a partir nas seguintes sessões:

- 1- Autonomia e Processo Decisório da Política de Educação brasileira : Antecedentes Históricos.
- 2- Constituição de 1988: A política de Educação Básica e as Relações federativas de 1988 a 1996
- 3- A emenda constitucional n.º 14, a implantação do FUNDEF e o redesenho institucional

1. Autonomia e Processo Decisório da Política de Educação Básica brasileira: Antecedentes Históricos

Para compreendermos um pouco como vêm se estruturando as relações federativas da política de educação, iremos realizar uma breve análise histórica do processo decisório da política de educação antes de 88:

Segundo Silva & Cruz (1996), foi em 1930 que o país reconheceu

formalmente a existência de sistemas autônomos de ensinos nos estados e municípios por meio de um Decreto-lei n. 19402, de 14/11/1930 que criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável pela fiscalização, em todo o território nacional do ensino secundário e superior, ficando o ensino básico sem nenhuma coordenação nacional. Em 1934 a Constituição Federal consagrou o princípio da centralização política, reafirmou a autonomia administrativa estadual e estabeleceu que competia a União fixar as bases e diretrizes da educação nacional em todos os níveis de ensino. Na década de 60 com a Revolução de 64, houve grande concentração de poder na União e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos governos estaduais e municipais. As decisões quanto aos objetivos e metas educacionais partiam da União, por meio de programas e projetos já definidos nas normas para a elaboração e aprovação dos planos estaduais e municipais de educação. O planejamento educacional acabou constituindo-se em um instrumento meramente técnico, servindo como mecanismo de controle e repasse de verbas. Como havia uma estrutura tributária que tornava os estados e municípios mais pobres totalmente dependentes da União, o poder de decisão concernente aos objetivos e metas educacionais era exercido pelo nível central, quando da elaboração de planos setoriais, cabendo às unidades federadas e às municipais apenas a execução das metas. Dessa forma, as semelhanças observadas nas organizações e nos planos educacionais dos estados e municípios nesse período expressam a dependência político-administrativa gerada pela necessidade de suplementação financeira e a impossibilidade de formular propostas alternativas e tomar decisões.

Nas década de 70 e 80 há uma expansão significativa da oferta de serviços públicos de Educação Básica, no entanto, essa oferta não ocorreu de forma orgânica e igualitária entre as três esferas político-administrativas de governo. E assim sendo, acentuaram-se as diferenças setoriais e regionais, devido a ausência de planejamento, permitindo a atuação concorrente das 3 esferas em todos os níveis de educação em um mesmo lugar, havendo excesso de oferta em alguns lugares e falta em outros.

É importante esclarecer que até meados da década de 80, havia uma centralização decisória e uma descentralização desarticulada da oferta de serviços educacionais, havendo um relacionamento conflitivo e ineficaz das esferas de governo.

A presença federal na provisão de serviços de educação pré-escolar e fundamental concentrava-se no financiamento de atividades de apoio – provisão de merenda escolar, livro didático, construção escolar, materiais didáticos, etc.-

e na definição de um currículo mínimo. Assim, a ação federal neste nível de ensino era fundamentalmente de normatização e assistência técnico financeira, cabendo às esferas estaduais e municipais o provimento dos destes serviços educacionais (Arretche, 2000).

Desta forma, podemos verificar- a partir das colocações de Silva & Cruz(1996) e Arretche(2000), acima abordadas- que existe um consenso sobre a responsabilidade histórica dos estados e municípios na prestação dos serviços educacionais do ensino pré-escolar e fundamental, isto é, sobre a descentralização destes serviços educacionais. No entanto, as posições divergem no que se refere a compreensão da esfera onde ocorre a decisão - questão que trataremos adiante.

Com a promulgação da Constituição a política de educação foi reformulada, iremos abaixo analisar essas transformações.

2. A política de Educação Básica e Constituição de 1988: as Relações Federativas e o Processo Decisório de 1988 a 1996

2.1. A política de Educação Básica e as Relações Federativas pós-88: O que mudou?

A Constituição de 1988 ao definir um regime de colaboração na organização de seu sistema de ensino, referendou, segundo Silva & Cruz (1996), um sistema federativo cooperativo, entretanto, o governo federal não foi capaz de liderar um projeto nacional que estabelecesse com clareza competências e mecanismos de repasse de recursos, o que possibilitaria a cada uma das instâncias de governo assumir as tarefas que lhes fosse delegadas.

Segundo Arretche (2000), na Constituição de 1988 não há nenhum artigo que proponha a descentralização da política educacional (que no caso do ensino fundamental corresponde à municipalização, visto que neste nível de ensino os estados subnacionais já eram responsáveis), apesar de todo apelo pró-deslocamento das decisões das políticas sociais para a esfera municipal que permeou o processo constituinte. Nesta política as discussões estiveram mais ligadas a responsabilidade do Estado no provimento da educação básica, e portanto, as polêmicas giraram em torno do tema público-privado.

Algo interessante é que nesta Constituição a única política em que houve vinculação orçamentária foi a educação: determinou-se percentuais a serem gastos com educação, mas no entanto, não houve o estabelecimento de funções exclusivas, muito embora no texto haja uma divisão “informal” das tarefas,

pela utilização da palavra **preferencialmente**, como veremos abaixo:

O artigo 211 da Constituição Federal, que foi alterado pela E C n.14, define o relacionamento entre os poderes na provisão do ensino:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, (...) e exercerá em matéria educacional, função redistributiva e supletiva de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização do ensino obrigatório (Emenda Constitucional N.º 14, 1996).

Podemos perceber através da citação acima que o sistema de educação prevê, para funcionar, uma articulação entre os entes federativos, no entanto, o que se estabeleceu após 88 foi a atuação concorrente e desarticulada dos entes federativos, proporcionando o crescimento desigual e iníquo da oferta de serviços.

A fórmula: vinculação orçamentária e não-determinação de funções exclusivas, criaram dualidade e superposição das redes escolares. Segundo Arretche (2000) os estados e municípios passaram a atuar no mesmo nível de ensino, sem no entanto haver diálogo, criando uma dualidade de redes, isto é redes que trabalham de forma independente oferecendo o mesmo serviço para o mesmo público. O resultado é o excesso de oferta de um determinado tipo de classes e ausência de outras, excesso de vagas em um bairro e falta em outros. Sem falar que os programas e materiais didáticos, bem como a remuneração dos funcionários são inteiramente diferentes.

Com a vinculação de receitas - estados, municípios e a União tendo que investir um percentual em educação - os municípios pertencentes à estados que haviam universalizado o ensino fundamental (nível obrigatório de ensino),

priorizaram o investimento em educação infantil, não havendo assim um avanço significativo na municipalização do ensino.

2.2. A Política de Educação e Processo Decisório de 1988 a 1996

As relações entre as esferas de poder em um Estado federativo devem ser levadas em consideração ao analisar o processo decisório das políticas públicas, pois, elas constituem-se em obstáculos importantes em sua condução e direcionamento, visto que, o governo central deve respeitar a autonomia das demais esferas de governo.

No que diz respeito ao ensino fundamental, não existe consenso, entre os seus analistas, da esfera onde ocorre o processo decisório, isto é, em qual esfera político-administrativa essa decisão é tomada.

Existem basicamente dois posicionamentos sobre esse fato:

a) Existe descentralização dos serviços educacionais, mas a decisão ainda é centralizada no governo federal.

b) O processo de decisão se dá nos Estados e municípios, pois os mesmos têm autonomia administrativa e financeira legalmente assegurada.

A questão central desta discussão está no entendimento da capacidade (e atuação) do governo federal em influenciar as esferas subnacionais nas decisões a serem tomadas. Como na esfera central existem burocracias bem articuladas e capazes de fazerem um desenho de política que estreitem o espaço de manobra das esferas subnacionais, isto é para alguns entendido como perda de autonomia e para outros não. Esta visão está ligada ao **entendimento de federalismo dos analistas**:

Segundo alguns, para que exista de fato um regime federativo é preciso que existam relações harmônicas entre os entes federativos, que não haja preponderância de um sobre o outro, sendo indispensável, desta forma, que haja uma exclusividade de funções e responsabilidade, visto que funções concorrentes geram atritos e, desta forma, ameaçam o equilíbrio federativo; Para outros, federalismo é um sistema de correlação de forças onde as esferas estão em atrito, devendo haver uma articulação entre os entes federativos para que, conjuntamente, possam executar as políticas públicas, não havendo assim necessidade de exclusividade de funções, apenas a clareza das responsabilidades e uma articulação entre as esferas de poder. Desta forma, este sistema não compreende um conjunto de relações harmoniosas, mas um grande jogo de poder onde a esfera central induz as políticas e as subnacionais são pontos de veto

para a atuação da central. Nessa visão, o sistema federativo é algo complexo, envolvendo disputas por recursos financeiros e políticos.

As reflexões de Arretche (2000) e Silva&Cruz (1996) são fundamentais para compreendermos o processo de decisão da política educacional brasileira, visto que olham sob ângulos diferentes a questão federativa da política de educação. Seus trabalhos contemplam as duas correntes de pensamento que iluminam essa discussão, desta forma, traçaremos um paralelo entre o pensamento das autoras para montarmos um painel com as principais questões:

Para Silva e Cruz (1996) o arranjo federativo da política educacional brasileira possui como características: relações não cooperativas entre os entes federativos, indefinição de competências, e centralização das decisões. Para elas, existe uma descentralização na execução dos serviços educacionais e uma centralização decisória na União.

Sendo assim, apesar da Constituição de 88 estabelecer um princípio de cooperação no sistema federativo, e também deixar clara a atuação do município no ensino fundamental e pré-escolar, esse sistema é bastante complexo por exigir constante articulação entre as esferas de governo em vários níveis. No entanto, como o governo federal não foi capaz de liderar um projeto nacional que estabelecesse com clareza as competências e mecanismos de repasse de recursos, isso impossibilitaria que cada instância de governo pudesse assumir as tarefas que lhes fossem delegadas.

Podemos perceber pelo desenvolvimento do argumento de Silva & Cruz (1996) que, para elas, existe uma separação entre a capacidade administrativa e capacidade decisória, a decisão é centralizada na esfera federal, não existindo de fato um processo de descentralização, pois, não há descentralização sem a capacidade política de realizar, isto é, deve existir uma descentralização de poder, pois sem essa condição só há delegação de tarefas.

Para Arretche (2000) o sistema educacional era bipartido havendo uma descentralização na gestão das redes de ensino fundamental, pré-escolar, e uma centralização nas atividades de suporte, como merenda e livro didático. Para ela as instâncias subnacionais têm, legalmente, autonomia para decidir as políticas a serem implementadas, no entanto, não descarta a capacidade do governo federal de induzir o seu comportamento, contudo, acredita que essa capacidade não lhes tire a autonomia. O desenho da políticas diminui ou aumenta as chances das unidades federadas aceitarem ou não as propostas do governo central, no entanto, elas possuem legalmente o direito de aderirem ou não às propostas do governo federal, pois possuem autonomia prevista na constituição Federal.

É indispensável ressaltarmos que a autonomia das instâncias subnacionais não é total, ela está limitada pelo arcabouço constitucional e pela lei de Diretrizes e Bases da educação, no entanto, dentro deste espaço elas têm autonomia decisória legalmente assegurada.

Para Arretche (2000) a política educacional não tinha um *locus* exclusivo de decisão, visto que, estados e municípios de forma independente criavam suas redes, e portanto, não havia uma política de educação, mas políticas de educação que se sobrepunham. No que diz respeito à oferta de ensino pré escolar e fundamental a redes estaduais e municipais não se relacionavam, portanto, havia dois processos decisórios um em âmbito municipal e outro em âmbito estadual, que davam características a essas duas redes concorrentes. Além disso, havia um outro processo decisório centralizado, em âmbito federal, que controlava todas as atividades de apoio. Na sua visão, o processo decisório da política educacional brasileira era pulverizado, havendo vários centros de decisão que funcionavam desarticuladamente.

3. A Emenda Constitucional N.º 14, a implantação do FUNDEF e o Resenho Institucional

A EC n.º 14, foi aprovada em 1996 e através dela criou-se condições legais que permitiram alterações significativas nas regras de funcionamento do sistema educacional brasileiro. Podemos acompanhar as alterações trazidas por essa alteração no texto constitucional através da tabela abaixo:

ALTERAÇÕES NO TEXTO CONSTITUCIONAL – EMENDA 14/96

Texto	Emenda Constitucional 14/1996	Comentários
Constitucional/1988		
<p>Art.34 – A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:</p> <p>I...; II...; III...; IV...; V...; VI...;</p> <p>VII- assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:</p> <p>a)...; b)...; c)...; d)...</p>	<p>Art.1 – É acrescentada no inciso VII do ART. 34, da Constituição Federal, a alínea “e” com a seguinte redação:</p> <p>“ e) Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendido e proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino”.</p>	<p>A partir da Emenda , não só os municípios, mas também os estados poderão sofrer intervenção da União a fim de garantir a aplicação correta do mínimo exigido da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>

<p>Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado, mediante a garantia de:</p> <p>I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;</p> <p>II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio;</p>	<p>Art. 2 – É dada nova redação aos incisos I e II do Art.208 da Constituição Federal nos seguintes termos:</p> <p>“ I – ensino fundamental e gratuito assegurado, inclusive com oferta gratuita para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria;</p> <p>II – Progressiva universalização do ensino médio gratuito; ”</p>	<p>A partir da Emenda, no inciso I, fica explícito que o Estado deverá arcar com a oferta gratuita do ensino fundamental para todos que não tiveram acesso na idade própria.</p> <p>No inciso II, a expressão “universalização” sugere um significado mais abrangente que “extensão”, pois representa a intenção de atingir a totalidade da população da faixa etária, no menor tempo possível.</p>
<p>Art. 211 – A União, Estados, Distrito Federal e Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.</p>	<p>Art. 3º - É dada nova redação aos § 1.º e 2.º do art. 211 da Constituição Federal e neles são inseridos mais dois parágrafos, passando a Ter a seguinte redação:</p>	<p>A partir da Emenda, A União passará a exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a oferta igualitária de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade.</p>
<p>§ 1.º - A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.</p>	<p>“ Art. 211...</p> <p>§ 1º - A União organizará o sistema federal de ensino e dos territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>	<p>Fica reservado ao município a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil. A expressão “pré-escola” (de 4 a 6 anos) foi substituída por “educação infantil” , ampliando a faixa de idade para atendimento de 0 a 6 anos.</p>
<p>§ 2.º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.</p>	<p>§ 2º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.</p>	<p>A partir da Emenda, ficou estabelecida para os Estados a obrigação de atuar prioritariamente no ensino fundamental e no médio.</p>
	<p>§ 3.º - Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio</p>	<p>Por fim, o § 4.º determina que Estados e Municípios, ao organizarem seus sistemas de</p>
	<p>§ 4.º - NA organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo, a assegurar a universalização do ensino</p>	

obrigatório.”

Art.212 – A União

aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados e Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1.º - ...; § 2.º - ...; § 3.º - ...; § 4.º - ...;

§ 5.º - O Ensino

Fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 60 – Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os

Art. 4.º - É dada nova redação ao §

5.º do artigo 212 da Constituição Federal nos seguintes termos:

“ § 5.º - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento o salário-educação, recolhida pelas empresa na forma da lei”.

Art. 5.º - É alterado o Art. 60 do Ato das Disposições transitórias e neles são inseridos nos parágrafos, passando o artigo a Ter a seguinte redação:

“ **Art. 60 –** Nos dez primeiros anos de promulgação desta Emenda, s Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de 60% dos recursos a que se refere o *caput* do Art. 212 da Constituição

ensino, estabeleçam formas de colaboração, para que posam garantir a universalização do ensino obrigatório, ou seja, do ensino fundamental.

Foi suprimida qualquer possibilidade de empresas deduzirem da contribuição social do salário-educação as despesas realizadas com ensino fundamental de seus empregados e dependentes. Com esta medida, ficam ampliados os recursos do poder público para o financiamento da educação.

Na Constituição, a responsabilidade pelo ensino fundamental era dada, de forma geral ao Poder Público, com a mobilização de setores organizados da sociedade, que se traduzia pela aplicação de pelo menos 50% dos recursos resultantes de impostos e

setores organizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos 50% dos recursos a que se refere o art.212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Parágrafo Único: Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional.

Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com objetivo de assegurar universalização do seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1.º - A distribuição de responsabilidades e recursos entre Estados e seus municípios, a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no Art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, de um **Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, de natureza contábil**".

§ 2.º - O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos 15% dos recursos a que se referem os Art. 155, inciso II; 158, inciso IV; e 159, inciso i, alíneas "a e b"; e inciso II, da Constituição Federal, e será distribuído entre cada estados e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.

§ 3.º - A União complementarará os recursos do Fundo a que se refere o § 1.º, sempre que , em cada estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 4.º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de cinco anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de qualidade de ensino definido nacionalmente.

§ 5.º - Uma porção não inferior a 60% dos

transferências(*caput* do Art. 212).

A Emenda especifica claramente que a responsabilidade é dos estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão aplicar não menos que 60% dos recursos referidos no *caput* do Art. 212(dos 25%), com a finalidade de garantir a universalização do ensino fundamental e a remuneração condigna do magistério.

A Emenda cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, composto por 15% dos seguinte impostos e transferências: ICMS, Fundo de Participação do Estado-FPE, Fundo de Participação dos Municípios-FPM e do IPI-Exportação.

A distribuição dos recursos do Fundo entre cada estado seus municípios será proporcional ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental, devendo ser aplicado um valor anual mínimo/aluno. A Emenda determina que a União complemente esse valor, sempre que não atingir o mínimo definido nacionalmente.

Fica estabelecido um prazo de cinco anos para a revisão do

recursos de cada Fundo referido no § 1.º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 6.º - A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3.º, nunca menos que o equivalente a 30% dos recursos a que se refere o *caput* do Art. 212 da Constituição Federal.

§ 7.º - A lei disporá sobre a organização dos fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sob a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno*.

Art. 6.º - Esta Emenda entre em vigor a 1.º de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

percentual de contribuição dada União, Estados, Distrito Federal e municípios para o referido fundo.

A Emenda Constitucional destina também não menos de 60% dos recursos do Fundo ao pagamento de professores do ensino fundamental em pleno exercício do magistério.

À União fica reservada a obrigação de aplicar nunca menos de 30% dos recursos referidos no *caput* do Art. 212 (dos 18%). Estes recursos destinam-se a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, bem como a complementação do valor mínimo por aluno definido nacionalmente, sempre que este não for atingido.

No § 7.º caberá à lei ordinária federal, dispor sobre a organização dos Fundos, sua distribuição de recursos, fiscalização e controle, assim como a base de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.

* Tabela extraída de: Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. *Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério: guia para sua operacionalização*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1997.

Esta tabela representa a versão oficial sobre as modificações introduzidas com a implementação da Emenda, que tem o FUNDEF como principal expoente. Portanto, para que possamos melhor compreender os limites e as possibilidades da política de educação brasileira pós- FUNDEF., iremos nos utilizar das reflexões de Davies (1999), Aleralo (1999) e Pinto (1999).

3.1. O que é?

O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério é um fundo, de natureza contábil, constituído de 15% dos 25% de recursos financeiros obrigatórios para aplicar em educação (ICMS, fundo de participação dos estados, fundo de participação dos municípios, IPI-Exportação e o ressarcimento pela desoneração de exportação) de estados e municípios. Foi criado pelo prazo de dez anos, em nível estadual, e é redistribuído entre cada estado e os seus municípios de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes municipais e estaduais. Destes 15% destinados ao ensino fundamental, 60%, no mínimo, devem ser destinados ao pagamento de salários dos professores em exercício. De acordo com a legislação o governo federal fixará a cada ano um valor mínimo nacional por aluno, levando em consideração a previsão do número de alunos do ensino fundamental para o ano seguinte e a receita total do FUNDEF. Estabelece a EC n. 14/96 que o governo federal deverá complementar os recursos do fundo dos estados que não atingirem o valor mínimo do gasto/aluno/ano, definido nacionalmente (Arelaro, 1999).

Ainda segundo Aleralo (1999), o governo federal pretendia com a criação do fundo atingir quatro objetivos: 1- justiça social; 2 – uma política nacional de equidade; 3 – a efetiva descentralização e melhoria na qualidade da educação; e 4 – a valorização do magistério público. O que não é pouca coisa para um único fundo, até porque nenhum recurso novo seria acrescido aos já existentes nos estados e municípios. Este fato foi agravado pelo fato do governo federal ter conseguido reduzir seu percentual de investimento obrigatório no ensino fundamental, de 15% para 7,5%, na própria Emenda Constitucional. Portanto, a partir da implementação da EC n.º14, as esferas públicas deveriam investir 15% do total dos recursos vinculados e obrigatórios, para a educação e 60% deste percentual em ensino fundamental. “... Somente o governo federal surpreendentemente o faria ‘no equivalente a 30% dos recursos a que se refere o Art.212 da Constituição Federal’, ou seja, sua responsabilidade direta, apesar do discurso de prioridade nacional deste nível de ensino, ficou reduzida à metade

em relação às outras esferas públicas”. (Aleralo, 1999: p.28).

Portanto, apesar do discurso que o fundo iria fazer uma redistribuição dos recursos, trazendo dos estados e municípios mais ricos para os mais pobres, parte da literatura acredita que o fundo foi criado para desresponsabilizar a União e responsabilizar Estados e Municípios no provimento dos serviços. No dizer de Davies (1999), o governo federal fez cortesia com chapéu alheio.

No entanto, esse processo de responsabilização das esferas subnacionais precisa ser melhor estudado, por isso iremos abaixo levantar algumas questões subjacentes às relações federativas da política de educação pós-FUNDEF.

3.2 Como ficam as relações federativas após o Fundo?

A implantação FUNDEF direciona a opção de investimento do município em uma única modalidade de ensino, visto que, para não perder recursos, os administradores municipais **têm** que abrir matrículas no ensino fundamental, pois os repasses estão a elas relacionados. Desta forma, o fundo conduz fortemente o investimento de educação dos estados e municípios. Uma outra alteração é que com a implantação do fundo é retirada do governo federal a responsabilidade de investimentos na erradicação do analfabetismo, tendo esse apenas a função **supletiva** de recursos financeiros dos Estados e Municípios que não conseguem atingir o valor mínimo por aluno previsto na lei, sendo que este mínimo é definido pela própria União que vai pagar a diferença. Desta forma, entendemos que o FUNDEF desobriga o governo federal e responsabiliza as instâncias subnacionais.

No entanto, no que diz respeito à atribuição de responsabilidades aos estados e municípios devemos considerar o fato do Brasil ser um Estado federativo, e modificações deste porte esbarram nas relações entre seus entes – que são autônomos -, pois o governo federal não pode simplesmente obrigar as unidades federativas e os municípios a cumprirem suas determinações. Desta forma, a estratégia encontrada para influenciar as decisões locais foi alteração da Constituição Federal e desta forma, foi necessário o envolvimento do poder Legislativo neste processo de negociação. Mas, no resultado final o governo federal saiu vitorioso, pois conseguiu implantar as medidas que, rapidamente, estão sendo assimiladas pelos municípios. Podemos perceber, segundo Arelaro (1999) que

“... a Emenda Constitucional que cria o FUNDEF indiscutivelmente altera o pacto federativo, pois **interfere na distribuição de recursos de estados**

e municípios, uma vez que esses entes jurídicos, concordando ou não, vêm seus recursos “garfados” na origem. Ao mesmo tempo e no mesmo ato legal, o MEC se desresponsabiliza do ensino fundamental e do “combate ao analfabetismo”, uma vez que a EC n. 14 reduziu o investimento obrigatório e constitucional (até aquela época) de 9%, dos 18% obrigatórios, para um pouco mais de 5%...”(Arelaro, 1999: p.42).(grifo nosso)

Desta forma, podemos perceber que os Estados e Municípios têm influenciado fortemente as decisões locais a partir das determinações da esfera federal, visto que, moldam sua políticas para tirar proveitos das “vantagens” oferecidas neste novo contexto legal. Sendo assim, os entes federativos têm a liberdade legal para implementar ou não a política proposta pela União, mas se assim não o fizerem, acabam ficando com menos recursos em caixa.

COMPARATIVO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL POR REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO 1997-2000										
REGIÃO	1997					2000*				
	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL DE ALUNOS	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL DE ALUNOS
	n.º de alunos (a)	participa- ção (a/c)	n.º de alunos (b)	participa- ção (b/c)		n.º de alunos (a)	participa- ção (a/c)	n.º de alunos (b)	participa- ção (b/c)	
NO	1.789.065	63,1	1.045.998	36,9	2.835.063	1.412.606	45,1	1.722.308	54,9	3.134.914
NE	4.233.478	42,7	5.678.518	57,3	9.911.994	3.990.681	34,5	7.564.948	65,5	11.545.829
CO	1.546.716	69,4	680.443	30,6	2.227.159	1.453.103	62,8	879.583	37,2	2.362.686
SD	8.170.589	71,4	3.271.646	28,6	11.442.215	6.778.573	59,1	4.692.487	40,9	11.471.040
SU	2.358.716	57,3	1.759.925	42,7	4.118.641	- 2.208.177	54,2	1.889.479	45,8	4.077.856
BRASIL	18.098.544	59,3	12.436.528	40,7	30.535.072	15.863.140	48,7	16.728.785	51,3	32.591.926

REGIÃO	Taxas de Crescimento		
	Municipal	Estadual	Total
NO	64,7	-21	10,6
NE	33,2	-6	16,5
CO	29,3	-4,1	6,1
SD	43,4	-17	0,3
SU	6,2	-6,4	-1
BRASIL	34,5	-12,4	6,7

Fonte: MEC (Censo Escolar 1997/2000)

A tabela acima mostra o crescimento das matrículas municipais em ensino fundamental, reforçando o argumento da capacidade de indução do governo federal na esfera local.

3.3. Que novidades institucionais trazem

Alterações significativas vêm ocorrendo no processo decisório da política de educação municipal, essas alterações caminham em duas vias: inclusão

de novos atores e esferas decisórias e deslocamento da decisão para o município.

Os novos espaços de participação no controle e decisão da política educacional são os conselhos paritários, fórmula já aplicada para outras políticas como a saúde e a assistência, agora chegaram para a educação.

Os conselhos são implantados nos três âmbitos da administração: federal, estadual e municipal, sendo a implantação deste último, condição para que haja a municipalização do ensino fundamental, isto é para que haja transferência dos recursos do fundo.

A Lei 9424 que dispõe sobre o FUNDEF no § 4.º fala sobre a função dos conselhos que deverão ser implantados junto à todas as esferas de governo:

O acompanhamento e o controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, por Conselhos a serem instituídos em cada esfera no prazo de 180 dias a contar da vigência da lei (Lei 9424:1996).

Esses conselhos devem ter um caráter deliberativo, devendo ele auxiliar a formulação da política a ser implantada. No entanto, ao mesmo tempo que a lei estabelece a obrigatoriedade de funcionamento destes conselhos, estabelece apenas o número mínimo de integrantes e deixa a cargo dos Estados e municípios fazerem a complementação de membros da maneira que lhes convier, ou seja, a composição e criação fica sob responsabilidade da administração municipal compondo, desta forma, o conselho a sua forma. Davies (1999) analisando os conselhos gestores do FUNDEF, faz a seguinte colocação:

(...) apesar do nome, o conselho é mais estatal do que social, uma vez que é composto mais por representantes do Estado que da sociedade.... o Conselho Federal denominado de Acompanhamento e Controle Social terá seis representantes do governo federal, um do Consed(Conselho dos Secretários Estaduais de Educação), um da Undime(União dos Dirigentes Municipais de educação), um do CNE, um da CNTE e um de pais de alunos e professores. Assim no total de 11 membros, só 2 representam entidades da sociedade, sendo o restante composto de representantes estatais. Também no âmbito estadual os Conselhos serão mais estatais do que sociais, pois do no mínimo de sete membros, quatro representarão diferentes esferas do poder estatal... Apenas dois representarão a sociedade... e outro os pais de alunos e

professores da escola pública de ensino fundamental. ... É só no âmbito municipal que poderíamos dizer que os Conselhos, pelo menos formalmente, têm caráter mais social que estatal, uma vez que contarão com no mínimo de quatro membros, sendo apenas um da secretaria Municipal de Educação (Davies, 1999: p.27-28) .

No entanto, devido às características histórico-político-culturais brasileiras marcadas pelo clientelismo e fisiologismo, além da secular arbitrariedade e impunidade dos governantes brasileiro, nada impede que prefeitos, aproveitando-se da brecha deixada pelo artigo da Lei 9.424 que define a composição mínima dos conselhos, ampliem o número de membros com o objetivo de ter mais representantes seus nos conselhos do que da sociedade (Davies, 1999), podendo, com isso, alterar as correlações de poder existentes nesta esfera decisória. Corroborando com o pensamento de Davies (1999), Pinto (1999) acrescenta:

O que a experiência tem demonstrado é que os executivos têm assegurado para si a maioria de assentos nestes conselhos. De qualquer forma, ele é um importante instrumento no sentido de assegurar transparência e acesso aos dados (id.ibid:p. 89)

3.4. A Influência dos Poderes Executivo-Legislativo e do Conselho Municipal de Educação no Processo Decisório Local.

Com a descentralização e a potencial responsabilidade do município em decidir as políticas sociais a serem implantadas é de grande relevância o estudo dos processos decisórios.

Dentro da análise do processo decisório um aspecto importante a se verificar é se de fato as políticas são gestadas na esfera local, e em caso afirmativo, descobrir sob quais condições institucionais e políticas são tomadas as decisões. Neste último aspecto é extremamente relevante a análise da relação entre os poderes Executivo/Legislativo. A partir desta análise é possível apreender o funcionamento do sistema político local, seja a partir do papel das lideranças políticas governistas ou de oposição, bem como a atuação de outros atores estratégicos, como grupos de pressão e qual sua influência no processo decisório (Santos, 1997).

Um outro aspecto relevante é que o padrão de interação entre esses dois poderes influi na dinâmica do processo decisório, refletindo nos resultados da política a ser implementada, nas suas características, podendo a proposta de política pública ser recusada totalmente, ou aceita integralmente ou parcialmente. Além disso, esse padrão também influi no tempo hábil de tramitação, podendo a aprovação da proposta ser rápida ou haver paralisia decisória (Abrúcio, 1997).

É interessante observar a peculiaridade do processo de tomada de decisão na política de educação: Por ser uma política com vinculação orçamentária não necessita que o legislativo prove recursos orçamentários, podendo então o executivo definir prioridades sem ter que enfrentar esse ponto de veto. Desta forma, o único ponto de veto ao executivo é o conselho municipal, que tem sua composição definida pelo executivo e precisa ser aprovada a lei que o cria no legislativo. Desta forma, as características do desenho da política favorecem uma autonomia do executivo.

Conclusão

O processo decisório em âmbito municipal, isto é, as decisões no plano local, apesar de extremamente importante, ainda não foi suficientemente estudado. A compreensão da natureza das instituições e das relações políticas nessa esfera se faz urgente e é imprescindível para o entendimento das políticas sociais brasileiras pós-88, devido às propostas de municipalização.

Com a implantação do FUNDEF se efetivou o processo de municipalização do ensino fundamental, e isto não se deu por acaso. O desenho da política foi estruturado de forma a impelir as administrações municipais a se responsabilizarem por essa modalidade de ensino, que era feita, em sua maioria, pelos estados.

O município tinha a autonomia legal para recuar-se a assumir o ensino fundamental, mas se assim o fizesse, recusaria parte de sua arrecadação que iria para o fundo, assim perdendo receita, visto que, o fundo repassa o valor apenas por matrículas de aluno do ensino fundamental. Para os municípios de médio e grande porte, que possuem receitas consideráveis de impostos, o volume de recursos que sairiam de suas mãos é bastante significativo. Desta forma, com objetivo de segurar sua receita e ainda ficar com parte dos recursos antes de posse estadual, grande parte dos municípios aderiram ao fundo.

Desta forma, podemos concluir que o município tem autonomia legal para aceitar ou não novas atribuições, mas na correlação de forças, o governo

federal conseguiu encaminhar suas reformas, isto é, está conseguindo implementar a municipalização.

Em aderindo ao FUNDEF cabe ao município decidir a política de educação municipal, contando para isso com os recursos do Fundo e com as receitas vinculadas à educação. De posse dos recursos, cabe à secretaria municipal, respeitando a legislação federal, criar a política que melhor se adequie na realidade de seu município, tendo apenas que apresentá-la ao conselho municipal de educação a quem cabe apreciá-la.

Desta forma compreendemos que, dentro dos limites legais e em sua esfera de atuação, o executivo municipal é livre para decidir, no entanto, decide dentro das regras definidas pelo governo federal.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F. & SAMUELS, D. A Nova Política dos Governadores. In: **Revista Lua Nova**, n.40/41, pp. 138-166, 1997.

ALERALO, L. R. G. Financiamento e Qualidade da Educação Brasileira. Algumas Reflexões sobre o documento 'Balanço do Primeiro Ano do FUNDEF-Relatório MEC'. In: DOURADO, L. F. **Financiamento da Educação Básica**. Campinas: Autores Associados, 1999.(Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

BRASIL, Emenda Constitucional 14, de 12/09/96, publicada no DOU em 13/09/96.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE. Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério: guia de operacionalização**. São Paulo: Cepam, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998 (atualizada até a EC 19/98)**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

BRASIL. **Lei 8424** (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e dá outras providências) 24/12/96.

DAVIES, N. **O Fundef e o Orçamento da Educação Básica - Desvendando a Caixa Preta**. Campinas: Autores Associados, 1999.(Coleção Polêmicas de Nosso Tempo)

PINTO, J. M. de R. *Um Fundinho chamado 'Fundão'*. In: Dourado, L. F. **Financiamento da Educação Básica**. Campinas: Autores Associados, 1999.(Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: **Revista Dados**, vol. 40, n. 3, pp. 335-376, 1997.

O PENSAMENTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Rodrigo Ruiz SANCHES*

RESUMO: O objetivo deste artigo é verificar o debate em torno da democracia no Brasil. O período focalizado são as décadas de 1920 e 1930. É nesse momento que observamos uma efervescência não só política, mas cultural e literária. Destacamos, nesse período, as principais linhas de um debate em torno da democracia e a polarização dos intelectuais em duas correntes: o pensamento político autoritário e o pensamento político democrático. Procuramos fazer um diálogo entre Holanda e dois dos intelectuais mais importantes e influentes de cada corrente; de um lado, Oliveira Vianna e, de outro lado, Gilberto Freyre. Encontramos vários pontos de divergências entre eles quanto a questão democrática brasileira. Com isso, destacamos a posição radicalmente democrática de Sérgio Buarque de Holanda num período extremamente autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Buarque de Holanda; Democracia no Brasil; Intelectuais; Gilberto Freyre; Oliveira Vianna.

SUMMARY: This article aims at verifying the discussion around the democracy in Brazil. The focused period is the 1920 and 1930 decades. It is at this moment that we observe not only a political effervescence as well as cultural and literary. We highlight, at this period, the main lines of a discussion around democracy and the polarization of the intellectuals into two chains: the authoritarian political thought and the democratic political thought. We attempted to make a dialogue between Holanda and two of the most important and influent intellectuals of each chain; from one side, Oliveira Viana and, from the other side, Gilberto Freyre. We found several points of divergency between them related to the issue of the Brazilian democracy. After all we highlight the radically democratic position of Sérgio Buarque de Holanda in an extremely authoritarian period.

*Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - 14800-901 - Araraquara/SP. Orientadora: Eliana Maria de Melo Souza.

KEY WORDS: Sérgio Buarque de Holanda, Democracy in Brazil, Intellectuals, Gilberto Freyre, Oliveira Viana.

Nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil, como observa CANDIDO (1989), houve um “convívio íntimo” entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas. Houve também uma admiração dos intelectuais, às vezes de modo explícito, pelas correntes comunistas e fascistas: “Muitas vezes o espiritualismo católico levou o Brasil dos anos 30 à simpatia pelas soluções políticas de direita, e mesmo fascistas, como foi o caso do Integralismo” (p.31). Por outro lado, ele observa que, neste período, também houve um grande interesse pelas correntes de esquerda como, por exemplo, a Aliança Nacional Libertadora. Esse interesse pelos assuntos de esquerda está comprovado pelo aumento considerável de títulos publicados relacionados a temas como anarquismo, sindicalismo, marxismo, movimento operário, que aparecem nas livrarias, juntamente com traduções e a formação de uma corrente marxista brasileira, como é o caso de Caio Prado Jr.

Para MACHADO (1976), todas as obras de interpretação do Brasil são livros de crise¹, isto é, ligados a um momento da crise nacional em face à expansão do capitalismo mundial. Para ele, tal crise aparece quando se torna consciente para a existência do atraso ou subdesenvolvimento.

Tratava-se de encontrar, pela reflexão histórica e sociológica, as causas ou origens do desajuste entre o Estado e a Sociedade, o “Brasil legal” e o “Brasil real”. O debate em torno dessa questão é polarizado naquilo que ficou conhecido como “pensamento político autoritário” e “pensamento político democrático”. Embora seja simplificado analisar tal período dessa forma, acreditamos que isto nos ajudará a discutir o impasse que nossa própria história intelectual enfrentou. É lógico que mesmo aqueles intelectuais que se situam numa mesma corrente, apresentam divergências entre si. Mas nos fixaremos no ponto em comum entre eles. O ponto em comum dos representantes do pensamento autoritário é a descrença de uma solução, por vias democráticas, para o impasse “Estado e sociedade”. A marca do pensamento autoritário está no fortalecimento e intervenção do Estado, em detrimento da sociedade. Inversamente, a corrente democrática acreditava que não existia um impasse entre Estado e sociedade, mas estavam resolutos a superar nossos problemas por vias democráticas, através da ampliação da participação popular e das reformas institucionais. O que percebemos nos anos 20 e 30, é a polarização dos intelectuais em torno

¹ Essa também é a opinião de MOTA (1998).

dessas duas correntes. Notamos que tal debate vai além do mundo das idéias. Os discursos e as práticas políticas dos intelectuais desse período são, a partir de agora, o foco de nossa análise.

Pensamento político autoritário

Prevalecia nos anos 30 uma concepção autoritária de democracia. Essa posição ficou conhecida como “pensamento político autoritário”. Para LAMOUNIER (1977), o pensamento autoritário foi formado a partir da Primeira República. São ensaios histórico-sociológicos que criticam o modelo constitucional de 1891, tendo em vista a ação política e a proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional. Os seus representantes mais notáveis são Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. A marca dessa geração é, sem dúvida, expressa através do fortalecimento do poder político central. A tese de Lamounier é que tais autores, embora muito diferentes, tinham uma “ideologia autoritária” comum: “O conceito de ‘ideologia de Estado’ pode ser visto como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste [XX]” (p.356). Para ele, o que é comum na bibliografia brasileira é atribuir sentido “ideológico” somente aos grupos de extrema direita e extrema esquerda, ou seja, somente a minorias fortemente intelectualizadas e possuidoras de um projeto explícito de mudança política. O conceito de “ideologia de Estado” de Lamounier pretende exatamente acentuar o contraste com a matriz ideológica à qual se opõe: o Mercado: “O fulcro da ideologia de Estado é, ao contrário, o intento de domesticar o Mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas”. (p. 358)

Nacionalistas podem ter um pensamento “irrelevante, descolado do mundo real e com uma insuficiência conceitual e metodológica”, isso devido ao descrédito das idéias autoritárias. Apesar disso, Lamounier reconhece a importância desses autores para a história do pensamento político no Brasil: “O pensamento político do período deve ser entendido como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (p.356). Essa importância também é verificada de três formas: pela importância que tais autores tiveram na difusão e na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil; pela impulsão dada às elites culturais de uma corrente antiliberal; pela “prática política” ou “ação

política” nas transformações institucionais verificadas após a Revolução de 1930.

Esses autores têm inspiração nas correntes de pensamento filiadas aos modelos deterministas europeus do início do século, como Ratzel e Gobineau. De um modo geral, viam nas instituições democráticas um obstáculo às transformações estruturais que se impunham à sociedade brasileira. Nossa sociedade era um corpo enfermo, amorfo e desorganizado, um agregado social sem autonomia e dinamismo. Para organizar essa sociedade, seria necessário um remédio forte e eficaz.

Para REZENDE (1996), o pensamento conservador elabora críticas à democracia liberal: “Nos anos 20, já se definiam concepções de democracia centrada na relação massa/elite que invadiu o pensamento político dos anos 20 e 30” (p.16). Cabia à elite comandar a nação, já que ela estaria mais preparada para exercer tal função. Isso era justificado pela concepção de superioridade e inferioridade racial. Conforme afirmou Wilson Martins, citado por Rezende, a questão da democracia na década de 20, e nos primeiros anos da década de 30, vinha associada aos problemas das raças e, mais especificamente, do negro. O regime forte era tido como único propício às condições raciais que prevaleciam no Brasil. Fundado no princípio da superioridade racial dos brancos, um governo forte era tido como o único capaz de dirigir uma nação de mestiços. (p.17). Por sermos uma sociedade composta, em sua maioria, de mestiços, era essa a desculpa para termos um Estado centralizado que conseguisse organizar esse caldeirão de raças, que não conseguiam autogovernar-se.

Realmente aquele que teve mais influência dentro da corrente conservadora foi Oliveira Vianna. Segundo a leitura dos dois de seus principais textos, *Populações meridionais do Brasil e Instituições políticas brasileiras*, podemos destacar algumas características que demonstram o autoritarismo do pensamento dominante no Brasil. Oliveira Vianna queria demonstrar a inviabilidade do governo representativo democrático na sociedade brasileira. A defesa do Estado autoritário, em Vianna, sustentava-se em dois argumentos: no primeiro, a democracia é o resultado da sedimentação cultural de práticas tradicionais de *self-government* desde as comunidades aldeãs medievais até os modernos Estados democráticos europeus, especialmente anglo-saxões, e não mero artifício legislativo; no segundo, a nossa formação histórica seguiu um roteiro totalmente inverso ao das sociedades européias; desde a ausência absoluta da prática do autogoverno no nível municipal até a origem centralizada e não representativa do nosso Estado nacional, tudo conspirou contra o idealismo democrático de nossas elites políticas, o mais das vezes preocupadas apenas

com a representação dos seus interesses privados. Para completar essa incompatibilidade com o sistema democrático, Vianna apresenta o conceito de “clã eleitoral”, que é uma forma compósita de organização política, composta por um conjunto incoordenado e desarticulado de fazendeiros, vivendo cada um a sua vida econômica e social autônoma. Os clãs rurais são a transposição, para o plano político, das células básicas da nossa organização social. Eles não tinham nenhum interesse público e tornaram-se a célula-mater da nossa vida pública².

A solução para tal impasse seria a criação de Estado que represente um centro de forças independentes dos grupos políticos, centralizado com um Poder Judiciário forte e autônomo:

“Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o País pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”. (VIANNA, 1952, p.45)

Dessa forma, o Estado surge como promotor da integração nacional, o agente por excelência da “formação da nação”. Para ele, a massa mestiça brasileira seria incapaz de se autogovernar dentro das regras abstratas e complexas do regime representativo. Vianna não via qualquer possibilidade de construção de Estado nacional com base em um sistema representativo com sufrágio universal, muito menos com uma estrutura administrativa descentralizada como a da república oligárquica.

Como é sabido, Holanda, em *Raízes do Brasil*, trava um diálogo, muitas vezes áspero, com Oliveira Vianna. As posições dos dois autores são bem díspares. Vianna via no ruralismo, no clã rural, o nosso caráter nacional. Ao enfatizar o caráter dinâmico dos processos sociais, Holanda situa no próprio “país real” a possibilidade de mudança, de modernização – coisa que Vianna não admitiria. Criticou a tese, defendida por Vianna, da falta de vocação dos portugueses para a democracia e o governo local, assim como a mistificação do povo-massa dos autores integralistas. Tratou de desmistificar a visão oligárquica da historiografia brasileira, que entrevia, por exemplo, na obra de Vianna. Holanda também escreve quatro artigos sobre Oliveira Vianna, onde reafirma sua crítica às “posições radicalmente antidemocráticas do autor”. Segundo Holanda:

² Esse tema da organização política nacional é retomado em Instituições políticas Brasileiras, na qual ele faz a distinção entre “país legal” e “país real” VIANNA (1987).

"Foi por julgar odiosas e, mais do que isso, altamente contagiosas, certas posições antidemocráticas abraçadas por Oliveira Vianna em um momento em que a crise ainda muito recente dos regimes totalitários havia deixado no seu rescaldo inúmeras frustrações, já prontas para, a qualquer momento, ressuscitá-las com redobradas forças, que me impus a tarefa de criticar severamente seu novo livro [Populações meridionais no Brasil]". (1979,p.13)

Vimos que o pensamento político autoritário teve uma importância grande no debate

das décadas de 20 e 30. Esse pensamento autoritário encontra eco nas elites dirigentes, que são fortemente influenciadas por seu discurso político. Agora, veremos que essa corrente vai além do discurso político. Muitos deles se destacaram pela prática política, atuando em partidos políticos, organizações ou mesmo como funcionários do Estado.

A prática política dos intelectuais

É MICELI (1979) quem faz um estudo sobre o pensamento político autoritário e a sua relação com a política nos anos 30. Chamado por ele de "intelectuais reacionários", eles têm, na verdade, uma dupla condição: a de políticos profissionais e intelectuais. Com a derrota da oligarquia paulista em 1930 e em 1932, os membros do PRP passaram às fileiras dos movimentos radicais à direita e à esquerda enquanto alguns de seus antigos companheiros foram cooptados para cargos de cúpula da administração pública federal. Enquanto isso, os membros do Partido Democrático tiveram a oportunidade de continuar prestando sua colaboração política à oligarquia. Aqueles que, por motivo da derrota da oligarquia na década de 30, foram alijados das carreiras políticas de maior prestígio, se uniram em torno de partidos ou organizações políticas "radicais" (como a Ação Integralista Brasileira) que pretendiam, por via autoritária, restaurar as relações de forças vigentes antes de 1930. Por estarem muito próximos ao partido, sendo até militantes, tais intelectuais não tinham a distância necessária para ver a realidade das transformações que acarretariam a derrota da oligarquia:

"A maioria dos jovens intelectuais que se tornaram militantes nas organizações 'radicais' de direita durante a década de 30, eram bacharéis livres [intelectuais que não

dispõem de quaisquer trunfos sociais senão a posse de um diploma superior e de uma competência em Ciências Sociais] e letrados que estavam desnorreados, carentes de apoio político e sem perspectiva de enquadramento profissional e ideológico". (MICELI, 1979, p.25)

Outros dois tipos de intelectuais destacados por Miceli são os educadores profissionais e os pensadores autoritários. Os primeiros foram as únicas categorias de intelectuais convocadas pela elite burocrática em virtude de sua competência e do saber que dispunham em suas respectivas áreas de atuação. Os autoritários, pertencentes a antigas famílias dirigentes, utilizavam-se desses laços sociais para converterem seus pontos de vista em ortodoxia ideológica, aliados à ruptura com as doutrinas e modelos jurídicos então dominantes:

"Os pensadores autoritários eram, na verdade, herdeiros que puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiam com os interesses de autopreservação da fração de classe a que pertenciam". (p.31)

Incluem-se, nesta corrente, autores de trajetórias políticas díspares e provenientes de setores diferentes da classe dirigente. Publicistas são jovens pensadores que logravam ser os mentores intelectuais da classe dirigente. Os principais artífices eram Oliveira Vianna e Azevedo Amaral: "Falavam em nome da elite burocrática, na crença de que a organização do poder nas mãos do Estado viria substituir-se ao entrechoque de interesses privados, habilitando seus representantes a auscultar os reclamos do conjunto da sociedade". (p.35)

Miceli destaca, ainda, a participação de pessoas oriundas dos grupos de esquerda, como alguns elementos da liderança anarquista. Como eles tinham experiência em comando de sindicatos e direção de órgão de representação, com a sua cooptação, tentava-se esvaziar seu poder contestatório. A contratação desses servidores fazia parte do projeto de controle do movimento operário.

Miceli, ao classificar todos os intelectuais que participaram do governo Vargas, de autoritários, acabou generalizando a discussão, pois, conforme notou Coutinho³, é equivocada a idéia de que a situação de funcionário público acarretasse, por si só, posições políticas reacionárias.

³ COUTINHO (1981).

Em um outro estudo sobre a relação entre os intelectuais e a política, PÉCAUT (1990) afirma que os intelectuais, segundo suas ideologias, podiam ser elite quando necessário, ou povo quando conveniente. Isso ocorre, segundo o autor, devido ao posicionamento dos intelectuais, classe situada entre o povo e o Estado, que também podem estar a favor do governo, ou contra ele.

Os intelectuais das décadas de 20 e 30, em sua grande maioria, mostraram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Diversamente à geração que a antecedeu, que eram dependentes perante o Império e viviam um isolamento no início do século XX, estas elites estiveram, neste período, mais perto do poder, exercendo ou não algum cargo, mas tendo aquilo que Pécaut chamou de “vocação para elite dirigente”.

Pécaut observa, em diversas declarações, que, entre o ofício de intelectual e o de governante, existe uma profunda semelhança. Nestas declarações, aparece a preocupação dos intelectuais em defender sua classe e tomar para si a responsabilidade de dirigir as massas, já que elas não estão prontas para se autogovernar. Assim, é também uma forma de declararem sua candidatura a postos de direção política, confirmada pelo estatuto de fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, que menciona a necessidade de uma “participação direta dos intelectuais no governo da República”.

Neste período, o que se observa é a preocupação dos intelectuais quanto à “realidade nacional”, “construção da nação”, “organização da nação”, o “realismo”. Neste ponto, os chamados “autoritários” têm lugar de destaque: “Os intelectuais e teóricos do regime de 1930 concordavam em querer uma política que não deixasse lugar algum à arbitrariedade dos interesses e paixões democráticas” (p.22). Essa “ideologia de Estado”⁴ opõe-se aos mecanismos de “mercado” e a auto-regulação social. Segundo Pécaut, os motivos que levaram grande parte dos intelectuais a aderirem a uma “ideologia de Estado”, foram:

“Desconfiança em relação ao funcionamento do capitalismo da época ou condenação por princípios de sua lógica; dúvida sobre a viabilidade do liberalismo político no Brasil ou antipatia doutrinária em relação às próprias premissas do liberalismo; temor inspirado pela multiplicação anárquica de interesses particulares ou pessimismo devido à desorganização do social”. (p.55)

⁴ Segundo LAMOUNIER (1987).

Daí o sucesso que os intelectuais autoritários despertaram em uma parte de nossa elite dirigente nos anos próximos à Revolução de 30, que, convicta do fracasso de uma democracia, se inspirou nesses intelectuais que, além da base teórica do governo Vargas, também teriam participação no governo.

No Integralismo, os intelectuais (em sua maioria católicos) de todos os escalões, da direção à base, chegaram a formar uma boa parte de seus adeptos, sendo que seus discursos se dirigiam às classes médias. Pécaut assinala que o “Integralismo” não é o mesmo que “totalitarismo”. Pécaut, citando Miguel Reale, define Estado integral como aquele que exprime o fato de “que entre o Estado e o indivíduo se verifica uma cessão recíproca de faculdades em prol à realização de fins éticos comuns” e que “o todo não deve absorver as partes (totalitarismo), mas integrar os valores comuns, respeitando os valores comuns, respeitando os valores específicos e exclusivos (Integralismo)” (p.67). Pregavam um corporativismo e um Estado fortes, tendendo para um autoritarismo desmobilizador. Paralelamente à ascensão do movimento Integralista, o getulismo ganhava força e cada vez mais adeptos, até que, em 1937, com o Estado Novo, tal movimento se enfraquece por diversas razões.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935 sob a égide do PCB, atraiu também vários intelectuais e membros das classes médias. Proclamou uma aliança aberta a todos os antifascistas e organizou a insurreição armada à maneira tenentista, abrindo também um largo espaço aos militares da reserva e da ativa. Em 1944, permitiu uma aproximação com o getulismo: a ruptura com as origens anarquistas e operárias, rejeição do liberalismo, a insistência nacionalista, adesão ao Estado como agente de transformação.

Muitos intelectuais não se posicionaram nem de um lado nem de outro. Dentre os liberais, havia aqueles que, em nome do anticomunismo, admitiram apoiar o endurecimento do regime. Pécaut cita Armando Sales de Oliveira, que afirma, em 1936, em nome do Partido Constitucionalista, baseado em São Paulo: “A nossa aspiração é uma democracia robusta, dirigida com autoridade, fiscalizada por uma assembléia assídua e vigilante, e apoiada numa forte organização militar” (p.76). Fernando de Azevedo, também citado por Pécaut, exprimindo as posições das elites liberais dentro da Universidade de São Paulo, afirma: “Temos que substituir a democracia liberal e parlamentar por uma democracia mais próxima da democracia direta [democracia real], não somente política, mas político-econômica, com instituições sindicalistas ou corporativistas obrigatórias”. (p.88)

Procuramos, anteriormente, demonstrar a importância do pensamento político autoritário para o debate em torno da democracia. Na verdade, o que pretendemos apresentar, foi a ausência desse debate, verificado pelo discurso político de seus membros, principalmente Oliveira Vianna. Além disso, vimos a prática política dos intelectuais das décadas de 20 e 30, que eram atuantes e se filiaram a partidos políticos e organizações, e foram membros do Estado. Para o pensamento autoritário, há um impasse entre Estado e sociedade, e a única solução era um Estado forte que conduzisse a nação à modernidade. Nesse sentido, exclui-se qualquer solução por via democrática.

A partir de agora, veremos como Sérgio Buarque de Holanda⁵ se destaca neste período, pois, ao contrário do pensamento autoritário, ele acreditava na democracia, não como forma de governo, e, sim, como forma de sociedade, por isso é considerado o maior expoente do pensamento político democrático.

O pensamento democrático de Sérgio Buarque de Holanda

Sem dúvida, aquele que destacou a posição “radicalmente democrática” de Sérgio Buarque de Holanda, foi Antonio Candido. Candido é considerado um dos mais importantes intérpretes da obra sergiana. Para ele, o Brasil possui um pensamento conservador articulado:

“Esse sólido pensamento conservador está ligado a um traço dramático da nossa história, que é o conservadorismo sempre atuante na mentalidade e na ação (...) é que somos regidos pela mentalidade senhorial, mostrando que o brasileiro tem incrustado na alma um modo de ser oligárquico inconsciente”. (CANDIDO, 1988, p.64)

Pertencendo a uma “tradição radical progressista de classe média”⁶, Candido rompe com os quadros intelectuais anteriores, e é considerado por Mota um marco cultural. Candido considera seu grupo como uma vertente “crítica, crítica e mais crítica”, e é ainda “mais propriamente analítica e funcional” do que a geração anterior. Apontava, no caso do Brasil, três tendências que poderiam vir a ser perniciosas, como de fato vieram a ser: as filosofias idealistas,

⁵ Esse artigo é parte de minha dissertação de mestrado SANCHES (2001) que teve como objetivo analisar a questão da democracia em Raízes do Brasil e Do Império à República.

⁶ MOTA (1998).

a sociologia cultural e a literatura personalista. Dadas suas posições radicais, Candido escapa incólume a duas das principais vertentes ideológicas em que nutriu o pensamento progressista: a vertente gilbertiana, nos anos quarenta, e a vertente nacionalista, nos anos cinquenta.

A posição política de Antonio Candido aparece na seguinte declaração: “Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das idéias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário”. (MOTA, 1998, p.225)

Sérgio Buarque de Holanda destaca-se neste período, pois “se coloca contra a onda dominante, que ou era o fascismo ou o comunismo, e seu livro era radicalmente democrático” (CARDOSO, 1993, p.29-30). Em uma entrevista dada à Revista *Veja*, em 1976, Holanda diz:

"A idéia básica de Raízes do Brasil era a de que não teria havido democracia no Brasil, e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares. Nunca uma revolução de superfície, como foram todas na História do Brasil, mas uma que mexesse mesmo com toda a estrutura social e política vigente". (p.3)

Raízes do Brasil pode ser lido tanto como uma crítica ao autoritarismo da sociedade brasileira que vinha desde nossas raízes, quanto ao autoritarismo que se fortalecia nos anos 30, por isso a expressão “radical”. Radical é o termo usado por CANDIDO (1990) para designar alguns autores como Sérgio Buarque de Holanda:

"Pode-se chamar radicalismo, no Brasil, o conjunto de idéias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. O radicalismo seria um corretivo da tendência predominante nessas sociedades, que consiste em canalizar as reivindicações e as reformas, deformando-as por meio de soluções do tipo populista, isto é, as que manipulam o dinamismo popular a fim de contrariar os interesses do povo e manter o máximo possível de privilégios e vantagens das camadas dominantes". (p.4)

Em outro momento, CANDIDO (1988) define radicalismo:

"Chamo aqui de radical o pensamento que visa à transformação da sociedade num sentido de igualdade e

justiça social, implicando a perda de privilégios das camadas dominantes. Com uma particularidade: este pensamento se desenvolve nos setores progressistas das classes médias, não é propriamente revolucionário, no sentido marxista estrito. Mas pode ser condição para o êxito de uma transformação revolucionária". (p.63)

Candido afirma que no Brasil não há pensador radical, o que existe, são “radicais parciais, radicais esporádicos, radicais intermitentes”. Para ele, alguns pensadores apresentam “momentos de radicalidade”, como: Joaquim Nabuco (*O Abolicionismo*), Tobias Barreto (*Discurso em mangas de camisa*), Sílvio Romero (*Evolucionismo e Positivismo no Brasil*), Manoel Bonfim (*A América Latina*), Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*). Candido destaca, ainda, momentos de radicalidade na obra de Alberto Torres, considerado conservador, pois manifestava-se contra o racismo e valorizou o mestiço ao seu modo, posição contrária à época, pois estavam em voga as teorias racistas e pseudo-científicas.

Em outro artigo, CANDIDO (1998) reforça, mais uma vez, a posição radicalmente democrática de Holanda. Analisando o último capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “Nossa Revolução”, Candido observa que é nesse capítulo que aparece, claramente, sua posição política, sua crítica aos integralistas, fascistas, comunistas e liberais, e sua perspectiva diante do futuro do Brasil. Candido destaca, na obra, dois aspectos para a solução de cunho democrático-popular brasileira: o primeiro, é o fim da tradição colonial luso-brasileira, reverenciada por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, portanto, uma posição de cunho conservador. O segundo aspecto é o inclusão das massas populares nas decisões político-sociais. Para Holanda, nossa revolução deveria ser um movimento de baixo para cima, e não o contrário, como tem sido o traço dominante da prática política brasileira. A insistência na ampliação do espaço público dos setores populares e a inclusão das massas populares nas decisões político-sociais dá sustentação à posição radicalmente democrática, que se destacava, pois a visão em voga era a liberal, na qual cabia à elite esclarecida o papel de dirigente do País, e ao povo, por ser ignorante, cabia obedecer a este despotismo classista. Outro destaque de Candido, é quanto à diferença de “explicação do Brasil” naquela época. Holanda destaca-se mais uma vez pelo fato de seu livro *Raízes do Brasil*, além de ser uma análise do passado, também se tornar uma compreensão do presente, e até uma aposta para o futuro, diferente dos livros que somente ficavam na interpretação do passado como *Casa Grande e Senzala e Populações Meridionais do Brasil*, de Gilberto Freyre e Oliveira

Vianna, respectivamente.

Sérgio Buarque de Holanda sempre foi um homem da esquerda⁷. Em toda sua vida, participou diretamente dos agrupamentos democráticos de esquerda ou, pelo menos, manifestou seu apoio. Posicionou-se contra a ditadura Vargas, ficando do lado da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em 1942, participou da fundação da Associação Brasileira de Escritores, que visava a defender os direitos profissionais daquela classe, e também lutara pela volta das liberdades democráticas. Holanda foi um dos membros fundadores do Partido Socialista, em 1947, sendo até candidato a deputado, não por vontade própria. Implantada a ditadura em 1964, ele sempre se posicionou contra. Em 1969, alguns professores foram compulsoriamente aposentados e ele, em um ato de protesto e solidariedade, também pediu aposentadoria, pois já tinha tempo para isso. A sua opção socialista fica clara, mais uma vez, ao participar da fundação do Partido dos Trabalhadores⁸, em 1980. Segundo Holanda, seu pai era muito autoritário: “O que sou hoje, acho que é uma reação contra a lembrança deste autoritarismo”. (ANDRADE, R.,1987,p.86)

Sérgio Buarque de Holanda é, sem dúvida, o maior representante desse pensamento político democrático. Exatamente por pensar a sociedade brasileira por vias democráticas, em geral, alguns autores o aproximam de Gilberto Freyre. Essa comparação, sem dúvida, foi inaugurada por Antonio Candido no prefácio de Raízes do Brasil, de 1967.

Para COSTA (1992), a resposta da intelectualidade democrática ao argumento autoritário deveria desdobrar-se em uma dupla análise: “1) numa reinterpretação da “formação colonial” do País e suas implicações em termos das “potencialidades democráticas” dessa sociedade mestiça e desigual; e 2) numa proposta de reforma (ou revolução) política democrática que articulasse uma nova estrutura institucional para o Estado a uma composição de forças sociais e políticas capaz de garantir estabilidade e operacionalidade ao regime” (p.227). Para Costa, um pensamento democrático que não leva em conta essa dupla condição, tende a cair na falácia do “institucionalismo” jurídico, típico do liberalismo político, construindo um “país legal” por sobre e contra o “país real” ou a girar em falso num dilema do tipo, “cultura política autoritária” versus “cultura política democrática”, em detrimento de uma valorização explícita da esfera institucional.

⁷ Seguimos aqui a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda sugerida por CANDIDO (1998).

⁸ DULCI (1998).

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre volta aos primórdios da colonização empreendida pelos portugueses. Freyre mergulha na sociedade colonial para entendê-la como o embrião de uma sociedade nova e original. Ele pretendia demonstrar que a hereditariedade de raça tinha um peso quase nulo na explicação de nosso “caráter social” e que isso derivava, em grande medida, da “hereditariedade de família”, da família patriarcal. Freyre fez uma análise racial do povo brasileiro, afirmando que a nossa mestiçagem tem um caráter original, pois, graças a ela, conseguimos nos adaptar nos trópicos. Por fazer uma análise positiva de nossa mestiçagem, ele vai contra a explicação em voga, que explica o motivo de nosso atraso, exatamente à tal mestiçagem. Na realidade, o que se observa, no Brasil, é uma fusão cultural, que nos deu uma identidade original.

O resultado desse processo de miscigenação é o caráter “plástico”, adaptativo, não conflitual e essencialmente “democratizante”. A valorização positiva da miscigenação foi a prova maior da plasticidade do empreendimento colonizador, condição de adaptabilidade ao trópico e elemento de integração da sociedade. Essa plasticidade passa a constituir um “processo de equilíbrio de antagonismos” que permitia “o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas ou antes antagonicas de cultura”.

Freyre não acreditava que a nossa modernização viria com uma superação de uma situação tradicional. Ele procura a acomodação, conciliação da sociedade plástica, que tem uma formação histórica, e não a sua ruptura, defendida por Holanda, que acredita que a separação entre a vida social e a vida política é a responsável pela inexistência de democracia no Brasil. Freyre tratará somente da vida social, deixando de lado a vida política. Holanda não via como “as explicações raciais possam, por si sós, levar a grande coisa no estudo dos fatores culturais” (1978, p.80). Para COSTA (1992), Freyre, ao decidir-se por uma abordagem histórico-sociológica, não analisou a questão democrática e as propostas autoritário-estatais, decisão esta decorrente de uma posição metodológica e política, e não como uma falha.

Também REZENDE (1996), empreende uma comparação entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Essa comparação tende para uma análise bem diferente e que se baseia em dois pontos: O primeiro é quanto ao plano teórico-metodológico. Segundo Rezende, em uma resenha de *Sobrados e Mocambos*, Holanda afirma que Gilberto Freyre utilizou um realismo excessivo que acabou por acentuar o aparente, o casual e o excêntrico. O fundamental, para o autor de *Raízes do Brasil*, era a elaboração de uma análise desmistificadora do passado, justamente o que Freyre não tinha feito. O segundo ponto, para a

autora, é que Gilberto Freyre trabalhava com as condições que favoreceram a existência de uma democracia social e racial no Brasil. Já Holanda, ao aprofundar os estudos das peculiaridades de nosso sistema político, ressaltava a ausência de bases sociais para a democracia. Para Holanda, as instituições políticas são fundamentais, além de um sistema representativo eficaz, um parlamento não fraudulento, um sistema eleitoral com menos imperfeições possíveis, etc., enquanto, para Freyre, as instituições democráticas não tinham de fato nenhum papel. Os traços oligárquicos do passado não foram um entrave para a nossa democratização, segundo Freyre. E é exatamente esse um dos grandes problemas apontados por Holanda. Para Freyre, o fato de haver indivíduos que, independentemente de cor ou raça, galgavam, pelo talento, os mais altos postos, era tido como prova concreta da existência de elementos democratizantes. Enquanto isso, Holanda pensava esse “talento” como privilégio, pois aqueles que conseguiam altos postos eram, em geral, oriundos das camadas dominantes. Para Freyre, o patriarcalismo oligárquico tinha nos deixado como herança uma tradição democrática, enquanto, para Holanda, esse mesmo patriarcalismo foi um entrave para a nossa democracia⁹.

Procuramos, nesse artigo, apresentar o pensamento político democrático de Sérgio Buarque de Holanda. O contexto histórico estudado foi as décadas de 20 e 30 do século XX, no Brasil. Este foi um período de grande efervescência cultural e literária, marcado pelo discurso político e pela prática política dos intelectuais, polarizados naquilo que chamamos de pensamento político autoritário e pensamento político democrático. Daí o destaque dado a Sérgio Buarque de Holanda que, nadando contra a corrente, elaborou uma obra histórico-política preocupada com as condições de possibilidade da democracia no Brasil, afastando-se do pensamento autoritário de Oliveira Vianna, e também do pensamento culturalista de Gilberto Freyre.

Para CANDIDO (1990), Holanda é um socialista democrático:

"Creio que Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro intelectual brasileiro de peso que fez uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir o seu próprio destino, por ser, inclusive, portador de qualidades eventualmente mais positivas que as da elite".
(p.18)

Antonio Candido, juntamente com Maria Odila Leite Dias e Antonio

⁹ (REZENDE,1996).

Arnoni Prado podem ser considerados os grandes intérpretes da obra sergiana. Cada um, a seu modo e em sua área específica, destaca a importância de Holanda para as Ciências Sociais brasileiras. Candido detém-se na interpretação de *Raízes do Brasil*, contribuindo com a conotação de “radical democrático”. Já Dias, historiadora, destaca a produção histórica de nosso autor, contribuindo com a formulação “figurantes mudos” (os oprimidos) presente no prefácio de Holanda ao livro de Davatz. E, por fim, Prado que se deteve na reunião, publicação e análise da vasta produção de crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, R.M.F. Singularidade e simplicidade de Sérgio. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, n. 6, ano 3, 1987.
- AVELINO FILHO, G. As raízes de *Raízes do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.18, set., 1987.
- BARBOSA, F.A (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- CANDIDO, A. Radicalismos. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, n.8, jan./abr., 1990.
- _____ A revolução de 30 e a cultura. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____ Sérgio, o radical. In: **Sérgio Buarque de Holanda vida e obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ IEB-USP, 1988.
- _____ A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan.1998. Caderno Mais.
- CARDOSO, F.H. Livros que inventaram o Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 37, 1993.
- CARVALHO, M.V. **Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas.
- COSTA, V.M.F. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 26, 1992.
- COUTINHO, C.N. Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil. **Temas de Ciências Humanas**, 1981.
- DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda – historiador. In: **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.n.51).
- _____ *Raízes do Brasil*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar.1987. Caderno Cultura.

- DULCI, L.S. Sérgio Buarque de Holanda petista. In: **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- HOLANDA, S.B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1995a.
- _____ **A democracia é difícil**. **Revista Veja**. São Paulo, 28 jan., 1976.
- _____ **Livro dos prefácios**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____ **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____ **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cias das Letras, 1995.
- _____ **Tentativa de mitologias**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República – uma interpretação. In: **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977, Tomo III, v.2. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).
- _____ **Raízes do Brasil**. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 3, n.6, 1987.
- MACHADO, B.P. **Raízes do Brasil – uma releitura**. **Revista Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.12, dez., 1976.
- MICELI, S. **Intelectuais e a classe dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.
- MONTEIRO, P.M. **A queda do aventureiro: aventura e cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999
- MORAES NETO, P. O lado oposto e outros lados. **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, 1987.
- MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1998.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- REZENDE, M.J. A democracia em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, n.3, 1.sem, 1996.
- SANCHES, R.R. **A questão da democracia em Sérgio Buarque de Holanda**. 2001. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001.
- VIANNA, O **Populações meridionais no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- _____ **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: Itatiaia/EDUFF/EDUSP, 1987.

PRISÕES E PRESIDÁRIOS: o tema e a produção teórica

Rubens Alexandre da SILVA*

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar algumas das principais pesquisas, realizadas no Brasil, sobre as prisões e os presidiários e as referências teóricas relacionadas com este tema.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão, Presidiários, violência, Sistema Penitenciário, conhecimento.

Identificadas com a solidão, o submundo, o desumano e a violência, para ficar só nestas qualificações, as prisões têm se caracterizado no Brasil, salvo raríssimas exceções, como verdadeiros depósitos de indesejados seres humanos. Este espaço ou melhor, o mundo do cárcere, tem sido objeto de intenso debate na sociedade brasileira nas duas últimas décadas deste século e várias são as questões abordadas em torno deste tema.

As inúmeras rebeliões e motins nas prisões e os episódios, estarrecedores, nas unidades da FEBEM (Fundação de Bem Estar do Menor) do estado de São Paulo, nos últimos anos, têm revelado para a sociedade como um todo, uma realidade que até então só se encontrava ao alcance dos indivíduos envolvidos diretamente com este universo. Outrossim, os graves problemas existentes no cotidiano destas instituições, tais como, superlotação, falta de atendimento médico e jurídico, promiscuidade, uso de drogas, disseminação de doenças infecto-contagiosas (Aids, tuberculose etc.), ociosidade dos detentos, violência generalizada, sempre estiveram "distantes" da grande maioria da população. As prisões, ao longo de sua história no Brasil, têm sido objeto de instigantes pesquisas, apesar de não termos ainda uma tradição de estudos nesta área da

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Araraquara - S.P. Sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Aparecida Moraes Silva. Apoio financeiro CAPES, por meio de bolsa concedida ao pesquisador.

vida social, como já existe nos Estados Unidos, Canadá e Europa ocidental (Adorno, 1991).

No seu cotidiano, os sentenciados vivenciam várias experiências no cárcere. Para ser mais preciso, da sua chegada no local de cumprimento da pena, quando os detentos descem do "bonde" (leia-se por bonde o veículo, mais conhecido como "camburão", que transporta os condenados) e são levados para o setor de inclusão (local onde "ficavam", por "trinta dias" antes de irem para os pavilhões), até o dia que conquistam sua liberdade, passam por inúmeras situações que vão transformando suas vidas. É comum ouvir dos presos (...) "aqui o sujeito entra uma minhoca e sai uma serpente"; (...) quem não vira "bicho", vira "bicha". Numa palavra, o cárcere é escola do crime, produção ou "fabricação" de delinquência (Foucault, 1999).

As pesquisas sobre as prisões e o Sistema Carcerário Brasileiro, historicamente, tem um traço em comum. Da "superlotação" do espaço prisional e a "promiscuidade" em que vivem os detentos, passando pela "reincidência" e a "recuperação" dos presos, bem como o "perfil social" desta comunidade e a inserção dos "egressos" no mercado de trabalho até as "políticas públicas" para o setor e a "violência" no universo carcerário, vários trabalhos demonstram uma "crise no sistema penal".

Podemos citar, como exemplo, os trabalhos que tratam das "regras" e "códigos" dentro do cárcere, onde são identificados procedimentos "formais" e "informais" da organização e os estudos que apontam a prisão como espaço de "produção de delinquência" - o que nos leva a crer que a organização de seu sistema é "contraditória", ou seja, simultaneamente à "punição", a prisão tem a pretensão de "recuperar" os criminosos, motivo pelo qual vários estudiosos lhe atribuem o termo de "sistema do paradoxo" - como elementos constituintes desta crise.

Atualmente, com uma população carcerária de aproximadamente (200.020 mil) duzentos e vinte mil indivíduos distribuídos em um pouco mais de 500 estabelecimentos prisionais, o Sistema Penal Brasileiro vive conflitos que não são recentes, remontam há várias décadas. As inúmeras rebeliões e motins que presenciamos hoje nos meios de comunicação são, nada mais nada menos, do que reflexo de políticas públicas adotadas para o setor que se arrastam desde os tempos do império. Em documento elaborado pela Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo) sobre o Sistema Carcerário Nacional, observa-se que a Constituição de 1824, no artigo 179 do parágrafo 21, já expressava preocupação com as condições em que os presos se encontravam. No entanto,

passados mais de cem anos, os problemas ainda persistem e podemos observar até mesmo o recrudescimento destes. Diz o texto da Fundap:

"Um século após a queda do império, a nova constituição brasileira volta a afirmar que a 'pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito'. Essa norma aliás se insere no próprio espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual 'ninguém será submetido à tortura nem tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante'. Apesar das leis brasileiras protegerem dessa forma os direitos do preso, na prática a nossa realidade prisional tem sido bem diferente. Geralmente, os presos são amontoados em celas pequenas, escuras, imundas, úmidas e de odor fétido, contando com o dobro da população para qual foram projetadas" (FARIA E OUTROS, 1991:20). (Ainda sobre este assunto ver Pedroso,1995; Human Rights Watch, 1998 e Anistia Internacional, 1999).

Em meio a esta realidade, as políticas públicas penais no Brasil, na maioria das vezes, visam fins eleitorais, isto é, nos anos de eleições procura-se maquiagem o problema, propondo-se a construção de maior número de instituições carcerárias. Com isto, aumenta-se o número de vagas, objetivando-se, deste modo, chamar a atenção da população para a questão da segurança pública, com o claro intuito de se obter sucesso nas urnas. Concomitante a esta questão de caráter político e externo, internamente os órgãos de contenção à criminalidade têm seu funcionamento descompassado, ou seja, o tripé (polícia - justiça - prisão) atua, muitas vezes, de forma independente e conflituosa.

Na atuação prática e cotidiana destes órgãos, além de ocorrer desencontro entre os mesmos, a aplicação das medidas adotadas é caracterizada por um dualismo, ou seja, estas são operacionalizadas em duas dimensões, "formais e informais" (Adorno, 1991). As "formais" dizem respeito às propostas de trabalho, tanto do ponto de vista de funcionamento das agências de contenção à criminalidade, quanto ao comportamento dos agentes que as operam. As "informais" estão relacionadas à forma como as primeiras se efetivam na prática, no cotidiano do trabalho. Essas duas formas de funcionamento tanto podem convergir, como podem entrar em conflito. Caso o conflito ocorra, os propósitos das políticas públicas para o setor estarão fadadas ao malogro.

Mas os problemas não acabam aí, a divisão existente no sistema de

justiça criminal brasileiro (polícia - justiça - prisão) é facilmente percebida no dia-a-dia de suas atividades, podendo as divergências entre esses três segmentos serem observadas na apresentação de suas estatísticas. Diante desta situação, a atitude dos governos, quanto às políticas públicas penais, como já frisamos acima, não passam de medidas pragmáticas. Assinala Adorno:

"Em pesquisa que teve por objeto as políticas públicas penais implementadas pelo governo do Estado de São Paulo no período 1950 - 85, Adorno e Fischer (1987), após examinarem o discurso político e descreverem as práticas de gerenciamento da massa carcerária mostram que a tônica dominante das políticas públicas penais tem sido a de promover a segregação e o isolamento dos sentenciados, mediante um programa deliberado de aumento progressivo da oferta de novas vagas no sistema penitenciário" (ADORNO, 1993:07).

Com o crescimento da criminalidade nas últimas décadas e acompanhado por um componente de violência até então não registrado (Zaluar, 1994a e Godoy, 2000), as autoridades governamentais foram pressionadas no sentido de despender maiores recursos para o setor policial. Diante deste fato, foi preciso atender também às agências judiciárias e penitenciárias. Com a ampliação desses três setores, os mesmos se encontravam em situação de rever suas regras de funcionamento e não podendo alterá-las por razões de estrutura, acabaram entrando em uma "crise institucional" que afetou todo o sistema de justiça criminal (Adorno, 1991).

No interior do sistema de justiça criminal estão inseridos o aparelho policial, o aparelho judiciário e as instituições prisionais que, por sua vez, não estão longe dessa realidade, muito pelo contrário, elas são o exemplo mais concreto desses conflitos, pois distante dos olhos da população, os presos estão entregues a todo tipo de arbitrariedades, inviabilizando qualquer possibilidade de "recuperação" e de "ressocialização". Ou seja, contrariando a idéia de recuperar e reintegrar o indivíduo à sociedade, a prisão acaba "fabricando delinquentes" (Foucault, 1999).*

Entre as várias concepções atribuídas à prisão, a de Michel Foucault tem sido a mais freqüentada no meio acadêmico. Entendida como esfera de

* Como já frisamos anteriormente, boa parte dos estudos sobre as prisões no Brasil, identificam estas instituições como espaço de "produção de delinquência" (orientação foucaultiana). Apesar da aproximação ao referencial teórico deste autor, os estudiosos procuram combiná-lo à outras perspectivas.

poder onde se exerce uma “tecnologia política do corpo”, ou seja, um saber e controle sobre o corpo, a prisão seria uma espécie de laboratório onde se produz “técnicas de punição” traduzidas por “instrumentos de poder”. Entre as principais características deste exercício de poder estariam a “disciplina”, a “vigilância” e a produção de um “saber”. Diz Foucault:

"A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaborava, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-lo numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena como excelência" (FOUCAULT, 1999:195).

Em outras palavras, não seriam as leis ou a ação dos indivíduos, do ponto de vista teórico racional, que teriam criado a prisão, mas sim uma “prática social” ou um exercício de poder atendendo ao interesse de uma nova sociedade que surgia, ou seja, a instituição-prisão seria efeito de relações de poder desta sociedade. Entre seus propósitos, segundo Foucault, estaria o “adestramento” dos indivíduos para o trabalho na recente sociedade industrial. Este novo método de fazer com que as pessoas sejam redimidas de seus crimes, data, segundo o autor, na passagem do século XVIII para o século XIX onde os castigos ou a expiação deixam de atuar na carne dos indivíduos para atingir profundamente suas “almas”.

Pesquisas Sobre as Prisões e o Sistema Penitenciário no Brasil

Em 1986, o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) realizou uma pesquisa para a Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), sobre o perfil da população carcerária, assistida por esta Fundação, e sobre quais as possibilidades de inserção dos egressos do sistema

penitenciário paulista no mercado de trabalho. Inúmeros problemas apontados por esta pesquisa continuam presentes e muitos se agravaram, como podemos perceber com o trabalho que realizamos.

De acordo com a pesquisa do CEBRAP, a maioria da população carcerária estudada era constituída de jovens, mais da metade destes, quando do momento da pesquisa, tinham menos de 30 anos. Em nossa pesquisa na Penitenciária de Araraquara constatamos que, quase 20 anos depois, esta é uma realidade que não só persiste, mas se agrava, como pudemos observar nos dados coletados nesta instituição e nos indicativos apontados pelo do Censo Penitenciário Nacional (os quais apresentaremos mais adiante). Quanto à origem dos presos, o estudo do CEBRAP desmistifica a idéia de que eles seriam, em sua maioria, do Nordeste. Quase 60% dos presos têm origem no estado de São Paulo, realidade que também identificamos em nosso trabalho. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo, atualmente, nas cadeias deste estado, os presos paulistas são 66,7%, seguidos pelos baianos com 5,7%, pelos paranaenses com 5,52% e pelos mineiros com 5,35% (Godoy, 2000).

O discurso corrente no meio social sobre a pré-disposição para a “vadiagem” dos indivíduos que cometem crimes é outra noção que não se sustenta; a pesquisa de 1986 demonstrou que apenas 1% dos presos nunca teriam trabalhado e o grau de escolaridade encontrava-se acima da média nacional, menos de 3% eram analfabetos. Quanto ao estado civil antes da prisão 28,03% eram solteiros e 67,02% eram casados. Atualmente tais indicadores sobre trabalho, escolaridade e estado civil continuam negando esta idéia de “vadiagem”, usada pelo senso comum. Em São Paulo, segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, 83% dos presos têm o ensino fundamental completo ou incompleto, 5% o ensino médio e 1% o ensino superior, ambos nas mesmas condições do primeiro exemplo. No que diz respeito ao estado civil podemos notar uma inversão, os solteiros somam 74% dos presos e os casados apenas 13%. Tal inversão representa o efeito do que os funcionários da Penitenciária de Araraquara têm chamado de “Geração Febem”, ou seja, os indivíduos que estão ingressando no crime são cada vez mais jovens, motivo pelo qual muitos chegam à maioridade com trajetórias criminosas caracterizados por experiências múltiplas em instituições carcerárias, o que os impossibilitaria de contrair matrimônio e constituir família.

Quando deixamos de lado as noções de senso comum e aprofundamos um pouco mais a discussão, algumas particularidades desta realidade nos são

reveladas. Por exemplo, a relação entre o grau de escolaridade da grande maioria dos presos - até a (4ª) quarta série do ensino fundamental (Brant, 1986) - e a idade em que os jovens entram para o mercado de trabalho é bastante sugestiva. Outrossim, a grande maioria dos jovens das camadas mais pobres da sociedade vão para o mercado de trabalho com idade entre 13 e 14 anos (momento em que muitos jovens abandonam seus estudos), isto no mercado “formal”, porque se contarmos as crianças que se encontram em atividade de trabalho “informal”, a faixa etária diminui ainda mais. Fica patente a incompatibilidade entre “trabalho infantil” e formação escolar. A necessidade de trabalhar para sobreviver significa, na maioria das vezes, prescindir dos estudos.

É comum ouvir entre os pobres que se um filho não estuda tem que trabalhar, se não trabalha, tem que pelo menos estudar, o que não pode é ficar na rua aprendendo o que não presta. Este ditado popular, por mais simples que seja, demonstra a preocupação de milhares de famílias quanto ao afastamento de seus filhos do “mundo do crime”. Os dados exibidos pela pesquisa do CEBRAP (1986), revelam isto. No entanto, muitos jovens que cometem infrações ocasionais, são presas fáceis dos meios de contenção à criminalidade e, uma vez fichados nas delegacias de polícia, tem início toda uma trajetória de “suspeição” (Paixão, 1983) atribuída pelos órgãos públicos repressores à estes indivíduos. Isto evidência o quanto de preconceito existe nas noções de senso comum a respeito do crime e dos criminosos. Além disso, os dados do (CEBRAP, 1986) e da Secretaria de Administração Penitenciária (Godoy, 2000) demonstram um grau de incorporação, por parte dos presos, dos valores predominantes na sociedade; quando nos aproximamos da realidade destes indivíduos podemos perceber que a distância que separa os criminosos dos cidadãos tidos como “normais” é bem menor do que se possa imaginar (Zaluar, 1994b).

A pesquisa concluiu que o trabalho enquanto fator de recuperação dos presos não corresponde a esta pretensão, pois a maioria dos detentos antes de serem encarcerados trabalhavam, portanto, seus delitos não seriam em consequência do não-trabalho. Nesse sentido, a idéia de “reeducando” ou “laborterapia”, segundo os pesquisadores, seria uma “hipocrisia”. Aqueles que não trabalham dentro das prisões, não possuem diferenças fundamentais daqueles que trabalham, a ponto de tal metodologia ser utilizada como procedimento de “recuperação” do criminoso. Para os pesquisadores do CEBRAP, a motivação para o trabalho no cárcere teria três razões: “ocupação do tempo ocioso”, “obtenção de recursos indispensáveis para a sobrevivência” e os “benefícios de redução da pena”. Ou seja, apesar do trabalho ser muito importante dentro das

prisões, o discurso de “recuperação” ou “ressocialização” dos presos por meio deste é um instrumento de retórica.

No que concerne às regras de funcionamento dentro das prisões, a “ordem” no interior do cárcere seria instituída a partir do poder de alguns presos e da relação destes com os funcionários e guardas. Segundo os pesquisadores, as prisões são sociedades “auto-geridas”, independentemente das legislações e dos regulamentos internos. Em virtude desta realidade, o trabalho nas prisões acaba sendo “manipulado” por presos que são lideranças, que decidem quem pode e quem não pode trabalhar, como, onde e quando. Como assinala a pesquisa do CEBRAP, dos presos entrevistados, 43,06% já teriam passado por este tipo de relação de “contrato de trabalho”, denominada pelos pesquisadores de relações de “patronagem” ou “patronato”.

Os estudiosos sugerem que o “trabalhador preso” deveria ter os mesmos direitos dos trabalhadores livres quanto à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O trabalho na prisão, tal como existe, não proporciona aos presos a possibilidade de continuidade deste tipo de atividade quando eles estiverem em liberdade, nem do ponto de vista da experiência acumulada e muito menos legal. Apesar de existir algumas entidades de apoio aos egressos do sistema penitenciário, estes não encontram oportunidades e nem possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Os preconceitos e as desconfianças para com o egresso são generalizadas na sociedade, impedindo que os mesmos tenham qualquer chance de trabalho.

Apesar de serem pouco divulgadas, existem algumas entidades que apoiam os presos e egressos. São elas: FUNAP (Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso), órgão que tem origem a partir de uma experiência piloto na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, visando ensinar uma profissão para os detentos e detentas, passando noções de comportamento ético por meio do trabalho, objetivando o retorno ao convívio social (atualmente, boa parte dos trabalhos realizados dentro das penitenciárias paulistas estão sob coordenação desta entidade); COESPE (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado), órgão executivo da Secretaria de Administração Penitenciária, com o objetivo de dar apoio intelectual às diversas instituições do sistema; SINE, órgão do Ministério do Trabalho encarregado de encaminhar interessados ao mercado de trabalho (este órgão não exclui os egressos); IRESP, entidade privada criada pelo Rotary Club, cuja principal atividade é procurar colocação no mercado de trabalho para os egressos e AFAESP, associação de caráter jurídico de apoio aos presos e egressos. Apesar destas instituições, segundo o estudo do

CEBRAP, o apoio mais importante que os presos e egressos recebem vem de suas famílias, do apoio das esposas, em primeiro lugar, a seguir do apoio das mães, depois dos outros parentes e dos raros amigos.

A pesquisa do CEBRAP assinala que a grande maioria dos presos são oriundos das camadas e dos bairros mais pobres da sociedade e que suas chances de colocação no mercado de trabalho, quando em liberdade, também estariam delimitadas por estes condicionantes.

"Ao contrário do que se alardeia, muitas vezes de má fé, a maioria das pessoas encarceradas não representam perigo maior para a população do que um número equivalente ou, diríamos mesmo, muito superior de pessoas que andam à solta. E os criminosos que estão soltos não o estão necessariamente por falta de quem os prenda. O crime organizado consegue subsistir precisamente à custa da cumplicidade do aparelho repressor. Dificilmente se encontram na cadeia responsáveis por quadrilhas ou bandos de ladrões de automóveis, traficantes de entorpecentes, assaltantes de bancos, mafiosos, bicheiros ou representantes de outros ramos organizados da contravenção às leis penais. Isso para não falar dos autores de grandes golpes contra o patrimônio público. A maioria dos presos é constituída, ao contrário, por pessoas humildes, condenadas por delitos menores, cometidos por iniciativas individual, em mais de dois terços dos casos contra o patrimônio de outros particulares" (Brant, 1986:246).

Esta afirmação, que advém dos resultados da pesquisa do CEBRAP, corrobora com a idéia de que a instituição prisão é constituída em espaço de "exclusão dos excluídos" da sociedade, como aventa uma das hipótese que levantamos em nossa dissertação.

As prisões estão voltadas para fazer o preso aceitar ou incorporar os valores e comportamentos dominantes na sociedade. Os pesquisadores do CEBRAP argumentam que, talvez, fosse mais interessante "educar a sociedade" para eliminar os estigmas que esta atribui aos presos e egressos, estigmas estes que inviabilizam qualquer possibilidade de retorno do egresso ao convívio social.

Os trabalhos que analisamos procuram evidenciar vários aspectos do universo carcerário, a pesquisa desenvolvida por Adorno e Bordine (1989) sobre a reincidência criminal e o perfil social dos detentos na Penitenciária do Estado

na cidade de São Paulo, demonstra que os dados apresentados pelas autoridades estaduais sobre a população carcerária desta instituição não condizem com a realidade observada por eles. O estudo avaliou a “magnitude de reincidência penitenciária” e procurou conhecer e interpretar o “perfil social dos reincidentes”, comparando estes com os não-reincidentes. A pesquisa de Adorno e Bordine, em alguns aspectos, se aproxima do trabalho do CEBRAP indicado acima.

Os pesquisadores apontaram a taxa de reincidência apresentada pela Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESPE) de 69% , como maior da que foi alcançada por eles, de 46,03%. Segundo Adorno e Bordine, isto se deve ao fato de que os critérios estabelecidos pela COESPE são, de certa forma, muito genéricos. Podemos afirmar que não apenas os dados desta instituição são “genéricos”, e imprecisos, mas existe todo um discurso por parte dos agentes responsáveis pelo funcionamento do sistema que vai ao encontro dos dados estatísticos desta instituição, procurando configurar uma realidade que corrobore com seus interesses. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, em 1999, 58% da população carcerária do estado de São Paulo era reincidente. Quanto ao perfil social dos reincidentes, analisado por Adorno e Bordine, constatou-se não haver diferenças fundamentais em relação aos não-reincidentes. Os estigmas atribuídos pelos órgãos de controle da criminalidade relativos aos reincidentes não resistem à menor comprovação empírica.

Este trabalho se insere no conjunto das pesquisas que apontam a instituição carcerária como um espaço de “produção de delinquência”, mais do que isto, determinante do agravamento da reincidência criminal. A influência que a prisão exerce sobre os detentos tem conseqüências diretas na reincidência. Quando se coloca presos de diferentes delitos num mesmo espaço, esses estabelecem certas relações que vão nortear seus comportamentos. A incorporação de novos valores para sobreviver no cárcere é inexorável e estes podem influenciar a vida do egresso para sempre.

Adorno e Bordine (1989), também enfatizam a natureza “contraditória” das prisões, quando pretendem ao mesmo tempo, corrigir os delinquentes, fazer com que eles incorporem certos valores para viver em sociedade e puni-los, desenvolvendo no detento sentimentos de “ódio” e “vingança”. Os pesquisadores concluíram que a reincidência estava muito mais relacionada à instituição de controle e repressão do que ao comportamento individual de cada infrator. As práticas disciplinares e de manutenção de segurança têm estreita ligação com o fator de reincidência. A forma de distribuição dos castigos dentro dos presídios, a relação autoritária e violenta que se estabelece tanto entre autoridades

responsáveis pela segurança e vigilância quanto entre os detentos, são fatores, segundo o resultado da pesquisa, que estariam bem mais próximo da reincidência do que qualquer outro elemento.

Estudando a Casa de Detenção de São Paulo no bairro do Carandiru, Ramalho (1983), propõe uma relação orgânica entre as prisões e a sociedade, ou seja, uma relação “necessária” de interesse político, econômico e social. O autor também aponta a prisão como um lugar de produção de delinquência. O estudo de Ramalho procura analisar a possibilidade do crime como algo que a própria sociedade sustenta e necessita. Confirmada esta proposição, temos que admitir que os métodos de combate ao crime e a recuperação do criminoso são falácias.

A cadeia é uma “indústria do crime”, o “produto” desta empresa, a delinquência, seu “lucro”, os investimentos que o Estado faz no setor, quase sempre beneficiando alguns. A “função social” da prisão, entre outras seria controlar e produzir delinquentes, isto é, tornar o infrator ocasional, um criminoso freqüente. O autor diz que questionar a instituição prisão, necessariamente, é questionar as estruturas da sociedade, enquanto elementos constituintes da formação social.

Ramalho atribui à instituição prisão várias funções, dentre as quais a de ser um “instrumento de controle de classe”, em virtude dos indivíduos identificados com potencial de criminalidade serem os mais pobres. Esta seria uma das formas de controle social da classe dominante sobre as classes subalternas ou como identificamos, de exclusão dos excluídos. Com isto, buscase “naturalizar” os comportamentos delinquentes como próprios das classes mais pobres. O “fracasso” das prisões, na verdade, é o seu “sucesso”.

A instituição prisão e os órgão de controle à criminalidade justificam toda uma estrutura que emprega ou proporciona ocupação para um número considerável de pessoas. Isto do ponto de vista político, social e econômico tem “vantagens” que alguns setores da sociedade não querem prescindir, principalmente, aqueles alojados no aparelho do Estado. Apesar disto, o autor faz uma ressalva, com a qual concordamos:

“Da maneira como essas formulações estão sendo feitas, à primeira vista pode parecer que se está supondo uma intencionalidade ou um plano maquiavelicamente elaborado de subjugação de classe. Na verdade, não se trata disso, mas sim da constatação de articulações necessárias entre elementos que constituem parte importante no funcionamento da sociedade” (RAMALHO, 1983: 176).

A forma como o crime e os criminosos estão inseridos socialmente cumpre, também, um papel de “manutenção da sociedade”. A delinquência que é produzida pela prisão, os benefícios que vários agentes do Estado obtém com esta e a forma como a classe dominante depende desta estrutura para controlar as classes pobres é o que Ramalho chama de a “ordem pelo avesso”.

Em pesquisa realizada sobre o Sistema Penitenciário Mineiro, numa outra perspectiva, Paixão (1987) assinala que a prisão é um local de “provação” e de um aprendizado de “isolamento”, uma escola de “sofrimento” e “purgação”. Ela, também, seria como em outros exemplos, uma “escola” ou “universidade” do crime, mais do que isto, uma instituição do “paradoxo”, procurando ao mesmo tempo “punir” e “recuperar” os criminosos. Neste trabalho ele demonstra a importância do “regime progressivo” como fator de “recuperação moral” dos presos.

Segundo este sociólogo, o detento que participa do “regime progressivo” (com trabalho e saídas periódicas) tem chances bem menores de se filiar às organizações coletivas criminosas, como prefere chamar Coelho (1987), de “sociedade dos cativos”. No “regime progressivo” e “semi-aberto” analisado por este autor no estado de Minas Gerais, os sentenciados continuavam mantendo laços com suas famílias, vivenciando valores que contribuem para sua recuperação. Mas, da mesma forma, as saídas também podem significar a possibilidade de pressão por parte da “sociedade dos cativos” para que o detento traga drogas e armas para dentro da prisão.

Apesar das vantagens do “regime progressivo”, o preso vive um dilema, que é a influência e a pressão de dois tipos de sociedade que procuram ganhá-lo ou seduzi-lo. Como não existia (e não existe) uma “classificação” e separação entre os detentos, este contato era (e é) bastante intenso. Apesar deste fato, Paixão atribui ao Sistema Penitenciário Mineiro uma positividade que o diferenciava do resto dos outros sistemas carcerários no Brasil, mas salienta que com o passar dos anos muita coisa mudou e o sistema já não é o mesmo.

Acreditamos que outra questão, não menos importante que o desgaste do Sistema Penitenciário Mineiro, é o número de presos assistidos por este. Segundo relatório da Human Rights Watch (1998), o Sistema Penitenciário do estado de Minas Gerais é responsável por apenas 20% da população carcerária. O restante, 80% desta população, a terceira do país em registros demográficos, está sob responsabilidade da Polícia Militar. Isto significa que a grande maioria dos presos não faziam e não fazem parte deste “regime progressivo”, portanto, os efeitos desta política penal sobre o movimento da criminalidade na sociedade

mineira seriam pouco expressivos ou, pelo menos, questionáveis.

Com o processo de “modernização” e “urbanização” do país, mudaram os tipos de crime e os perfis do criminosos. Agregado à esta questão, a superlotação das cadeias públicas e das delegacias forçaram uma política de “esvaziamento” destes estabelecimentos. Com isto, o Sistema Penitenciário Mineiro teve que ser ampliado e esta ampliação alterou o perfil do preso que, era basicamente rural. O “sistema progressivo” da Penitenciária Agrícola Neves (PAN) e seu “universalismo”, isto é, de saídas dos presos para à sociedade civil, foi alvo de inúmeras e violentos ataques por parte da Polícia Militar. Estas críticas eram dirigidas ao “abuso de confiança” do qual eram acusados os presos beneficiados por este sistema, principalmente, quando um detento do PAN era pego em delito na rua.

Segundo Paixão, com o fim do “regime progressivo” também se põe fim à possibilidade de negação da “sociedade dos cativos” pois, desta, forma os presos são obrigados a conviverem cotidianamente sob a influência desta sociedade. O autor afirma que, contrário às idéias que apontam a “política de humanização dos presídios” como responsável pelo surgimento de grupos organizados dentro do sistema carcerário, as organizações “Falanges” e “Serpentes”, apareceram em virtude do advento da “metropolização” das cidades e da conseqüente “modernização” da criminalidade.

Esta “política de humanização dos presídios” sofreu inúmeras resistências dentro e fora das prisões. Internamente, o principal pólo de resistência seriam os guardas das instituições, pois com esta política, seu poder ficava reduzido. O que Paixão enfatiza sobre esta questão é que independentemente da política de humanização, dentro das prisões sempre se formam grupos de liderança, que são forjados na negociação da “ordem social” do ambiente. Para o autor, esta negociação pode ser salutar e deve fazer parte do cotidiano da instituição.

Contrário às expectativas de Paixão sobre as possibilidades das prisões, para Coelho (1987), o Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro funciona de forma caótica e sempre no limiar de um “colapso”. Ele afirma que a “natureza” das prisões é “violenta” e não existem alternativas que possam corrigi-la. Qualquer teoria que se queira colocar em prática que altere esta lógica, pode estar fadada ao malogro. Alguns estudos que abordam a questão da violência nos presídios, por exemplo, estabelecem uma conexão entre a violência que seria prerrogativa “legítima” e “exclusiva” do Estado, como propõe Weber (1994) e a violência interna no cárcere. Como assinala Capeller (1985), a prisão é um

lugar privilegiado para a produção de exercícios de violência. Para ela, o discurso da “ressocialização” seria um mecanismo para “ocultar” a violência que é inerente ao Estado. Dito de outro modo, a prisão seria um laboratório, entre outras coisas, da produção de técnicas de castigo e o conceito de “ressocialização” teria o papel de dissimular esta violência. Segundo a autora, o conceito de ressocialização no Brasil estaria voltado para:

"(...) ocultar as verdadeiras razões do castigo, a verdadeira função da pena em nossa sociedade, qual seja, criminalizar e penalizar os que 'sobram', levar o sofrimento e a morte para aqueles que são 'demais' e que não são absorvidos economicamente, porquanto não são produtivos e não podem sequer assumir integralmente seus papéis enquanto sujeitos de direitos" (CAPELLER, 1985: 133).

Em outro sentido que não o da legitimidade, Coelho também tem uma visão bastante pessimista sobre o sistema penitenciário. Os detentos dizem que “a cabeça do preso é a oficina do diabo”, enquanto que para Coelho, a “oficina do diabo” é a própria prisão. Como apontam outros pesquisadores, ele também vê a prisão como uma instituição do “paradoxo”, pois ao mesmo tempo que pretende “ressocializar” o detento, o “pune” e o “isola” da sociedade, deixando-lhe incapaz de conviver socialmente. Indica ainda, que as prisões têm regulamentos próprios “formais” e “informais” e estes últimos têm como base de suas regras, práticas “violentas”. Por isso, o exercício de poder dos guardas não é legítimo, isto é, com base em “obediência consentida”. Portanto, para se manter o “equilíbrio” nas prisões é preciso negociar com os presos, pois sem esta negociação a situação ficaria incontrolável e as negociações pressupõem lideranças, o que pode constituir uma faca de dois gumes.

Em nosso trabalho, esta realidade foi constatada na Penitenciária Estadual de Araraquara. Os presos, por meio de “negociações” com funcionários e com a direção da casa, conseguem vários benefícios que, com o passar do tempo, vão se constituindo em “direitos”. São exemplos destes “direitos”, o uso de aparelhos eletrônicos dentro das celas (rádio e TV), as visitas íntimas de casais, a ampliação das horas de lazer, os presos representantes da “massa” etc. Além destes “direitos”, as negociações pressupõem o equilíbrio da instituição, sem a qual, como dizem os funcionários, fica difícil “segurar a cadeia”. No entanto, esta realidade abre precedentes para a exploração de um preso sobre outro, em virtude da “negociação” e “flexibilização” das relações entre direção do presídio e presos. Como dizem alguns funcionários: “(...) tem muita coisa

que a gente tem que deixar para lá..., senão a situação fica pior”.

Para Coelho, o descaso com que é tratado o sistema penitenciário pelas autoridades governamentais é responsável por várias situações que são evidenciadas nas prisões. A “economia delinqüente” é um dos efeitos desta falta de metas e políticas públicas adequadas que possam atender o setor. A cumplicidade de funcionários e diretores com “jogatinas” e o “comércio de drogas” dentro das prisões, refletem esta realidade. A “economia delinqüente” substitui o “poder público”, que é, na maioria das vezes, ausente. Neste sentido, mais que o preso, o próprio Estado seria o principal beneficiário desta “economia”.

A organização dos presos dentro das prisões, de maneira geral, não tem um caráter associativo e consciente, mas para sobreviver no espaço é preciso compartilhar de certas regras coletivas da vida no cárcere. Esta convivência coletiva é o que caracteriza a “sociedade dos cativos”. O preso, para sobreviver dentro da prisão, precisa se relacionar com a “sociedade dos cativos” e, quase sempre, fazer parte dela. Em outras palavras, o preso jamais pode querer ou ficar do lado da direção do presídio. Isto tornaria impossível sua convivência no local. Desta forma, não lhe resta senão estar próximo à “sociedade dos cativos” ou mesmo fazer parte dela.

Sobre a “política de humanização” nos presídios do Rio de Janeiro, Coelho assinala que esta, além de ter sido “frustrada”, foi um fator de grande stress entre os presos. Qualquer alteração no sistema penitenciário, mesmo administrativo, provoca muita ansiedade entre os detentos e isto reflete até na saúde deles. A “política de humanização” nos presídios do Rio de Janeiro diminuiu a segurança individual dos presos, pois ao acionar esta política, a administração disparou um processo de confronto com os grupos organizados. Desta forma, quem estava próximo das administrações ficou visado pelos grupos.

Em um estudo sobre relações de poder, Azevedo (1997) também aborda a “política de humanização dos presídios”. Ele fez uma pesquisa sobre as relações de poder na Penitenciária do Estado na cidade de São Paulo, procurando analisar o “poder disciplinar na prisão”. Em sua análise, Azevedo demonstra como se estabelece as várias relações de poder, “formais” e “informais”, entre os agentes que compõem este universo. Teoricamente, sua pesquisa é orientada pela concepção Foucaultiana de poder e a metodologia para demonstrar este poder é a “genealogia” de Nietzsche que, por sua vez, não procura explicar o poder, mas sim expor os seus exercícios, sem se remeter a um sujeito.

Ao expor os exercícios de poder que ocorrem dentro da Penitenciária

do Estado, Azevedo traz a tona os vários conflitos existentes entre as instituições que compõem o Sistema Penitenciário Paulista, entre estas e a sociedade e entre os presos e funcionários (guardas e diretores) das instituições. Ele evidencia como as discussões entre os funcionários dos presídios e os funcionários dos centros de apoio (COESPE, FUNAP, COC etc.), são constantes. Os primeiros acusam os técnicos de não terem um conhecimento mais profundo dos problemas cotidianos, de não terem conhecimento prático, por isto suas propostas não caberiam e os funcionários técnicos dos centros de apoio, por sua vez, culpam os guardas e diretores das penitenciárias por sabotagem, isto é, por não aceitarem e não colocarem em prática as orientações teóricas. Recentemente, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Segurança Pública cujo papel é articular as ações dos órgãos de segurança federais, estaduais e municipais. Segundo Godoy (2000), parece não ter dado certo, pois os órgãos continuam atuando de forma independente tal qual havia sido verificado por Azevedo em seu trabalho.

Entre os vários conflitos que configuram as relações de poder na Penitenciária do Estado, o de grande expressão trata da “participação” dos presos no processo de organização desta instituição, em outras palavras, trata da formação das “comissões de presos”, aspecto da “política de humanização”. Com a posse do Governador Franco Montoro em 1983, no estado de São Paulo teve início um processo de participação dos presos no Sistema Penitenciário Paulista, no que diz respeito à forma como as decisões eram tomadas e de como elas eram avaliadas. Segundo Azevedo, os objetivos desta política eram:

"O governador Franco Montoro instituiu uma política de humanização dos presos no sistema penitenciário, com o objetivo básico de coibir os abusos de poder dos agentes de segurança e funcionários administrativos, impedir a corrupção, agilizar a assistência jurídica ao preso e corrigir o comportamento do preso, futuro egresso" (AZEVEDO, 1997:135).

O Secretário de Justiça no período era o advogado José Carlos Dias e a ele coube a tentativa de implementar uma nova política penitenciária no estado de São Paulo. Esta política ficou conhecida como “política de humanização dos presídios” ou dos “direitos humanos dos presos”. O ponto central desta política foi o de tornar o preso um “cidadão apto para o trabalho”, ter “consciência dos seus direitos e deveres”, e de suas “limitações legais” na volta para a sociedade.

Segundo funcionários da Penitenciária de Araraquara, a “política dos direitos humanos do preso” em São Paulo, também teve um outro lado, que não

só das disputas entre presos e guardas, mas entre os próprios presos, do ponto de vista de extorsões. Dito de outro modo, muitos sentenciados, mais experientes no sistema, se utilizavam desta política para tirar proveito de outros presos. Estes sentenciados, com maior experiência na prisão, se colocavam a disposição da direção do presídio para fazer parte das comissões de presos e desta forma fazer chantagem com outros detentos, até extorquiram os mais humildes. Segundo alguns funcionários, há sentenciado que nem pode ouvir falar em comissão de preso. Como assinala Adorno (1991), se quisermos inibir estes problemas, se faz necessário uma combinação entre as decisões políticas e a atuação técnica. É preciso que o funcionamento do sistema penitenciário esteja precedido por princípios políticos que preservem a integridade tanto, da comunidade bem como do delinqüente.

Segundo Azevedo, durante o período da “política de humanização”, algumas medidas de impacto foram implantadas. Por exemplo, as celas-forte foram transformadas em celas comuns, a cúpula dirigente do sistema foi substituída e o Secretário de Justiça passou a fazer visitas inesperadas nos presídios. Entre as várias medidas práticas estabelecidas por essa política, as “caixas de correspondência para denúncias”, chamadas pelos agentes de segurança de “urnas de cagüetagem”. Os detentos, por meio das “caixas de correspondência” e das “comissões de presos”, faziam denúncias aos diretores da prisão que, por sua vez, procuravam apurar os fatos e punir os culpados. Isto gerou um enorme conflito entre presos e funcionários e entre funcionários e diretores dos presídios. A título de informação, as visitas íntimas também foram instituídas neste período, medida que contribuiu sensivelmente para diminuir os conflitos e a violência dentro das prisões.

Em março de 1984 foi criada na Penitenciária do Estado uma comissão de presos que teve o nome de “Comissão de Solidariedade”. Esta comissão se encarregou de escrever uma “carta de princípios”, que tinha dentre seus objetivos, buscar melhores condições de trabalho e de sobrevivência dentro dos presídios. Os funcionários da penitenciária, quando perceberam que os presos estavam avançando em sua organização, resolveram, também, se organizar, o que já era previsto pela “política de humanização”, e passaram a fazer forte oposição à participação dos presos nos rumos da cadeia.

Além das questões de caráter internos aqui tratados, externamente, esta política enfrentou outros problemas. A política de “humanização dos presídios” passou a ser discutida na sociedade civil com a participação de várias organizações interessadas no assunto. Em junho de 1984, a TV Cultura promoveu

um debate ao vivo com representantes dos presos, dos agentes de segurança, de diretores dos presídios, autoridades governamentais e representantes da sociedade civil. Este debate gerou uma polêmica muito grande, provocando vários questionamentos que contribuíram para pressionar a idéia de “comissão de presos”. A partir deste contexto, os funcionários da Penitenciária do Estado ampliaram a conspiração que já vinha tomando corpo anteriormente ao programa de TV, dizendo que havia uma organização de presos que iria tomar vários presídios. Como se isto não bastasse, muitos diretores de presídios, com receio que a experiência da Penitenciária do Estado se expandisse, começaram a se organizar contra às iniciativas de participação dos presos, o que culminou com a inviabilização desta política. Diz Azevedo:

"Novamente o clima de iminente rebelião acentuouse. A falácia de gangs de presos que tomariam de assalto o controle de diversos presídios do sistema penitenciário paulista ganhou um reforço com a orquestração do novo juiz corregedor, Dr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, que fez denúncias à imprensa sobre a existência de uma organização criminosa, as 'Serpentes Negras', irmã gêmea das 'Falanges Vermelhas', do Rio de Janeiro. Diante dessa situação com a opinião de segmentos da sociedade, da imprensa, de parlamentares e do vice-governador Orestes Quêrcia, o Secretário da Justiça, não resistindo a tanta pressão, renunciou ao cargo e sepultou o projeto de participação dos presos e dos agentes de segurança, deixando vir à tona a antiga cultura organizacional" (AZEVEDO, 1997:145).

Em junho de 1984 foi extinta oficialmente a “Comissão de Solidariedade”. A velha forma de organização do sistema foi restabelecida, ou seja, a política de “vigilância”, “segurança” e “disciplina” se implantou novamente. Atualmente o Governador Mário Covas tem procurado inibir atitudes ou tratamentos violentos dentro das penitenciárias do estado de São Paulo por meio de ações legais, tais como: exame de corpo delito todas as vezes que o preso for transferido de uma unidade para outra, quando houver denúncia deste tipo de comportamento, quando o preso tiver que se ausentar do presídio (casos de idas aos hospitais ou quando vai sumariar no Fórum) e também com o remanejamento de agentes de segurança ligados a área de disciplina para outros setores etc. Quanto ao governo federal, em meados de 2000 este anunciou um Plano Nacional de Segurança Pública, na tentativa de dar uma resposta ao

recrudescimento da criminalidade nas últimas décadas. De forma tímida, algumas medidas têm dado bons resultados, mas de uma maneira geral, pouco se avançou.

"Em Junho a Anistia Internacional (AI) lançou uma campanha sobre a crescente crise do sistema penal brasileiro. Em resposta, as autoridades propuseram uma série de medidas a nível federal, e em alguns casos, a nível estadual, que, se fossem implementadas, melhorariam as condições de detenção e de tratamento dos detentos. As medidas incluíam propostas para reduzir a população penitenciária, aumentando a aprovação e a aplicação de medidas de liberdade provisória e revendo o Código Penal. O Governo também deu a conhecer as suas intenções de construir penitenciárias menores e descentralizadas para aliviar a superlotação e reduzir a utilização das delegacias para detenções de longa duração" (AI:2000, o grifo é nosso).

Apesar disto, podemos constatar várias denúncias de maus tratos dentro das cadeias e penitenciárias do estado de São Paulo e do resto do país, como evidenciam os relatórios e informes da Human Rights Watch (1998) e da Anistia Internacional (1999 e 2000). Mesmo com as propostas apresentadas pelos governos federal e estadual (FHC e Covas), concernentes à segurança pública e às instituições prisionais, a dimensão destes problemas é assustadora. Por exemplo, o número de homicídios entre 1979 e 1998 é de 515.986 mil pessoas assassinadas, representando um aumento de 273% em 20 anos. Para se ter uma idéia melhor deste crescimento, em 1979 foram assassinadas 11.194 mil pessoas, em 1998 este número saltou para 41.802 mil pessoas. Isto representa um aumento médio anual de 1500 mil crimes (Godoy, 2000). Alguns estudos atribuem à este fato, entre outros, as ações do crime organizado como os narcotraficantes (Zaluar, 1994a e 1994c), outros a ação da polícia (Barcelos, 1992 e Human Rights Watch, 1998). Quanto às prisões, além dos problemas já citados, como a violência, a inoperância do sistema, a formação de organizações criminosas etc., ainda existe um déficit de aproximadamente 90 mil vagas no sistema prisional do país.

Como vimos nos estudos que apresentamos existem inúmeros problemas e significados que são atribuídos à prisão, sem necessariamente, atribuir a esta um único fator ou "causa" que seja responsável por sua existência e por seus desdobramentos. Ou seja, os motivos para a existência da instituição prisão e os

efeitos produzidos a partir desta não têm uma determinação única, mecânica de causa e efeito. Neste sentido, uma de nossas hipóteses é de que a instituição prisão é um espaço de múltiplas possibilidades de ações e intervenções. Dito de outro modo, como afirmamos em nossa dissertação de mestrado (SILVA, 2001), procuramos demonstrar que as relações de poder que se constituem dentro das prisões não são determinadas somente pelas estruturas, sejam elas “visíveis” ou “invisíveis”, ou pela ação livre dos sujeitos que compõem este universo, mas sim pela interação entre estruturas e sujeitos, na qual em alguns momentos são mais nítidas as ações dos sujeitos, mesmo que “pressionados pelas estruturas” (Thompson, 1981) em outros a presença marcante das estruturas na ação dos sujeitos (Foucault, 1999). Portanto, nesta hipótese, dentro das prisões ocorrem relações “formais” e “informais”, predominando uma ou outra, dependendo da correlação de forças que se estabelece na conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. _____ *Revista USP*, n.21, São Paulo, Mar/ Abr/ Mai. 1994.

_____ prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, V.3, n.12, 1991.

_____ Sujeito, história e relação de poder. _____ *Revista Seminário Temático III*, F.C.L. - UNESP, Arar., 1993.

_____ O sistema penitenciário no Brasil - problemas e desafios. _____ *Revista USP*, n.9, São Paulo, 1991.

_____ A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. BIB - n.35, ANPOCS, Rio de Janeiro, 1993.

_____ Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. _____ *Novos Estudos CEBRAP*, n.34, São Paulo, 1995.

ADORNO, S. BORDINI, E.B.T. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974 - 1985. _____ *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.9, vol.3, ANPOCS, Vértice, São Paulo, 1989.

ALVARES, M.C. Sociedade, conhecimento e poder. _____ *Revista Seminário Temático IV*, F.C.L. - UNESP, Arar., 1993.

ANISTIA INTERNACIONAL. Aqui Ninguém Dorme Sossegado. Violações dos direitos humanos contra detentos. São Paulo: EMBARGO, junho de 1999.

AZEVEDO, J. E. A Penitenciária do Estado: Análise das relações de poder na

- prisão. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1997.
- BARCELLOS, C. Rota 66. São Paulo: Globo, 1992.
- BRANT, V.C. (et. all) O trabalhador preso no Estado de São Paulo (passado, presente e expectativas), Relatório de pesquisa . *CEBRAP*. São Paulo, 1986.
- CAPELLER. W. O direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde*. São Paulo, 2(2): 127-134, 1985.
- CARRARA, S. Singularidade, igualdade e transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime. _____ *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.16,1991.
- COELHO, E.C. *A oficina do diabo*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/IUPERJ, 1987.
_____ Da falange vermelha à escadinha: o poder nas prisões. _____ *Revista Presença*. n.11, Rio de Janeiro, 1988.
- FARIA, Sandra A. O. e outros. Sistema carcerário nacional: perspectiva para a década dos 90. _____ *Revista Fundap*, março de 1991.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Cadernos PUC-RJ, nº 16. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
_____ *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.
_____ *Vigiar e punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GODOY, Marcelo. Radiografia do Cárcere. Caderno Especial. _____ O Estado de São Paulo, 06 de junho, 2000.
- HUMAN RIGHTS WATCH. O Brasil atrás das grades. Relatório sobre as condições de detenção no Brasil. New York, 1998.
- MENDES, Maria Ribeiro de Castro Pizzotti. *Sistema Penitenciário Alternativo: Substitutivo da Pena Privativa de Liberdade*, Dissertação de Mestrado em Direito Processual Penal, São Paulo: PUC-SP, 1992.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - *Censo Penitenciário Nacional, 1994*. Brasília - D.F. 1995.
_____ - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - *Censo Penitenciário Nacional* , 1995. Brasília - D.F. 1996.
- OLIVEIRA, J. e outros. Lei de Execução Penal. São Paulo: Ed. Saraiva, 1997.
- PAIXÃO, A. L. Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987.
_____ Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932 - 1978. _____ PINHEIRO, P.S. (org.) *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- PEDROSO, R.C. *Os Signos da Opressão - Condições Carcerárias e Reformas Prisionais no Brasil - 1890 - 1940*. Dissertação de Mestrado em História Social - USP, São Paulo, 1995.
- PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE ARARAQUARA. Relatório Disciplinar Administrativo. Araraquara, São Paulo, 1999.
- RAMALHO, J. R. *Mundo do crime (a ordem pelo avesso)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. Regimento Interno Padrão. São Paulo, 1999.
- SILVA, R. A. A Exclusão dos Excluídos: as relações de poder no interior da penitenciária estadual de Araraquara. Dissertação de Mestrado em Sociologia - UNESP, Araraquara, São Paulo, 2001.
- SOUZA, P. *A prisão. (história dos homens que vivem no maior presídio do mundo)*. São Paulo: Alfa-Omega, S/D.
- _____ *O prisioneiro da grade de ferro*. São Paulo: Traço, 1983.
- THOMPSON, A. A questão penitenciária. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1994b.
- _____ Crime no Rio de Janeiro: um balanço ._____ *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan. ed. URFJ, 1994a.
- _____ Dilemas do narcotráfico. _____ *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan.ed.URFJ,1994c.

PODER LOCAL E SISTEMA DISTRITAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: a oligarquia cafeeira de Ribeirão Preto.

Wlaumir Doniseti de SOUZA*

RESUMO: A proposta deste artigo é compreender as múltiplas relações do poder local de São Sebastião do Ribeirão Preto, da constituição da propriedade da terra aos distritos eleitorais como meio de influência do poder local alicerçado economicamente na produção cafeeira.

PALAVRAS-CHAVE: Terra, poder local, distrito eleitoral, Estado, Igreja.

SUMMARY: The proposal of this article is to understand the multiple relations of the power of São Sebastião do Ribeirão Preto, the constitution of land property to the electoral districts as a mean of influence of the local power economically based in the coffee production.

KEY WORDS: Land, Local Power, Electoral District, State, Church.

O sistema de sesmarias implantado pela metrópole portuguesa, no Brasil, foi uma tentativa de implementar a consolidação do domínio sobre as terras de ultramar. Contudo, os sesmeiros não cumpriam as prescrições régias, dentre as quais a de medição das terras cedidas pelo Estado. Em linha geral, estabeleceu-se tamanha confusão e demandas administrativas ao redor dos direitos de posse, sobre as terras brasílicas, que, a 17 de julho de 1822, cessou-se a atribuição de sesmarias.

Dois fatores contribuíram neste sentido. Primeiro, a premência de apoio político-econômico de D. Pedro para conduzir o processo que culminaria na Independência, e, por isso, a não existência de legislação sobre as terras era um meio eficiente de granjear o apoio dos detentores das terras; por outro lado, franqueava-se a expansão da posse para o oeste do continente intentando integrá-

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL - Unesp - Araraquara, sob orientação do Prof. Dr. José A. Segatto, com apoio da CAPES.

las ao País e ao sistema produtivo na tentativa de construção da Nação.

Assim, não sendo possível manter o Estado o controle, preferiu eximir-se de tal responsabilidade, ao mesmo tempo que legitimando e ratificando o poder local como meio de garantir seu *status quo*. (Guimarães, 1968, p.41-59) A partir de 22 de julho de 1822, passou a vigorar a posse da terra como meio de propriedade, o que, de forma alguma exterminava os conflitos pelo controle da terra, antes, deixava ao mais poderoso e beligerante a possibilidade de estabelecer-se como grande proprietário e simultaneamente excluía a terra das relações capitalistas, mantendo-as no plano de relações pré-capitalistas. É sob esse aparato legal que as terras da área de Ribeirão Preto, ou melhor de São Simão, pois esta precedeu aquela, foram tomadas pela “civilização”.

A violência no campo, pela manutenção da posse ou pela expansão dos domínios territoriais, causavam demandas as quais o Estado não tinha aparato legal que desse resposta. Somado a este, a concretização progressiva do projeto de substituição da mão-de-obra afro-escrava pelo euro-migrante, trazia à tona a necessidade de impedir o acesso livre à posse como meio de realizar a manutenção da dependência dos trabalhadores para com os detentores dos meios de produção, como um dos meios mais eficientes à expansão do capitalismo sem alterar as regras dos elementos constituidores da ordem política e do sistema pré-capitalista que os mantinha no poder. Realizava-se a manutenção do poder dos tradicionais detentores do poder, os homens que possuíam terras.

Ao passar dos anos, viu-se o Estado, para maior eficiência do capitalismo, pressionado para elaborar leis que regulamentassem o direito à propriedade da terra. No caso da existência de um Estado consolidado e forte para impor-se à sociedade, era de esperar o constrangimento dos posseiros no sentido de levar a termo a demarcação e divisão, ainda que judicial, das terras, entretanto, este não era o caso do Brasil.

Grosso modo, as exceções foram as plagas economicamente valorizadas; as terras das regiões mais visadas do ponto de vista da produtividade agrícola e as povoadas ou tradicionalmente ocupadas. Ao longo do País diferentes articulações, planos e projetos foram erguidos pelos detentores da posse da terra para concretizar legalmente a passagem da posse a propriedade, devido a aprovação da lei de terras, de 1850. Com esta lei a terra passava a ser uma mercadoria, colaborando para o avanço do modelo capitalista de “civilização”, apesar de continuar convivendo com as tradicionais formas do poder político patrimonialista.

No caso de Ribeirão Preto, que se desmembrou de São Simão bem

como na área primeva que compunha esta região, esboçou-se um projeto político-religioso com a formação de um patrimônio para ereção de uma capela aliado à divisão judicial das terras em demanda entre os diferentes posseiros. Este o episódio específico de São Sebastião do Ribeirão Preto, onde a própria evocação do Santo padroeiro acoplado ao nome do ribeirão que daria origem ao da cidade evidenciava os interesses econômicos e religiosos interligados pelo modelo político e legal da época de religião oficial de Estado, o catolicismo.

Apesar dos limites que a legislação colocava ao uso de documentação eclesiástica para legalizar a posse da terra, ainda, era possível, devido as vagas do sistema e das relações pessoais patrimoniais, fomentar o projeto religioso para coadunar-se ao regime de padroado no qual encontrava-se inserido o Brasil, desde a “descoberta” das novas terras, em 1500, por Portugal, enquanto colônia; e, mantida com a Independência administrativa da metrópole, em 1822. A tradição lusa legou ao Império a religião oficial de Estado evidenciando o quanto o liberalismo econômico não atingia as relações políticas em seu âmago. (Bruneau, 1974, p.30-34)

Diversos foram os fatores que colaboraram para a formação de uma nova lei de terras, dentre os quais, a consolidação do processo de centralização do poder nas mãos do Estado, que impunha confeccionar um aparato legal que interviesse como único legitimador, ainda que negociando e legitimando o poder local como instrumento de ampliação das relações capitalistas no campo.

Anos antes da Lei de Terras, de 1850, no início do século XIX, a área de São Simão e Ribeirão Preto constituíam um sertão incógnito nos documentos oficiais, passando a ser explorado nas suas primeiras décadas por mineiros que se apropriaram das terras. A posse, meio legítimo desde 1822, foi utilizada para o acesso à propriedade. (Zamboni, 1978, p.16-22)

Segundo Osmani Emboaba, nos meados daquele século, parte da região que comporia a cidade de Ribeirão Preto pertenceria a José Mateus dos Reis e sua esposa, pioneiros na tentativa de formar o patrimônio que constituiria a capela dedicada a São Sebastião, além de vários condôminos. Contudo, parte desta gleba estava em demanda com os Dias, que a teriam apossado primeiramente. A doação era uma solução à questão e conseqüente legitimação da posse do grupo em ascensão em detrimento dos Dias. (Emboaba, 1955, p.36)

Os posseiros da região de Ribeirão Preto chegavam a ser influentes na Câmara de São Simão, podendo, desta forma, através de sua teia de parentesco, poder e prestígio, negociar a sua vontade e, quando por tal expediente não o conseguiam, poderiam determinar o fim da questão por meio da violência e até

do assassinato, como, de fato, ocorreu com o fabricante da Igreja ao exigir o cumprimento das medições. (Lauriano, s/d, p.11-12)

No processo de consolidação de um poder local autônomo de Ribeirão Preto em relação a São Simão, a primeira doação de terras para a formação do patrimônio foi realizada por José Mateus dos Reis, em 2 de novembro de 1845, ampliando as doações em 1852, conseguindo aglomerar diferentes condôminos na busca do objetivo comum: o reconhecimento da posse enquanto propriedade legal pelo Estado, a partir de documentação eclesiástica. (Lauriano, s/d, p.7-8)

A proposta de se realizar a doação evidenciava – além de uma pressuposta fé e religiosidade arraigada nos costumes, tradições e consciências dessas pessoas como meio de sociabilidade, aqui não é colocado em questão – e a figura de um dentre os entrantes mineiros que se destacavam em poder, eliminando o estágio anterior onde haveria uma igualdade maior de condições entre os diferentes integrantes do grupo que permeia a manutenção da indeterminação das fronteiras da posse e a sua não legalização. (Franco, 1976)

Desta maneira, fator que colaborou para o desfecho da divisão judicial foi a participação do Capitão e Comendador Gabriel de Souza Diniz Junqueira, como “louvado divisor”, demonstrando desta forma o apoio de parte do poder local, uma vez que fora citado em 2 de maio de 1856, tendo-se desde então o encaminhamento para o desfecho do processo. (Zamboni, 1978, p.88-89)

A partir de 6 de setembro de 1856, ficou o patrimônio de São Sebastião estabelecido na fazenda do Retiro, patrimônio esse, entretanto, admitido pela Igreja e demarcado judicialmente na fazenda Barra do Retiro. Com a concretização do projeto religioso, legitimava-se as terras que faziam divisa com o patrimônio eclesiástico, pois, ao citar os nomes dos posseiros dava-lhes, indiretamente, documentação que reconhecia a posse efetiva da área, além de, diretamente o fazer pelas terras aceitas pela Igreja.

A Igreja ao servir como responsável por parte da burocracia do Estado, servindo como cartório de registro de nascimento, óbito e de propriedade, uma vez que era a religião oficial, ao oficializar os patrimônios eclesiásticos legitimava os seus benfeitores como reais proprietários da área, o que, com a lei de terras, de 1850, passou a ser fundamental no processo de legitimação, divisão e legalização das glebas perante o Estado. Era um documento oficial que citando os vizinhos dos doadores permitia o passo seguinte sem maiores problemas, o registro das terras apossadas.

Com a doação das terras à Igreja alcançava-se o patamar necessário para que o projeto político de autonomia do povoado fosse concretizado, pois,

do ponto de vista administrativo, a consolidação do patrimônio eclesiástico era um dos elementos constituidores do processo que levaria ao reconhecimento do povoado e deste as etapas seguintes para chegar a município. Mas, o primeiro e mais imediato já se realizara, o direito a propriedade da terra.

Ribeirão Preto passou de povoado à freguesia, a 2 de julho de 1870 e à capela canônica, em 15 de julho do mesmo ano. Pela lei nº 51, de 2 de abril, sancionada e promulgada a 2 de julho de 1870, passou o arraial ou povoado de São Sebastião do Ribeirão Preto à Freguesia civil, tornando-se vila em 12 de abril de 1871, através da lei número 67, desmembrando-se do município de São Simão.

A primeira eleição de juizes de paz e vereadores foi realizada aos 22 dias do mês de fevereiro de 1874, constituindo-se a Câmara Municipal, em 4 de julho do mesmo ano, tendo suas atividades, início em 13 de julho. Em 1º de abril de 1889 alcançava Ribeirão Preto os foros de cidade.

Instituída a Câmara Municipal, tinha o poder local as condições administrativas e burocráticas de elaborar formalmente suas “solicitações” ao poder central do Estado; de forjar suas próprias leis, indo de encontro aos interesses particulares do grupo detentor do poder local, em conformidade aos limites impostos pela legislação superior. As solicitações de Ribeirão Preto ganhavam força com a produção cafeeira.

À partir dos anos 80 do século XIX, como as terras do Vale do Paraíba fluminense estavam desgastadas pelo plantio do café, passou a onda verde a fecundar o chamado Velho Oeste Paulista, que era constituído por Limeira, Rio Claro e Campinas, e, a partir desta área, seguiu para as terras de Ribeirão Preto. (Fausto, 1977, p.196-198)

Com a chegada do pioneiro do café a Ribeirão Preto, advindo das antigas áreas de cultivo cafeeiro – do Vale do Paraíba e do Velho Oeste Paulista – teve-se um intenso movimento imobiliário, registrando-se, de 1874 a 1889, 1325 escrituras de compra e venda de terras, predominando transações de pequenos lotes até 200 ha.. A migração desta elite para o Novo Oeste deu um novo fôlego à elite local que se via cada vez mais influente e requisitada no jogo das forças políticas e econômicas do Estado. (Zamboni, 1978, p.66-69)

A produção do café, no Oeste Paulista e, sobretudo, no Novo Oeste - formado pelos municípios de Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, São Simão Cajuru, Batatais, Franca e Ribeirão Preto, sendo a divisão entre Velho e Novo Oeste realizada a partir de Casa Branca que pertencia ao segundo - ancorada na política oligárquica que lançava seu poder de influência em uma

base comum à maioria dos agricultores, o Partido Republicano Paulista (PRP), controlador incontestado da política do Estado de São Paulo no decorrer da República Velha, daria novos contornos as relações de poder em Ribeirão Preto. (Guimarães, 1968, p.102)

O Partido Republicano (PR), fundado em 1870, em Itu, no Oeste Paulista, estabeleceu como um de seus principais braços o PRP. Este, criado, em abril de 1873, na Convenção de Itú, teve como um dos temas fundamentais do seu programa, ao lado do federalismo, a autonomia municipal. Em outras palavras, daria liberdade ao exercício do poder local, em geral ligado aos fazendeiros, propiciando-lhes, assim, maior influência e autoridade. Se esta plataforma permitiu ao PR, à época da propaganda republicana no Império, uma maior força de atração e aderência junto a certos homens detentores de poder político e econômico, na prática, com a República, 1889, não lhes permitiu, com a Constituição do Estado de São Paulo, de 1891, tão ampla autonomia como desejavam os políticos e agricultores detentores do poder local. (Queiroz, 1969, p.74-76)

O ideal federalista encontrou farto apoio, em São Paulo, porque previa-se, já em 1879, que “em menos de dez anos de paz e de trabalho (a província) seria a primeira potência da América do Sul” com o café, uma vez que os paulistas tinham verdadeiro pavor da situação em que o Império relegou o aparato administrativo do Estado paulista. (Casalecchi, 1987, p.49-50)

O café despontava tão importante para a economia nacional que o Governo Provincial, em circular, de 22 de outubro de 1877, sugeria que se deixasse a cultura tradicional à qual estavam ligados os habitantes de Ribeirão Preto, e o gado, para fazer-se um plantio intenso e extensivo do café, que se encontrava cultivado naquelas glebas e que trazia consigo um forte crescimento demográfico.

O cultivo do café transformava radicalmente Ribeirão Preto, projetando-a para o cenário político estadual, dada a sua importância econômica e a migração de tradicionais políticos para a região. Esse processo viabilizou a monopolização da terra e a formação de imensas companhias agrícolas, fazendo o capitalismo avançar rumo ao interior do continente.

Exemplo máximo desta realidade foi Francisco Schmidt que “Em 1910, ... possuía 33 fazendas, 7.585.154 pés de café plantados e trabalhavam, em suas propriedades, 8.000 colonos, principalmente italianos e espanhóis.” E, em 1920, contava com 14.000 colonos para trabalhar em suas sessenta e duas fazendas, predominando os italianos. (Moraes, 1980, p.89-91)

São Paulo passou, com o cultivo do café, de terceira ou quarta província do Brasil Imperial a primeira da Federação, sendo Ribeirão Preto o maior produtor mundial de café. Assim, São Paulo de província relativamente periférica no Império tornou-se polo da economia nacional na República. De acordo com Boris Fausto (1977), em 1881, superava a produção cafeeira paulista a de Minas Gerais e, em 1889, a do Rio de Janeiro. Sob o influxo do café, Ribeirão Preto passou de região incógnita até o início do século XIX, para uma cidade conhecida, respeitada e propalada nos jornais. Não chegavam à cidade apenas cafeicultores e capitalistas. Chegava parte da elite política do País.

Já na década de 80, Ribeirão Preto passou a atrair à sua região antigos agricultores e políticos das antigas áreas então em decadência, como o Vale do Paraíba e Velho Oeste. Martinho Prado comprou terras, a partir de 1879. Henrique Dumont, chegou a cidade em 1879, e proprietário a partir de 1880. Cel. Francisco Schmidt abordou Ribeirão Preto em 1890, sendo intitulado Coronel, em 8 de junho de 1901, e Rei do Café em 1913. Luiz Pereira Barreto e seus irmãos, em 1876. (Fretias, 1994, p.52) Além de Uladislau Herculano de Freitas, representante do PRP na cidade.

A cafeicultura formou um complexo agrário, financeiro, mercantil e industrial, constituindo “o grande capital paulista” que circulava nas diversas órbitas do complexo e o médio e pequeno capital, circunscrito à lavoura.”, mas que era mobilizável em prol dos interesses dos oligarcas na expansão cafeeira, o que resultava em uma “(...) assimetria entre o peso econômico de São Paulo e sua importância política.”, no nível federal; e o mesmo valeria para Ribeirão Preto em relação ao Estado de São Paulo, apesar de sua relevância econômica. (Kugelmas, 1986)

No jogo político de influências no Estado de São Paulo, devido a ausência de uma família toda poderosa ou de uma região capaz de impor-se a todo o Estado, um dos meios utilizados para equilibrar as disputas e as cisões do PRP, tanto nos pleitos quanto na aprovação dos interesses transmutados em leis, foi a adoção do modelo distrital de voto, 1905, inspirado no modelo imperial de eleições.

Desde o Império, as províncias estavam divididas em círculos ou paróquias, que passaram a se chamar distritos eleitorais com a “lei Saraiva”, em 1881, tendo cada região eleitoral no mínimo, com a Constituição republicana, 4 deputados federais, que em 1904 passaram a 7, sem que o candidato devesse, obrigatoriamente, ter sua residência no colégio eleitoral para o qual havia sido indicado como candidato.

Seguindo o modelo federal, o Estado de São Paulo foi dividido em 10 distritos, no ano de 1905, sendo um deputado a cada 40.000 habitantes, correspondendo cinco eleitos por distrito, ao passo que para deputado federal era 1 para 70.000 habitantes. As sedes dos 10 distritos do Estado de São Paulo eram respectivamente do primeiro ao décimo: São Paulo, Taubaté, Guaratinguetá, Itú, Botucatu, Campinas, Mogi-Mirim, Limeira, São Carlos e Ribeirão Preto. (Casalecchi, 1987, p.257, 270)

Enumerados de um a dez, os distritos explicitavam os contornos econômicos, sociais, políticos e históricos do Estado de São Paulo. O de número um era sediado por São Paulo, a capital política do Estado e detentor do Porto de Santos, responsável pela exportação do café. Os de número dois e três, encabeçados por Taubaté e Guaratinguetá, compunham parte do Vale do Paraíba, por onde o café havia adentrado em São Paulo.

Os de número 4, Itú, e 5, Botucatu, representavam os velhos costumes do Estado e suas tradições e lutas pela República, além de serem áreas ainda a explorar em sua maior parte. Campinas, Mogi Mirim, Limeira, São Carlos do Pinhal e Ribeirão Preto enfeixavam as sedes dos distritos de número 6 ao 10º e compunham a área de expansão cafeeira mais produtiva e símbolo da alavancada de São Paulo de uma das províncias sem maior expressão para o Estado mais rico da confederação republicana.

Ressuscitando a imagem de um sol que ilumina todo o Estado de São Paulo, do distrito número um saem todos os demais. Assim, os distritos de número três, cinco e dez compunham os elementos mais distantes do Estado em sua divisão histórica, política, econômica e social. Guaratinguetá, pela proximidade com o Rio de Janeiro, era o símbolo de uma elite monarquista decadente. Botucatu e Ribeirão Preto simbolizavam o convívio do moderno com o retrógrado e o tradicional, do coronelismo mantido à bala, convivendo com a locomotiva, que além do café, levava em seu bojo, os avanços do capitalismo e do liberalismo. Eram o símbolo de um São Paulo rico, que conviviam com um sertão a desbravar, povoar e demarcar.

Todos esses três pontos – Guaratinguetá, Botucatu e Ribeirão Preto – eram símbolos da distância política e administrativa da Capital para com o interior; representavam mais que os sertões e interiores, mas a realidade vivida na própria capital, em sua Câmara dos Deputados. Senhores ilustres e ilustrados, do ponto de vista da educação formal, mas tão obtusos quanto seus precedentes, no que tangia ao controle do poder local e regional.

Na sede de cada distrito era realizada a apuração final da eleição para

deputados, cabendo à capital do Estado e aos magistrados a apuração final da eleição para senador, uma vez que o sistema paulista era bicameral, sendo que, a partir, de 1916, foram apuradas ambas as eleições na capital. (Telarolli, 1981)

Politicamente, a oligarquia local de Ribeirão Preto estava reunida no PRP, contudo havia, grosso modo, duas facções: a liderada pelos Junqueira, na pessoa de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e a dos partidários de Francisco Schmidt, que compunham um grupo menor, que era contrabalançado pela sua influência na economia nacional por meio de agentes internacionais que lhes garantiam certa autonomia.

Entretanto, o fenômeno do adesismo foi a linha diretriz entre os grupos, apesar das rivalidades entre as famílias e das dissidências e cisões, podendo-se transferir para Ribeirão Preto a generalização de Witter de que "... as cisões partidárias são uma constante na vida política nacional. Há sempre grupos dentro dos grupo; há sempre facções dentro do partido." (Witter, 1987, p.59)

Dentre os dois grandes coronéis de Ribeirão Preto, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1860-1932) era o mais forte e influente. A este coronel cabia a distribuição dos cargos públicos, a solução das questões mais importantes e indicadoras de maior rivalidade, a ponto de por em cheque as relações cordiais com a facção oposta, liderada por Francisco Schmidt. Ao Cel. Junqueira aderiram homens como João Alves Meira Júnior, Fábio Barreto, Luís Pereira Barreto, dentre outros.

A cisão partidária entre os coronéis era explícita, a ponto de falar-se, em Ribeirão Preto, de um Partido Schmidt, schmidtista, mas, no sentido de agrupados aos interesses do Rei do Café, havendo, inclusive, a participação de parte da família Junqueira, descontente com o seu líder¹. Isso não impediu que Junqueira e Schmidt compusessem a Câmara em acordo aos seus interesses que se entrecruzavam.

Como dito anteriormente, contrariamente ao contexto nacional, o Estado de São Paulo não possuía uma família toda poderosa que comandasse a política, mas, sim, um conglomerado de famílias unidas pelo partido comum, o PRP, e pelos casamentos dos descendentes, como forma de garantir o domínio. A oligarquia paulista não pode, desta forma, prescindir da organização partidária para a manutenção do poder dos chefes regionais das grandes famílias. Entretanto, a simples organização partidária não dava conta das divergências regionais na oligarquia. Para sanar estas, forjou-se o modelo distrital de votos para São

¹ Entrevista com Eduardo Schmidt e Francisco Schmidt, em 31-08-1996.

Paulo. A cada região um grande líder político. Os distritos foram meticulosamente divididos e redivididos desde a primeira proposta republicana de distritalização do Estado, em 1897.²

O poder, na república, estruturou-se sobre novas bases, apesar da adesão generalizada de liberais e conservadores à república. Esse processo ecoava favoravelmente a uma reinterpretação do empreendedor que se fazendo rico proprietário de terra, conquistava prestígio e poder, estabelecendo sua teia de compadrio e camaradagem no plano local. O empreendedor capitalista que migrara das tradicionais áreas de plantio do café, não só passou a ser aceito, como a exercer a posição de mando e de conselheiro ao poder local. Por estender seu poder até à capital do Estado, pelas antigas e tradicionais relações políticas, cedeu parte de seu prestígio e influência ao líder local em nome da manutenção da ordem cafeicultura.

Mesmo em ascensão, encontraram dificuldades para ampliar o seu poder local porque conseguiam crescer nas frestas abertas pelas rupturas das parentelas locais e mesmo das advindas do Velho Oeste e do Vale do Paraíba, pois ao serem novatos na região, apesar da tradição na capital, não tinham como os demais, os lastros históricos necessários com a localidade. Com isso não poderiam romper com o equilíbrio almejado pela divisão distrital do Estado, cabendo-lhes o papel de intermediários entre o chefe local e os líderes da capital.

Entretanto, apesar das múltiplas parentelas e das sucessivas alianças e cisões políticas, o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira passou pela Primeira República como o grande chefe local, chegando a sediar em sua fazenda, reuniões do PRP. Apesar da oposição de líderes políticos influentes na capital, a antiga amizade com Washington Luís, de Batatais, e o casamento de sua filha, Gabriela Junqueira, com Altino Arantes, possibilitou-lhe alavancar seu poder pela ampla disponibilização de cargos públicos e acesso ao poder central do Estado de São Paulo nos períodos em que foram presidentes.

À partir da década de 20, o café passou a buscar novas glebas, a noroeste do Estado, tendo-se uma divisão das grandes propriedades, dando origem a uma constelação de pequenas e médias propriedades, ao lado de imensos patrimônios territoriais.

Como resultado das crises anteriores junto à média burguesia cafeeira, o loteamento da propriedade deu origem à pequena propriedade, à

² “Uma vez proclamada a República e estabelecida a federação, todo jogo político passa a girar em torno da constituição de estruturas de dominação política no nível estadual.” (KUGELMAS, 1986, p. 37)

diversificação das culturas, ao lado da concretização do sonho de alguns imigrantes de serem proprietários, sobretudo agrícolas, assegurando o desenvolvimento do município frente à derrocada do café no final da década. Entretanto, Ribeirão Preto foi, até a grande crise do sistema cafeeiro, em 1929, a área de terra-roxa mais importante de São Paulo na produção cafeeira e, portanto, do Brasil. (Moraes, 1980, p.33)

Isso traduziu-se na ampliação de influência local, no jogo político do Estado, com a reforma eleitoral, de 1921. Poucos distritos viram seu número de deputados ampliados. Dentre estes, destaca-se a região de Ribeirão Preto, sede do 10º Distrito Eleitoral. Quando o sistema de produção cafeeira entrava em crise na região, a fama adquirida ao longo dos anos rendia-lhe mais poder do que na época de efetiva produção de riquezas com o café.

A construção do modelo distrital no Estado de São Paulo, em 1905, buscava homogeneizar a força dos políticos em regiões representadas na Câmara dos Deputados pelo mesmo número de deputados, ou seja, cinco a cada distrito. Depois, com a reforma eleitoral, de 1921, possibilitou a explicitação do poder desigual entre as diferentes regiões do Estado traduzidas em diferentes distritos com diferente número de deputados. Ampliou-se a participação numérica de alguns distritos, ou seja, ampliando o poder de influência e decisão de determinados distritos em relação a outros junto a área central do poder decisório, a Capital do Estado.

O primeiro distrito, a capital, passou a eleger 9 deputados; o décimo, Ribeirão Preto, oito deputados. Sete deputados coube a Taubaté, que sediava o quinto distrito eleitoral; o nono distrito, São Carlos, passou a eleger seis deputados. Os demais distritos permaneceram elegendo cinco deputados.

Os distritos permitiram fazer com que as disputas locais, eleitorais ou não, ficassem restritas, o quanto possível, a sua região geográfica, amenizando seus impactos na organização do PRP como um todo. Por outro lado, como o modelo foi efetivamente implantado, ainda que não acabasse com a fraude eleitoral, permitiu o avanço do Estado em seu processo de consolidação de poder junto às elites locais que se adequaram ao novo modelo. Em contrapartida, o Estado permanecia tolerando as disputas ferrenhas e violentas no plano local, desde que restritas a estas circunscrições.

Todos tinham consciência de que a divisão distrital não mudaria a realidade das eleições, assim, como a divisão do País em distritos não foi capaz de fazê-lo nos períodos anteriores. O que se esperava era uma maior organização das disputas regionais limitadas a certas circunscrições

geograficamente delimitadas e denominadas de distrito, retirando do poder elites locais carcomidas e inviáveis para a estabilidade do Partido.

Neste sentido, Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira foi o líder do 10º distrito eleitoral, Ribeirão Preto, até a sua morte, em 1932, já durante o governo de Getúlio Dorneles Vargas quando os partidos políticos entraram em crise.

Referências Bibliográficas

ASSIS CORRÊA, F. de. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto**. Franca: Santa Rita, 1983.

BORGES, M.E. **A pintura na Capital do Café**. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Arte tumular ... de Ribeirão Preto ...**. 1991. Tese (Doutorado em Artes Plásticas) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOTELHO, M. **Ribeirão Preto**. São Paulo: Brazil Magazine, 1911.

BRUNEAU, T.C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CASALECCHI, J.Ê. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CRUZ PRATES, P. da. **Ribeirão Preto de outrora**. São Paulo: José Ortiz Jr., 1956.

EMBOABA, O. **História da fundação de Ribeirão Preto**. São Paulo: Coleção da Rev. de História, 1955.

FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1977, Tomo III, Vol. 1. p. 196 e segs.

FRANCO, A.A. de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FRANCO, M.S.C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FREITAS, D.C.A. de. **Os signos da modernidade nos cafezais**. 1994. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- GARCIA, M.A.M. **Trabalho e resistência**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.
- GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- JANOTTI, M. de L. M. **O Coronelismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- KANDAS, E. **A instituição da Cia. Agrícola do Ribeirão Preto (1891-1895)**. 1977. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KUGELMAS, E. **Difícil hegemonia**. 1986. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LAGES, J.A. **Ribeirão Preto ...** Ribeirão Preto: VGA, 1996.
- LAURIANO, J. **Subsídios para a história religiosa de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Cúria, s/d.
- _____. **Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto**. São Paulo: Ave Maria, 1975.
- LOVE, J.L. **A locomotiva**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MENDES, E.M.F. **Bibliografia do pensamento republicano (1870-1970)**. Brasília: Unb, 1980.
- MIRANDA, J.P. de. **Ribeirão Preto...** Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- MORAES, M.L de P.M. **Cia. Agrícola Francisco Schmidt**. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NUNES LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- QUEIROZ, M.I.P de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB-USP, 1969.
- SOUZA, W.D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**. São Paulo: Edunesp, 2000.
- _____. **Do tridentino ao pós-ultramontano-romano: o neo-ultramontanismo**. In: **Plures – Humanidades**. Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, v.2, n.2, p.80-102, 2000.
- TELAROLLI, R. **A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na epública Velha**. 1981. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ZAMBONI, E. **Processo de organização e formação da rede fundiária da área de Ribeirão Preto**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
WITTER, J.S. **O Partido Republicano Federal (1893-1897)**. São Paulo:
Brasiliense, 1987.

CADERNOS DE CAMPO

NORMAS E CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. *Cadernos de Campo*, publicação do Curso de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, tem por finalidade publicar pesquisas em andamento e projetos de pesquisa dos alunos e dos docentes do Programa, conforme a linha editorial da revista: textos com ênfase na teoria e na metodologia do trabalho.

2. Os trabalhos deverão ser entregues em duas cópias impressas em papel A4 e em disquete, sendo uma delas sem identificação, com margem superior 3,5 cm e inferior 3,5 cm; margem esquerda 4,0 cm e direita 4,0 cm e espaço entre linhas em um e meio (1,5 cm). Os textos devem ter de 15 a 20 páginas, no máximo. Títulos de obras e de periódicos devem ser digitados em itálico; termos e frases a que o autor quer dar destaque, em negrito (digitar de preferência em WORD FOR WINDOWS 6.0, com letra *times new roman* n.12).

3. Os originais deverão obedecer à seguinte seqüência:

3.1. Texto, cuja primeira página deverá conter também:

_ **TÍTULO** em negrito e centralizado, em **maiúsculas**;

_ nome do autor ou autores, sob o título, à direita, com o último sobrenome em **maiúsculas** (ex: João da SILVA);

_ filiação científica do autor em rodapé e indicada por asterisco, seguindo este padrão: titulação do autor, Prog. De Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP. Orientador(a): . Caso o(a) autor(a) seja bolsista, coloque também o nome da instituição financiadora da pesquisa.

_ **RESUMO**, com no máximo 200 caracteres; escrever a palavra resumo em **maiúsculas** e à esquerda, sem recuo de texto. Ex:

RESUMO: Este artigo...

_ **PALAVRAS-CHAVE**, com no máximo 6 (seis) palavras-chave; também escrever palavras-chave em **maiúsculas**, sem recuo de texto. Ex:

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura; Classes Sociais; Estado; Relações de Gênero.

3.2 Referências Bibliográficas (trabalhos citados no texto)

3.3. Bibliografia Consultada (indicação facultativa de obras consultadas, mas não referenciadas no texto).

4. Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir as **NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA ABNT**.

5. Citação no texto:

5.1 superior a três linhas, recuo de 1,5 cm à esquerda e de 1,5 cm à direita; letra *times new roman* n.10, espaço simples. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...” Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p.: (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a)(Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por &: (Oliveira & Leonardo, 1943); e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al.: (Gille et al., 1960).

5.2. Citações até três linhas no corpo do texto, entre aspas, fonte *times new roman* número 12

6. Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. Devem ser digitadas com letra *times new roman*, n.10. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

7. Notas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título. Iniciar a numeração das notas de rodapé pelo título quando tiver que fazer alguma menção ao título ou ao texto como um todo.

8. Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

9. Conceitos, palavras estrangeiras e nome de obras colocar em itálico

10. Critérios: Os trabalhos a serem publicados devem ser acompanhados do parecer do(a) orientador(a). Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

11. O Conselho Editorial só irá publicar toda colaboração que lhe for remetida se, primeiro, estiver dentro das normas acima estabelecidas, e segundo, se estiver dentro do prazo por ele fixado.

12. É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização do(a) autor(a).

OBS.: Os trabalhos deverão ser enviados em nome do *Conselho Editorial - Cadernos de Campo - Pós-graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Caixa Posta 174 - Rodovia Araraquara - Jauú Km 1 - CEP. 14800-901- Araraquara - SP.*